Nº 69 — Cr$ 100,00 — Novembro de 1981 — Ano VII

coojornal

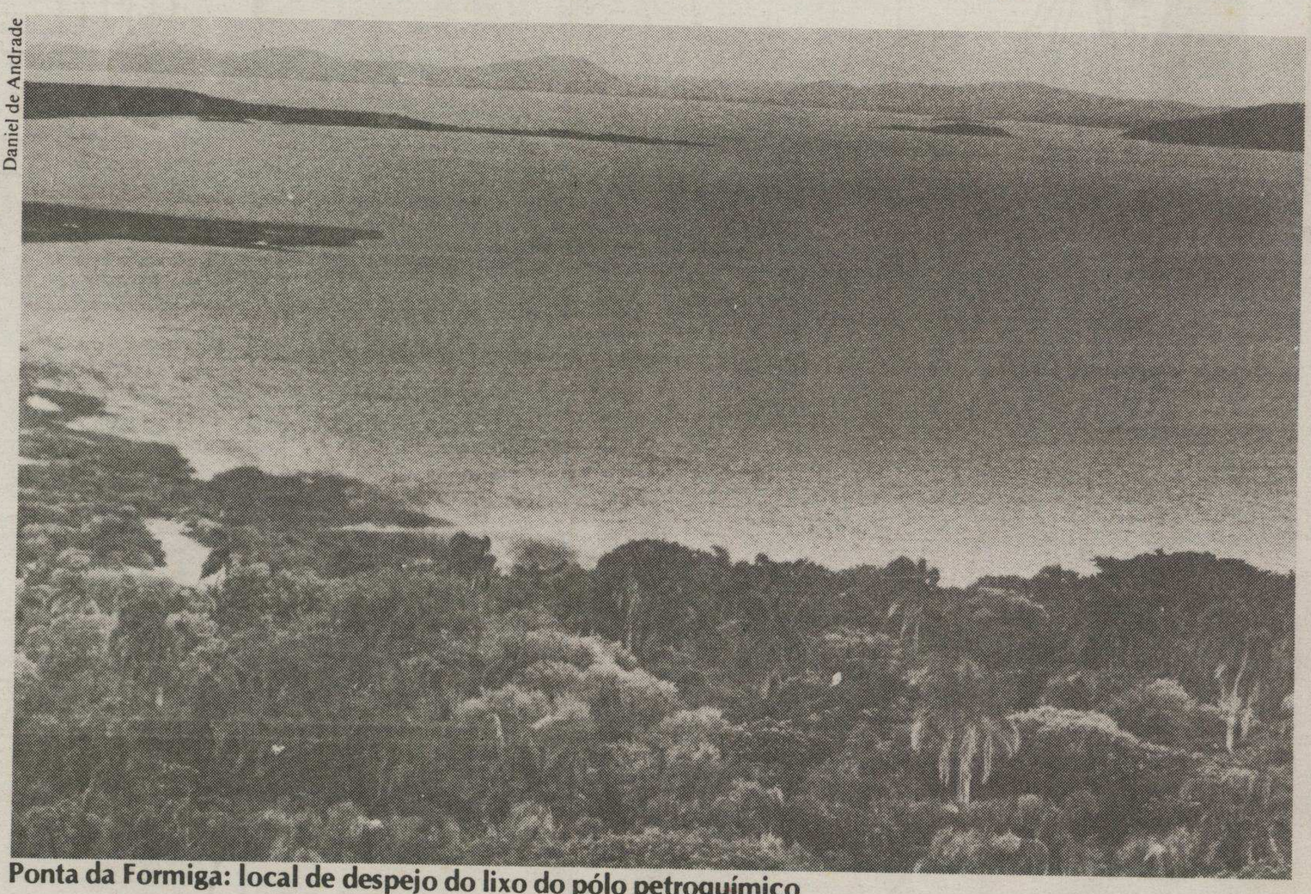
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

6º aniversário
Festa do Coojornal
Página 11

No início da Lagoa dos Patos serão despejados dez milhões de litros diários de efluentes petroquímicos. Acima dela, os rios de Porto Alegre já recebem uma carga de poluição semelhante. Páginas 14, 15 e Central

A morte de nossos rios

Daniel de Andrade



Ponta da Formiga: local de despejo do lixo do pólo petroquímico



TÉCNICAS DE DESTRUIÇÃO DO INDIVÍDUO

Uma ex-presa política explica a sofisticação da tortura nos presídios uruguaios. "Até os torturadores enlouquecem". Págs. 8 e 9.

Você acha que o futebol é o "ópio do povo"?

Um historiador se prepara para mostrar que futebol é mesmo cultura nacional.

Caldas Júnior

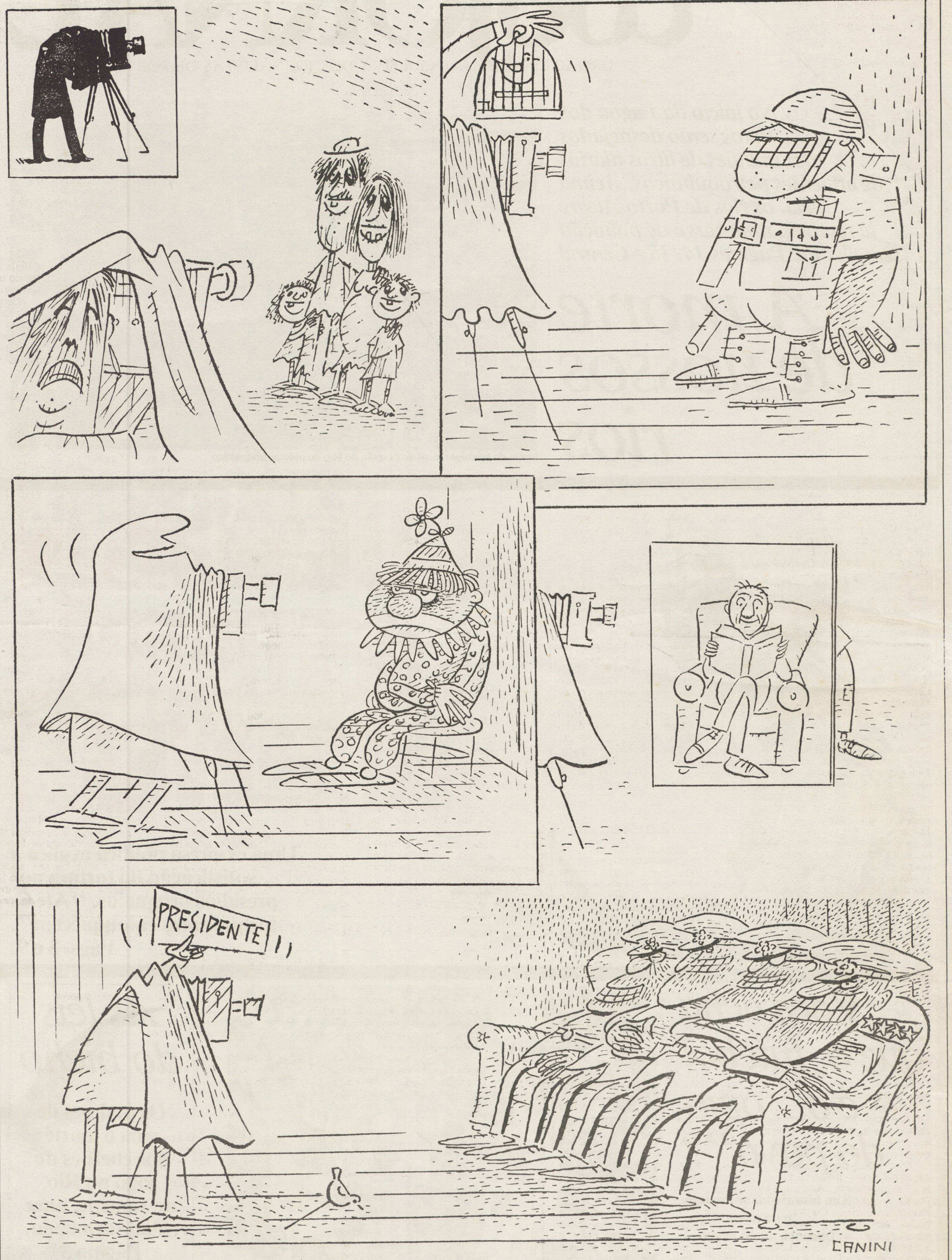


A Copa de 78 foi negativa para os militares argentinos

As leis do bicho

Os poderes de vida e morte dos chefões do jogo no Rio de Janeiro, uma cidade acossada. Página 3

canini



Rio: suspeita geral

Da luta contra a subversão até a ligação atual com os bicheiros, a polícia carioca chegou ao crime especializado

Você tem um vagabundo para desovar ou um operário necessitado de uma delegacia para se suicidar? Quer se meter numa Escola de Samba ou comprar um tanto de cocaína? Precisa dar uma torturada num comunista, eleger-se deputado ou mudar-se do presídio para a prisão-albergue? Pretende queimar um arquivo ou uma banca de jornal, explodir um Puma ou fazer uma fezinha no jogo do bicho?

Fácil. Há, no Rio, escritórios especializados na prestação desses serviços, de impecável eficácia. E como são muito ligados, ligadíssimos entre si, a encomenda feita a qualquer um deles é aviada como manda o figurino pelo próprio ou pelo congênere mais especializado. Só que agora não dá. Vai ter que esperar um pouco, pois a coisa anda meio combalida.

É que a laboriosa classe está sofrendo alguns ajustes na diretoria, e acaba de perder, num ajuste desses, um de seus mais ecléticos profissionais: Mariel Mariscote ou Maryscotte de Mattos. Golpe sentido, pois é justamente no ecletismo que reside a incrível diversificação de atividades desse setor, que até 1968 só se metia com samba, futebol, política e polícia. E se metia pouco: apoiava o Governador, financiava um clube ou uma Escola e pagava o dízimo como de costume, para continuar bancando em paz o jogo-do-bicho.

Sexta-feira 13, dá um azar danado. E na de dezembro de 1968 desabou sobre a Nação o Ato Institucional número 5, que não poupou nem os poderosos banqueiros. Castor de Andrade, Natal, Carlinhos Maracanã, Anísio, Florestan, Palermo, Saporito e outros foram mandados para o Presídio da Ilha Grande pelo novo secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira.

Ficava claro que subornar a Delegacia de Costumes e Diversões com Cr$ 2 bilhões antigos por mês (*Istoé* nº 252) não adiantava mais. A Polícia Militar entrava na dança e seu efetivo, de 30 mil homens, era seis vezes maior do que o da Polícia Civil (*Veja* nº 685). Muitos banqueiros sequer tiveram tempo de perceber que não bastava mais azeitar tiras e jornalistas, apoiar governador e financiar algumas alegrias para o povo.

OS NOVOS

No lugar dos desatentos destronados, novos nomes foram surgindo. Emil de Jacarepaguá e Chiquinho da Lapa saíram da Polícia para virar banqueiros. Sérgio Ires da 79ª Delegacia virou sem sair. O detetive Osman Pereira Leite, ex-presidente da Mocidade Independente, só caiu do galho depois de aprontar alguns chavecos (providenciando acertos da família no milhar). A PM contribuiu com o major Ivo, viciado em cocaína. E o próprio DOI-Codi, célebre pelo ódio que devota aos comunistas e, mais recentemente, a pequenos carros nacionais, cedeu quadros à contravenção.

É o caso, por exemplo, do capitão Ailton Guimarães. Ele tentou acabar com Aniz Abraão David, o Anísio da Beija-Flor de Nilópolis. Perdeu. Ou melhor: o bicho "ganhou ele", literalmente. Apresentado ao poderoso Tio Patinhas (Ângelo Maria Longas) pelo policial Euclides Nascimento (um dos fundadores do Esquadrão da Morte, apelidado de *Scuderie le Coq*), o capitão adquiriu um lote de pontos do bicho em Niterói e não aborreceu mais. Em maio último, desligou-se do Exército.

Aquele mesmo nome — Euclides Nascimento — aparece, aliás, também na lista divulgada pelo jornal *O Globo*, dos envolvidos no processo respondido em maio de 1979 pelo capitão Guimarães que, com companheiros de farda e sem farda, trabalhava com contrabando e roubava de contrabandistas. O capitão chegou a confessar, mas depois disse que o fez sob tortura, no mesmo DOI-Codi, cujos métodos de trabalho "conhecia muito bem".

"MEDALHA DO PACIFICADOR"

Outro envolvido neste processo foi o cabo Marco Antonio Povareli, velho companheiro do capitão, desde antes da criação do próprio DOI-Codi. Ele inclusive saiu ferido da ação na qual, em 1969, o capitão matou o militante da VPR Eremias Delizoicov. Por ter matado um rapaz de 18 anos, o capitão ganhou a *Medalha do Pacificador*. O cabo ganhou o cargo de guarda-costas do capitão, na contravenção.

Ao que parece, aquela velha briga entre o capitão Guimarães e o Anísio de Nilópolis foi totalmente sepultada. Tanto que o cabo Povareli, guarda-costas do primeiro, está metido até o pescoço no seqüestro e sumiço de Luís Carlos Jatobá e Misaque José Marques, suspeitos de terem roubado um quilo de cocaína da casa do segundo. Como de roubo de cocaína não se dá parte na polícia, Anísio deixou por conta de amigos seus, o corretivo aos ladrões. Entre os amigos, figuravam Povareli, o detetive Vitor Macaco e mais um monte de policiais de Niterói, comandados pelo delegado Calvino Bucker da Mota.

Esse delegado está bastante envolvido também no assassinato de Mariel Mariscotte. O envolvimento de policiais com o bicho é tão grande que, uma semana depois do crime. A polícia trabalhava em cima de duas hipóteses, segundo a *Veja* nº 685. Teria sido morto pelo detetive Queirós, a soldo do banqueiro China da Saúde, ou pelo policial Aloysio da Cunha Martins, a mando do banqueiro Jorge Elefante. Em ambos os casos, a cobertura teria sido dada por aquele delegado Calvino.

ENFIM, O PODER

De qualquer forma, nem era preciso recorrer a tantos exemplos para estabelecer a ligação entre o jogo do bicho e os homens da Lei — das policias Civil e Militar, passando pelos Esquadrões da Morte e pelos órgãos de repressão política — que, numa primeira etapa, combateram a contravenção, depois passaram a achacá-la e finalmente entraram na fase atual: a de assumir o poder. A semana de 24 a 31 de outubro foi pródiga em autoridades fazendo esta ligação. O coronel Nilton Cerqueira, comandante da Polícia Militar do Rio, diz inclusive em conferências que "o dinheiro da contravenção corrompe a polícia". A *O Globo*, ele disse que "os banqueiros financiam até mesmo os Esquadrões da Morte".

O Globo de 27/10/81 contava que os detetives Sérgio Ires (cunhado do delegado Celso Miranda, diretor do DIG) e Francisco Queiroz Ribeiro haviam sido exonerados de seus cargos: o primeiro por ser sócio do capitão Guimarães e o segundo do China da Saúde, ambos banqueiros. O *Diário Oficial* da véspera trazia as exonerações dos delegados Eduardo Joaquim Batista Filho e Hélio Vígio Gomes — o famoso Hélio Vígio, por muito tempo preparador físico do Vasco da Gama, *Homem de Ouro* e sócio fundador da *Scuderie le Coq*.

GREVE ILEGAL

E a semana fechava com patéticas declarações do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, General Waldir Muniz, transcritas no *Jornal do Brasil*: "A paralisação é um ato impensado dos banqueiros do jogo-do-bicho. O impatriotismo deles não chega a tal ponto. Não vão parar. O jogo-do-bicho é uma instituição nacional e, além disso, a greve é ilegal". O General falou em "pelo amor de Deus" e invocou a ajuda de São Judas Tadeu, para que o bicho fosse legalizado e que os banqueiros não fizessem a greve que ameaçavam fazer, se a repressão continuasse.

E não param aí as ligações do bicho. Segundo o *Repórter* nº 54, os banqueiros do Rio tem uma bancada de, pelo menos, uma dúzia de parlamentares, vereadores, deputados estaduais e federais. Simão Sessin, federal do PDS — recebido pelo presidente João Figueiredo, sempre que este vai ao Rio — é primo de Anísio da Beija-Flor. Jorge David, líder do PDS na Assembléia Legislativa, também.

Carlinhos Maracanã ajudou a eleger o deputado Aluízio Teixeira, do PP, o vereador Fleming Furtado e o deputado Heitor Furtado do PDS. Na última semana de outubro, a Assembléia dava o título de cidadão carioca a Carlinhos Maracanã, indicação do deputado Geraldo Araújo, tão pepista quanto Ubaldo Oliveira, Joaquim Jóia, Amadeu Chacar e o próprio Miro Teixeira, também ajudados pelo bicho, segundo *Repórter*.

Isso, sem falar nos prefeitos de Nova Iguaçu (Rui Queiroz, do PDS), de Caxias (Américo de Barros, do PP) e de São João do Meriti (Celestino Cabral, também do PP). E no antigo delegado e hoje deputado, Péricles Gonçalves, autor do projeto de legalização do jogo-do-bicho, que o secretário Waldir Muniz pede a Deus para ser aprovado.

Cr$ MARIEL

O falecimento de Mariel lançou um facho de luz no Universo que circunda o jogo-do-bicho. Ex-*Homem de Ouro* da Polícia carioca, sócio da *Scuderie le Coq*, com serviços prestados a órgãos de repressão política, cumpria pena como albergado. Vivia bem. Nas celas por onde passou, nunca faltou geladeira, televisão e outras mordomias. Fora, era assistente do juiz Francisco Horta, ex-presidente do Fluminense, encarregado de decidir quem merecia ser albergado, até ser afastado de suas funções por ter, no enterro de Mariel, chamado o morto de herói e mártir, após compará-lo ao papa João Paulo II. O juiz ficará afastado pouco tempo. Não lhe será difícil provar que Mariel não repartia consigo o dinheiro recebido por prisioneiros interessados na prisão-albergue.



Além desse dinheirinho, Mariel se defendia também aceitando contratos para eliminar pessoas — como o contrabandista Augusto Nunes Sobrinho de São Paulo. De banqueiros do bicho, entre os quais Castor de Andrade que certa vez lhe arrumou até a lancha na qual fugiu da Ilha Grande — recebia uns Cr$ 300 mil por mês, sendo Cr$ 120 mil só do banqueiro Raul Capitão.

Sua morte, aliás, ocorreu na porta da fortaleza de Raul Capitão, no velho centro do Rio. Fortaleza que, depois, estourada pela PM, revelou possuir inclusive um xadrez, uma cela com grade e tudo. Aparentemente o erro de Mariel foi não ter matado antes o detetive Francisco Queiróz Ribeiro. Antigo segurança de Raul Capitão, Queiróz roubou-lhe a mulher e perdeu o emprego. Foi trabalhar para China da Saúde.

Mariel, associado a Marquinhos, filho de Raul Capitão, e a Wilson Chuchu, filho do banqueiro Manola, pretendia entrar no ramo. Chegou a dar Cr$ 10 milhões de sinal em alguns pontos do banqueiro Jorge Elefante, de Niterói. A transação foi desaprovada pelo Tio Patinhas, o manda-chuva regional, e o capitão Guimarães mandou Jorge Elefante devolver o dinheiro aos três com 10% de juros.

HONRADO CASTOR

Mariel e seus amigos ficaram bravos e começaram a prejudicar o livre exercício da profissão dos bicheiros do outro lado da ponte. Entre outras presepadas, teriam matado Wesley Duarte Maia, de 24 anos, e ficaco com Cr$ 1,2 milhão que o rapaz arrecadara nos pontos para levar a seu patrão, o capitão Guimarães. Teriam, também, jogado da Ponte Rio-Niterói o China da Saúde, algemado a um par de halteres de cimento.

A briga ia esquentando. O delegado Calvino Bucker, de Niterói, ligado ao capitão Guimarães e ao Anísio da Beija Flor, começou a dar flagrantes do outro lado da baía, na Zona Sul carioca. No *Dia dos Pais*, o detetive Queiróz, sócio de China da Saúde, punha mais lenha na fogueira, perguntando ao Marquinhos, amigo de Mariel e filho de Raul Capitão: "Não vai me cumprimentar pelo dia de hoje?"

Há quem pense que a briga acabou no dia do aniversário da morte de Che Guevara, 8 de outubro. Nesse dia, Mariel morreu, vítima de sete ou oito balas, algumas das quais cuspidas por uma submetralhadora, dessas contrabandeadas que o detetive Paulo Vargas tem para vender (*Isto é* nº 253). Mais provável, porém, é que ela esteja apenas começando. Cresceu muito, no Congresso, o *lobby* da legalização do jogo-do-bicho. Legalizado, o setor poderá registrar em carteira tanto os pobres bicheiros aposentados, aleijados e outros ferrados pela vida, que recolhem apostas nos botecos e nas esquinas — quanto os profissionais mais especializados, como traficantes, contrabandistas, ladrões e assassinos.

Por isso, a questão, agora, é esperar, enquanto as áreas se definem, as arestas se aparam e a cúpula se recupera do trauma do dia 8. Do ajuste, certamente resultará uma consolidação de posições de novatos mais violentos e mais diversionistas, ao lado de alguns velhos e elegantes bicheiros. E vão ter de se acostumar com a má companhia, honradas figuras, como Castor Andrade, dono, dentre outros empreendimentos, da Metalúrgica Castor, que, além de camas para hospitais, fornece panelas e cantis para o Exército. Com concorrência pública, é óbvio, pois Castor — presidente do Bangu e da Mocidade Independente — jamais se provaleceria do fato de a filha de seu sócio na metalúrgica ser casada com Johnny, filho do presidente Figueiredo.

José Roberto de Alencar

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

MENSAGEM

Na data em que se comemora o sexto aniversário de circulação ininterrupta do **Coojornal**, órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, a Câmara Municipal presta sua homenagem a esta notável expressão de idealismo e autenticidade, que vem fazendo um jornalismo altamente competente e que tanto tem contribuído para o alargamento do mercado de trabalho profissional.

A Câmara Municipal de Porto Alegre, ao destacar a elevada significação do **Coojornal** no panorama do jornalismo brasileiro, pelo desassombro de suas posições e a excelência do seu conteúdo, reafirma sua fé na missão da imprensa de um modo geral que, nos povos civilizados é garantia dos valores da Liberdade, do Direito e da Justiça.

Porto Alegre, 15 de novembro de 1981.

Antonio Cândido
Bernadete Vidal
Brochado da Rocha
Cleom Guatimozim
Clóvis Brum
Eloi Guimarães
Frederico Barbosa
Glenio Peres
Jorge Goulart
José Medeiros
Jussara Gauto
Marcos Klassmann
Martin Aranha
Paulo Satte
Raul Casa
Reginaldo Pujol
Rubem Thomé
Sadi Schwerdt
Valdir Fraga
Vicente Dutra
Wilson Arruda

Presidente: Cleom Guatimozim

Aos Leitores

O feio espetáculo de retaliações que políticos da oposição vêm apresentando no Rio Grande do Sul, nos últimos tempos, poderá levar uma massa de eleitores a responder nas urnas em 82, de forma inesperada. Não há nada mais terrível em política do que contrariar a vontade evidenciada da maioria. Por exemplo: se o já lançado candidato de Brizola ao governo do Estado, o sempre bem votado deputado Alceu Collares, alcançar uma votação de 300 ou 400 mil votos, nada de fundamental se alterará naquela vontade. Mas se a antiga loquacidade petebista ainda for capaz de convencer 600 ou 700 mil eleitores, então, a divisão dos políticos oposicionistas no Rio Grande do Sul terá substituido os militares na indicação de mais um governador da Revolução.

Nesses 17 anos, desde que o ex-governador gaúcho e ex-deputado pelo Rio de Janeiro foi cassado e exilado, o Brasil mudou muito. O próprio trabalhismo generoso de Alberto Pasqualini foi-se diluindo e deixou de empolgar, simplesmente porque as pessoas não querem mais serem empolgadas por partidos. A média da população está mais interessada numa opção eleitoral — que lhe permita intervir para uma mudança do quadro político e econômico — do que numa opção partidária à moda antiga. A vigorosa e construtiva administração de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul entre 1958 e 1962 não será apagada da história. A história, porém, continua, e, infelizmente, em nosso Estado, muitos políticos parecem não se terem dado conta disso.

Mas do governador e combativo deputado que foi, pode-se esperar gestos de grandeza. Muita gente ainda acredita nisso. Mesmo por que a organização da oposição em todos os 232 municípios do Rio Grande do Sul, durante a ditadura, foi um trabalho igualmente grande, e está bem mais vivo na memória dos eleitores da oposição — um eleitorado que, em grande parte, não conheceu 64. Prova disso é que o presidente dessa oposição, Pedro Simon, um também ex-PTB, fez há pouco tempo — 1978 — quase dois milhões de votos como candidato a senador. Ignorar essas evidências é contrariar a vontade da maioria.

A visão de Leonel Brizola, num determinado momento, haverá de assimilar esses fatos, para mostrar aos que ainda o seguem que é para a frente que se anda. O ex-deputado pelo Rio vive momentos difíceis de readaptação, como tantos outros ex-exilados, e não merece, por isso, ser apedrejado. Mas seu passado de lutas não pode, por outro lado, servir de munição para seus seguidores apedrejarem o senador Pedro Simon — no mínimo porque, muitos deles, só conseguiram se eleger graças a boa organização do então partido único da oposição.

Enquanto isso, o partido do Governo se prepara para examinar uma proposta surpreendentemente democrática, no final deste mês. O deputado Nelson Marchezan, duas vezes preterido na indicação de candidato a governador por articulações de gabinete, vai propor que o nome de seu partido seja escolhido pelas bases, através dos diretórios municipais. Como quem não quer nada, ao mesmo tempo em que assiste e, às vezes, bota lenha na fogueira das oposições, as forças políticas que detêm o poder no Rio Grande há quase duas décadas devem, a esta altura, ostentar um maiicioso sorriso. Aquele de quem acelera a corrida por fora.

— X —

O **Coojornal** completa com esta edição seis anos de vida independente. Para alguns setores da sociedade, pode até parecer provocação lembrar essa data, mas é preciso. As duas principais chamadas de capa — as torturas no Uruguai e a poluição dos nossos rios — têm muito a ver com a história do nosso jornal. A poluição do Guaíba pela Riocell (então Borregaard) foi assunto de capa na primeira edição do **Coojornal** vendida em bancas, em outubro de 76 — nos 11 meses anteriores a circulação era dirigida. E a denúncia da violação dos direitos humanos tem sido permanente nessas páginas.

POLÍTICA

Lutz e as tentações

O alvo: pessoas com uma larga folha de serviços prestados à comunidade, e por isso mesmo merecedoras de crédito e respeito. E por isso mesmo ainda no raciocínio eleitoral, com um estimável potencial de votos. Acontece que esses alvos são difíceis: embora realizem um trabalho evidentemente político, precisam ser apartidários até para poderem manter o trânsito e a possibilidade de reivindicar junto a gregos e troianos.

E justamente por serem alvos difíceis, renitentes em aceitar as propostas, exacerbam seus caçadores, que passam a fazer ofertas beirando cada vez mais a falta de decoro. A proposta: entre para o nosso partido, use só a sigla para se eleger deputado e depois pode ter uma atuação independente. Nós garantimos que não cobraremos o cumprimento do programa, dos estatutos do partido. Damos até uma carta garantindo isso.

No Rio Grande do Sul, a um ano das eleições, é cada vez mais difícil imaginar onde chegarão o PMDB e o PDT em sua disputa, hoje muito mais acirrada do que contra o próprio PDS.

O depoimento — entre outros que preferem não dá-lo formalmente, para não se atritarem com os políticos, que bem ou mal deverão permanecer em cena — é do insuspeito ecólogo José Lutzenberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Primeiro foi o senador Pedro Simon, presidente do diretório regional do PMDB e secretário geral da executiva nacional do seu partido.

No coquetel, há pouco mais de um mês, o líder oposicionista, depois de ver que não frutificaria sua enésima tentativa de convencer Lutzenberger a concorrer a deputado federal, fez o apelo mais contraditório que poderia fazer um político que tenta convencer a opinião pública de que seu partido se norteia por princípios, por idéias. Lutzemberger lembra, entre surpreso e curioso, que o senador lhe disse que se a renitência em



Deputado? Por enquanto, não.

entrar para o PMDB era devida ao programa do partido, não havia problema: ele lhe daria uma carta em que garantiria total liberdade de ação. Lutzemberger não respondeu, pediu tempo.

Pouco depois, foi a vez do PDT. Seu presidente regional, deputado João Satte, e seu líder na Assembléia Legislativa, deputado Romildo Bolzan, o convidaram para um almoço. A pauta já era conhecida: tentariam, também pela enésima vez, convencer o presidente da Agapan a aderir ao brizolismo.

Lutzemberger reiterava suas razões quando, de passagem, lembrou que o senador Simon até lhe oferecera uma carta branca de atuação, e no entanto... "Mas uma carta dessas não é problema", atalharam os pedetistas. "Nós podemos conseguir uma assim, assinada pelo doutor Brizola".

PDT: DIZER O QUÊ?

Foi cômica a situação que se criou quando a imprensa da Capital publicou parte da história — a proposta de Simon. Os pedetistas julgaram encontrar um prato cheio e suculento. O mínimo que o líder em exercício na Assembléia Legislativa, Gil Marques, por exemplo, disse do presidente do PMDB é que ele estava "desatinado". Acusou Simon de ter somente "preocupações eleitoreiras", de estar "desesperado" diante do crescimento do PDT, e de estar até cometendo um ato ilegal, uma fraude contra a Justiça Eleitoral. Do PMDB, disse ser um partido "vazio de idéias, que quer apenas inchar-se".

Todavia, Lutzenberger esclareceu pouco depois, à imprensa do centro do país, que tinha recebido duas propostas. Indagado se o feitiço virara contra o feiticeiro, Gil Marques tangenciou: "não, isso não acontece com o PDT. Nosso programa é nossa Bíblia. Talvez Satte e Bolzan tenham falado em tom de blague".

Bolzan não pôde ser consultado: quando isso ocorreu estava passando três dias no Havaí, reciclando-se do fuso horário junto à comitiva de 60 políticos (inclusive oposicionistas), empresários, banqueiros e mulheres que acompanhavam, aceitando convite, o governador Amaral de Souza em visita ao Japão, Itália e China. Satte, evidentemente embaraçado, ensaiou algo como "eu fui mal interpretado, eu me expressei mal". E Simon disse que não falaria sobre o assunto.

O DIA DA CAÇA

Quanto a Lutzenberger, foi o dia da caça. É verdade que no tempo em que pesava os convites, ele pensou ceder: "um deputado ganha bem, pode viajar, ter secretariado. Eu poderia ter mais facilidade na luta em defesa do meio ambiente, pois hoje faço tudo com meu dinheiro e me arrebento", ponderou. Mas as suas já inúmeras restrições aos políticos — que começam pela invulgar capacidade que eles têm de fazer longos discursos para ninguém, ou para "meia dúzia de gatos pingados no plenário que nem sequer estão ouvindo" — explodiram quando da viagem de Amaral e comitiva ao Japão e o simultâneo anúncio, pelo vice-governador, de que os efluentes do III Pólo Petroquímico seriam jogados na Lagoa dos Patos.

"Ou esses caras da oposição são uns imbecis — o que não acredito; eles são inteligentes — ou estavam conchavados com o governo", desabafou Lutzenberger. "Ou eles voltam hoje de Honolulu — que é uma escala indecente — ou eu não quero mais saber da cara deles".

Romildo Bolzan, líder do PDT, Lélio Souza, líder do PMDB, Aldo Pinto, do PDT, presidente da Assembléia, e Cézar Schirmer, do PMDB, líder da Oposição, não voltaram. (Schirmer veio dez dias depois, ao que consta por problemas com seus cabos eleitorais em Santa Maria). E Lutzenberger continuou longe dos partidos. Aliás, mais longe.

Alexandre Gruber de Castro



Monumento na rodoviária de Florianópolis: uma ironia

OBRAS

O exagero catarinense

Pode alguém, numa época de contenção de despesas e apelos à poupança, jogar Cr$ 500 milhões numa obra pública de evidente exagero? Parece que sim. O governo de Santa Catarina, por exemplo, admite ter gasto exatamente isso para construir a estação rodoviária de Florianópolis, um imenso prédio com ar condicionado, vidros fumê e salões acarpetados desertos. Três vezes maior que o próprio aeroporto da capital catarinense, é a maior rodoviária do País em proporção ao número de habitantes da cidade — 240 mil. Mas no campeonato pelo poder, o grupo Bornhausen — que tem o governador do Estado, Jorge Konder Bornhausen — marcou o chamado ponto precioso.

"É uma paranóia administrativa", ataca o deputado Francisco Kister, do PMDB. Kister só encontra uma explicação para a ostentação do terminal: localizado junto à ponte Colombo Sales, nome do interventor nomeado para o governo estadual no período Médici, a rodoviária ofuscaria a obra de Sales, cujo nome é sentido como uma punhalada pelas oligarquias Bornhausen-Konder-Ramos, que dividem o poder em Santa Catarina há décadas. O governo de Colombo Sales significou a única interrupção nesta dominação. A médio prazo, o movimento de ônibus junto à cabeceira da ponte provocará imensos congestionamentos e aí, talvez só reste uma saída: a construção de outra ponte, a terceira, ligando a ilha ao continente.

"Para se ter uma idéia do que se esbanjou no terminal — diz Kister — basta saber que aquele dinheiro daria para construir dez mil casas populares, do tipo que se faz em Lages, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Ou então cinco mil salas de aula..." Calcula-se que, com Cr$ 150 milhões, Florianópolis teria uma rodoviária que atenderia suas necessidades no mínimo até o ano 2010. Hoje, dois meses após sua inauguração, o terminal — orgulho do secretário de Obras Públicas, Espiridião Amin, mais forte candidato dos Bornhausen ao governo em 1982 — tem um sistema de calefação pifado e uma central telefônica (preço: Cr$ 90 milhões) que se descobriu ser de segunda mão.

Não é de estranhar então que surjam comentários irônicos sobre o monumento que marca a inauguração do terminal, uma enorme mão de concreto armado espalmada em direção ao céu: Seria uma homenagem à "Mão Grande".

Cesar Penteado

A BÍBLIA POLÍTICA SEGUNDO SÃO TIAGO

NOVÍSSIMO TESTAMENTO



Iº VERSÍCULO

GOLIAS E DAVID





IIº VERSÍCULO:

A VOLTA DO FILHO PRÓDIGO



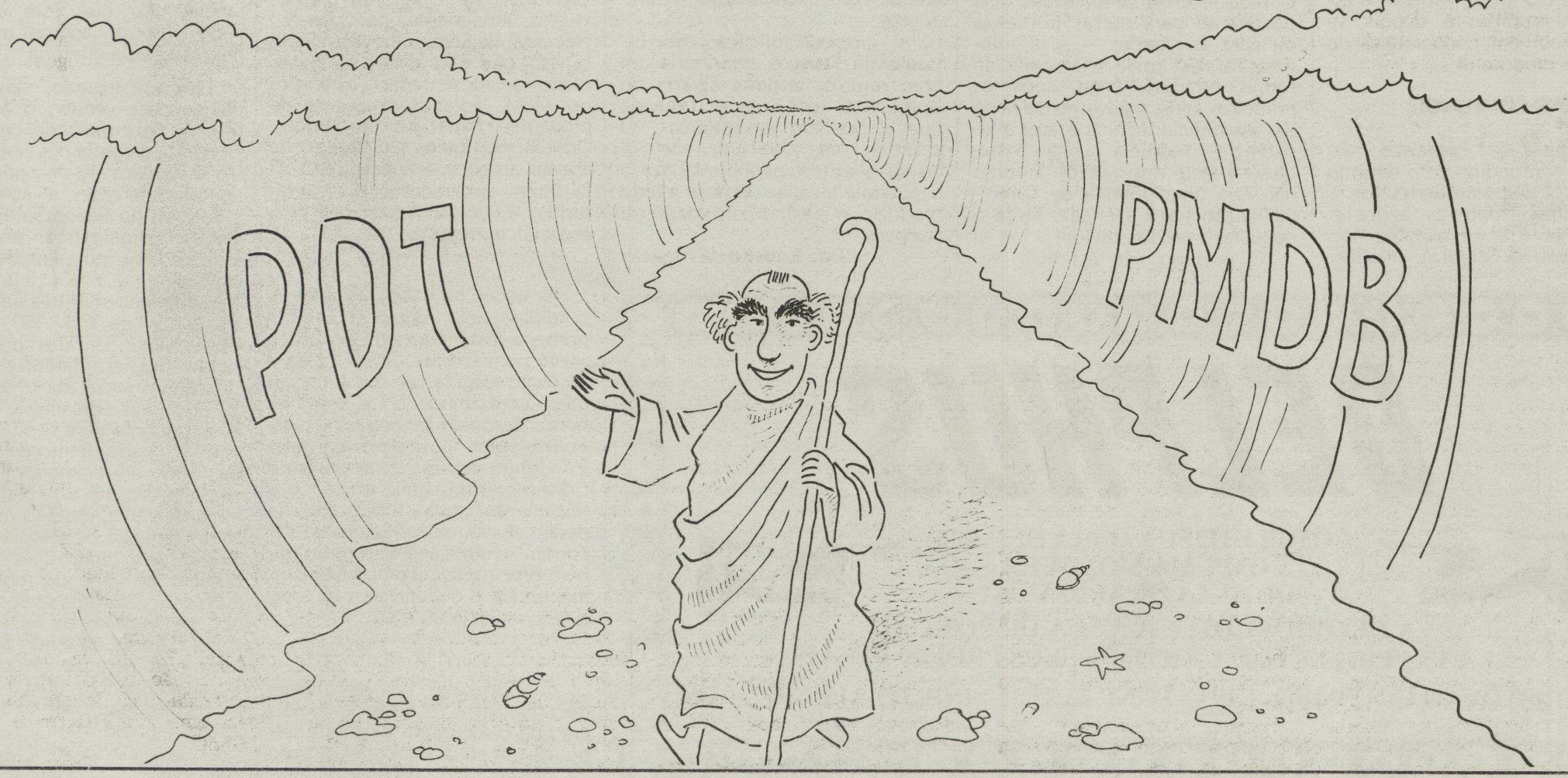
IIIº VERSÍCULO:

SODOMA E GOMORRA



VIº VERSÍCULO

MOISÉS E A DIVISÃO DAS ÁGUAS



TERRAS

Por que não o estatuto?

No dia 20 de outubro, José Francisco da Silva dizia para o **Coojornal,** no Rio de Janeiro, que "todos os segmentos da sociedade estão preocupados com a distribuição da terra". No dia seguinte, o doutor Tonico Mendonça — como é conhecido em sua cidade mineira de Três Pontas, o vice-presidente da República, Aureliano Chaves — mostrava que José Francisco, presidente da, cada vez mais forte, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), estava com a razão, e que o Planalto também se preocupa.

E essa preocupação ficou clara, na pressa do doutor Tonico Mendonça. Ele assinou, em Três Pontas mesmo, o projeto de lei para reduzir, pela metade (para cinco anos), o tempo necessário para que um posseiro ocupe uma gleba, antes de requerer o título de propriedade, o usocapião. Enviando naquele dia o projeto ao Congresso, Aureliano Chaves tinha maiores chances de ver a lei aprovada por decurso de prazo, do que se deixasse para o dia seguinte.

E essa é uma lei para ser aprovada por decurso de prazo. Se começam a discutí-la, parlamentares mais ligados a grupos especuladores ou a latifundiários dariam algumas dores de cabeça para o governo. E parte das bancadas oposicionistas também criariam problema. Não que a lei lhes parecesse ruim. Apenas pareceria pouca. Pareceria paliativa.

A simples aplicação do Estatuto da Terra, de 1964, e do Ato Institucional número 9 — baixado com o Decreto-Lei 554, em 1969, como instrumento para o uso daquele estatuto — teria reflexos imensamente maiores, sobre a questão agrária, do que tímidos paliativos, como esse do usocapião apressado.

José Francisco, apologista do Estatuto da Terra — "que não resolveria todos os problemas mas seria um importante primeiro passo" — não acredita nem mesmo em "colonizações que visam ao pequeno agricultor", como a de Rondônia, onde o governo assenta cada família em uma gleba de 50 ou de 100 hectares, promove a instalação de agências bancárias e de casas comerciais, põe hospitais e armazéns, dá assistência técnica e força à formação de associações, que de início façam estradas e escolas em mutirões e, depois, se transformem em cooperativas de pequenos produtores.

NÃO CONFUNDIR

Isso, para José Francisco, não deve ser confundido com reforma agrária. "O pequeno agricultor já abriu outras fronteiras agrícolas anteriormente e foi expulso, tão logo acabou de colonizar e de tornar habitável cada região desbravada. E agora mesmo já começa a ser expulso de Rondônia, para Roraima e para o Acre. Não se pode confundir abertura de fronteiras agrícolas com reforma agrária", diz Zé Francisco.

Ele cita o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, para mostrar como a posse da terra anda mal distribuída: 78% das terras cadastradas do Brasil são latifúndios, 10% pertencem a empresas rurais e os 12% restantes são minifúndios. Ele considera imprescindível uma reforma agrária de verdade, que mexa nos alicerces da estrutura fundiária atual e contemple mais de 10 milhões de famílias de pequenos agricultores sem terra, que hoje perambulam por aí como bóias-frias, ou mesmo nas cidades, barateando a mão-de-obra urbana.

Zé Francisco diz que a colonização — mesmo a de Rondônia, que ao contrário de todas as outras não é executada por empresas privadas, e sim pelo próprio governo — tem exatamente a mesma função anti-social, da política econômica que mantém as grandes cidades inchadas de mão-de-obra barata para as multinacionais. "Um grande número de famílias é, de fato, assentado em lotes de 50 ou de 100 hectares. Atrás desses, há lotes de 250 ou até de 2 mil hectares, que buscam mão-de-obra barata nos lotes pequenos. Lotes, depois, incorporados aos maiores".

VELHOS ERROS

Essa incorporação poderia ser evitada — e com ela o êxodo dela decorrente para outras fronterias ou para as cidades — se a colonização não fosse executada de forma errada. "Logo após os primeiros anos, o governo deixa de dar assistência técnica e larga à assistência creditícia a cargo exclusivamente dos bancos. E como não cria uma política de comercialização justa e eficaz, força o pequeno a vender seu lote".

O governo não estimula, segundo Zé Francisco, o "espírito comunitário". Estimula, isto sim, o uso de equipamentos, de adubos e de defensivos produzidos por multinacionais. Coisas que tornam as grandes lavouras mais viáveis do que as pequenas (onde não cabem colheitadeiras ou tratores). E o pequeno, em vez de se associar, vende a posse e vai-se embora.

José Francisco acha que a própria idéia de cooperativa foi distorcida, no Brasil, para atender à política agrícola e econômica do governo — "que apenas se preocupa com a produção da terra, sem sequer pensar nos problemas sociais que a terra poderia resolver". Como exemplos, cita Coopersucar, Fecotrigo e Cotia, "verdadeiras multinacionais da indústria e da comercialização, que nada têm a ver com cooperativas de pequenos produtores".

A reforma agrária preconizada por José Francisco resolveria, segundo ele, "80% dos problemas da população do País". E atingiria até estados como Santa Catarina, "onde 95% das propriedades rurais são pequenas". (O problema catarinense é que esses 95% ocupam metade do território. A outra metade das terras pertencem a 5% dos proprietários rurais do Estado.).

José Francisco acha que uma reforma agrária que não mexa na política econômica — e que não coloque a imensidão de terras hoje ociosas nas mãos de 10 milhões de famílias hoje andarilhas, que não balance inclusive o "espírito individualista" inculcado até nos pequenos agricultores pelo governo, nas últimas décadas — não resolverá nada e tampouco terá efeitos satisfatoriamente duradouros.

A simples aplicação do Estatuto da Terra já imprimiria um bom rumo à reforma agrária do Brasil. Mas José Francisco duvida que o ponham em prática: "O governo, ao contrário, parece disposto a tudo, para provar que o pequeno é incapaz de fazer a terra produzir, e mesmo para manter a sua posse".

José Roberto de Alencar



Daniel de A...

Colonos sem-terra (RS): a nova lei de usucapião é mais um paliativo

PECÚLIOS

Manobras do MFM

O Montepio da Família Militar (MFM), depois de manobrar durante anos para reduzir os pecúlios e pensões de direito de seus mutuários — o que motivou 127 ações ajuizadas no Fórum de Porto Alegre contra essa organização previdenciária privada — prossegue, agora, com uma estratégia para contornar os compromissos assumidos, fechando todos seus escritórios nas principais capitais do país, atrasando pagamentos de beneficiários e a emissão de novos carnês para os associados. Para o advogado Ernesto Cros Valdez, com representação de 17 dessas ações em nome de mais de 300 mutuários do MFM, os adquirentes de planos estão apreensivos por não receberem os novos carnês já que a organização costuma desligar sumariamente todos os que deixam de pagar em dia, fazendo com que percam anos de contribuição.

A delegacia local da Superintendência de Seguros Previdenciários (Susep) pressiona inutilmente para que o montepio regularize sua situação. Um dossiê com mais de cinco mil páginas vegeta, atualmente, no Conselho Nacional de Seguro Previdenciário (CNSP) que não aprova os novos planos de aposentadoria e pensões do MFM, adiando o exame do problema em sua pauta de reuniões. Dos 28 montepios gaúchos, resta apenas apreciar este caso, pois 25 já foram aprovados e dois indeferidos. O do MFM é um processo especial, entretanto.

As ações judiciais, algumas já perdidas pela organização em primeira instância, indicam que o MFM nem sempre operou com a correção exigida por um setor em que a confiabilidade é o ponto de honra de qualquer negócio. Ligia Collor Jobim, viúva do embaixador José Jobim, recebia uma pensão de Cr$ 3 mil e conseguiu, no primeiro julgamento, que fosse elevada para Cr$ 80 mil. A empresa recorreu. Ivete Dias Cardoso também teve causa julgada favoravelmente. De Cr$ 3 mil passará a ter direito a Cr$ 16.800,00.

O advogado Valdez arrola documentos e recortes de jornais em que o montepio prometia soldos de marechal e coronel quando da aposentadoria do contribuinte. Uma professora, que embarcara num desses planos, acabou recebendo menos de Cr$ 800,00 e depois de dois anos como pensionista, sem o menor reajuste, teve esse valor reduzido para menos de Cr$ 200,00. Apenas mais uma questão judicial se milhares de pessoas na mesma situação não estivessem passando pelo problema, deixando de recorrer à Justiça por falta de recursos, desconhecimento ou simplesmente desiludidas diante da morosidade na tramitação desses processos.

DESATIVAÇÃO

O delegado da Susep, Rui Fagundes, lembra que desde o surgimento da nova regulamentação do seguro previdenciário, o órgão está voltado para a regularização das diversas empresas do setor: "Ainda não dispomos de mecanismos processuais para poder punílas. Ainda estamos na fase da reorganização do setor", alega ele. As pressões para reabertura dos escritórios do montepio, pelo menos nos grandes centros urbanos onde vendia seus planos, foram infrutíferas. Sem novos planos para vender, o MFM preferiu desativar suas equipes e fechou os escritórios. Por meses, essa situação se prolonga e quando um pensionista do Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife ou qualquer outra capital chega à antiga sede local do MFM encontra uma placa recomendando dirigir-se à sede da organização em Porto Alegre.

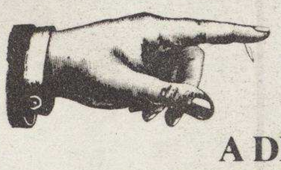
A Lei 1821, de 26 de dezembro de 1961, arrola como crime de contravenção dar indicação ou fazer afirmação falsa e classifica como fraudulentas as administrações de pecúlios, planos de pensões ou aposentadorias que levem empresas do setor a falência ou deixem de cumprir qualquer cláusula contratual com prejuízo dos associados. Estranhamente, apesar dos inúmeros processos contra o MFM, a promotoria pública ainda não se manifestou pedindo enquadramento dos dirigentes do MFM para julgamento com base nessa legislação. Algo muito estranho, realmente.

Paralelamente, os dirigentes do MFM continuam manipulando o patrimônio da organização — onde se inclui, entre uma série de empresas, todo o sistema financeiro Sul Brasileiro — sem dar explicações a ninguém. Uma absurda cláusula foi colocada nos estatutos que regulam a Assembléia de Representantes (AR) do MFM estabelecendo que esse conselho pode apreciar apenas os temas propostos pela diretoria.

Descapitalizando, sem novos planos para vender, o MFM sobrevive manipulando esse patrimônio, garantia dos compromissos assumidos. Assim, pôde ceder quotas referentes a ações controladoras do Banco Sul Brasileiro para a Província Urbanismo e Construções Ltda. no valor de Cr$ 450 milhões e à Eucácia-Empreendimentos Imobiliários Ltda no valor de Cr$ 150 milhões. Pôde assinar com o empresário Arnaldo Gueller, detentor de 40% do capital social da Crédito Imobiliário Sul Brasileiro de São Paulo, acordo para venda do controle acionário dentro de cerca de dois anos, entregando a gestão da empresa durante este período, em troca de vantagens não reveladas. Uma comissão de associados já se dirigiu por quatro vezes, entre outubro de 1979 até junho deste ano, data da última correspondência, ao Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, pedindo providências. Não recebeu resposta. Um estranho silêncio oficial cerca o montepio que de militar tem apenas o nome.

Delmar Marques

DELPHUS®



COMPLETE SUA OBRA DE ARTE
COM UMA MOLDURA
DE ALTA QUALIDADE.

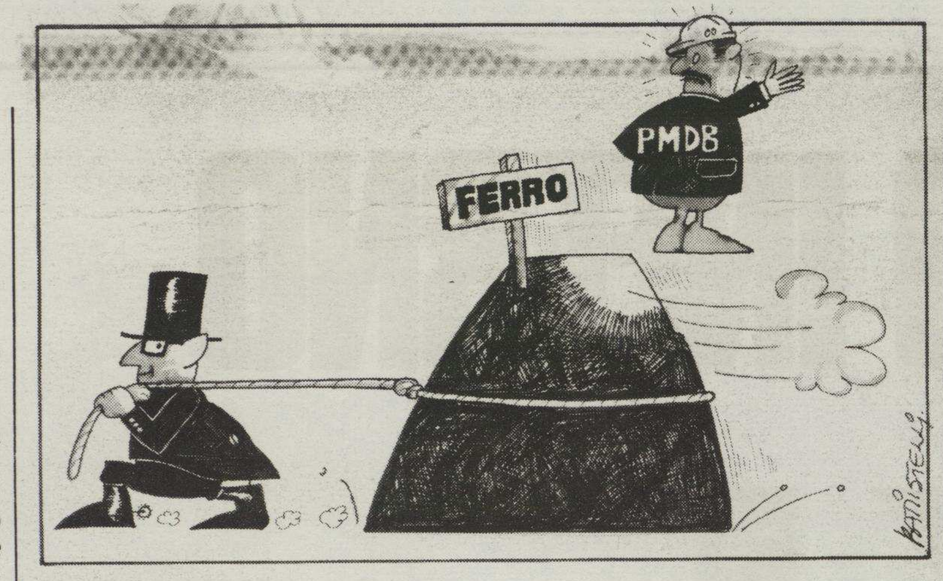


A DELPHUS COLOCA A SUA DISPOSIÇÃO
A EXPERIÊNCIA E A ARTE DE SEUS PROFISSIONAIS.

CRISTÓVÃO COLOMBO, 1.103 - FONE 22.32.32 - PORTO ALEGRE — RS

AMAZÔNIA

A briga por Carajás



— Por que existem pessoas no Pará contrárias ao Programa Grande Carajás tão empenhadas em dificultar sua implantação? Esta indagação, feita em tom de impaciência, encerrou o pronunciamento do secretário executivo do Projeto, o empresário paraense Oziel Carneiro, durante a realização do III Encontro Grande Carajás, em Belém, em fins do mês de outubro. A platéia que se reuniu no auditório do Banco da Amazônia S/A (Basa) era composta por políticos do PDS liderados pelo senador Jarbas Passarinho (os dissidentes do PDS no Pará ingressaram no PMDB e são liderados pelo governador Alacid Nunes), empresários e representantes de entidades de classe.

Embora a pergunta aitrada pelo secretário do Programa Grande Carajás, um formidável negócio que envolve a exploração da maior concentração mineral do mundo e a produção de alimentos em grande escala, fosse endereçada aos paraenses em particular, na realidade seu universo deveria ser mais abrangente porque não é só no Pará mas em todo o país se discute as decisões sobre a exploração da província mineral de Carajás. Hoje, as atenções da sociedade brasileira se voltam para aquela região temerosa de que as riquezas do solo paraense sejam exploradas em benefício de interesses lesivos ao país.

UM ENCLAVE

Preocupado em dar uma satisfação ao ressabiado empresariado do Pará, na verdade uma atitude a qual tem quase obrigação, pois foi colocado no cargo por pressão dos empresários da região que por esse meio pensavam assegurar sua participação nas decisões, o secretário executivo do Programa, contudo, não pôde oferecer nenhuma garantia de privilégios especiais à categoria. Na realidade fez advertências e generalizou os benefícios. Ferrados às confortáveis poltronas do ausitório do banco oficial, eles ouviram Oziel declarar que "Carajás será implantado dentro de uma economia de mercado"; que "o governo rejeitará — em seus projetos incentivados — empresas que adotem os regimes de subemprego ou do emprego clandestino, que não respeitam a legislação trabalhista" e que "privilégio, se houver, deve prioritariamente ser concedido às populações locais".

Certamente que os privilégios não vão deixar de existir. E nem há essa prioridade voltada para as populações locais. Os empresários locais sabem disso. Por isso, o pronunciamento da categoria foi marcado pelas queixas e críticas — muito natural para quem esperava decisões protecionistas em seu favor. Lesados em seus sonhos de muitos lucros, eles dizem: "Apesar de nos sentirmos alijados no estágio atual acreditamos que o Programa Grande Carajás se transforme de um enclave inicial num fulcro de desenvolvimento". Mais adiante acrescentam que "é um conjunto impressionante de oportunidades, para as quais até o momento pouca ou nenhuma chance tem sido dada ao elemento local". Mesmo assim, os empresários ainda entregaram um documento ao Secretário do Programa no qual denunciam discriminações e fazem uma série de pedidos.

O CAPITAL INTERNACIONAL

O empresariado de maneira geral, nacional ou local, não parece interessado em discutir a maneira como está sendo conduzido o Programa. A ele interessa, sim, participar dos empreendimentos. A presença do capital internacional é defendida e justificada sem subterfúgios. Para justificar sua presença no Programa, o secretário executivo garante que "o maior desejo seria, sem dúvida, o de que a iniciativa privada nacional participasse sozinha dos investimentos previstos no Programa. Mas não poder-se-ia levar esse desejo às raias da obsessão, pois seria prolongar, por tempo demasiadamente longo, os direitos de nossos irmãos do norte de se beneficiarem das vantagens que o desenvolvimento nacional tem proporcionado às populações da região centro-sul".

Para Oziel, que ao longo de seu pronunciamento preocupou-se em relevar as discutíveis repercussões sociais do Programa como metas prioritárias, apressar a implantação dos projetos é muito mais importante do que "a colocação utópica — pertencente a uma retórica já ultrapassada — de descartar a contribuição do capital estrangeiro na efetiva implantação do Programa. O que é preciso e entendemos que seja assim, é que essa contribuição seja admitida nos termos da legislação vigente e sempre considerados os interesses nacionais para sua aceitação".

O secretário executivo do Programa acha mesmo que racionar nos termos dos que temem "a entrega da Amazônia ao capital estrangeiro ou àqueles que previam a entrega danosa das reservas de Carajás às multinacionais, substimam a inteligência nacional". E conclui com um exemplo: "É história parecida com aquela de que o Projeto Jari constituía ameaça à soberania nacional".

Acoplada ao documento da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), os empresários utilizam-se da publicação "Relatório Reservado" (nº 780 de 19/25.10.81) para denunciar a importação de equipamentos e materiais estrangeiros que, em sua maioria, podem ser fabricados ou obtidos no Brasil.

Observam os empresários do Norte "que cerca de 79% do financiamento de 215,6 milhões de dólares, concedido pelo Banco Mundial ao Projeto Ferro-Carajás, ou aproximadamente 171 milhões de dólares" não serão utilizados para aquisição de insumos fabricados no país. O Projeto Ferro — Carajás será explorado pela estatal Companhia Vale do Rio Doce em associação com o capital japonês através da Nippon Amazon Aluminium Co., Ltda. (NAAC).

A DÍVIDA EXTERNA

Mesmo que só se tivesse passado algumas horas da recusa da oposição ao projeto do governo relativo às sublegendas, o senador Jarbas Passarinho, que presidiu a sessão do Congresso, ainda teve forças para discursar no encerramento do Encontro, execrando o "Relatório Reservado" como fonte de informação digna de crédito e lamentando que os empresários paraenses recorressem àquela publicação para elaborar documento, o qual, por isso, deixava de ter valor reconhecido.

O atual presidente do Congresso aproveitou o momento para negar a vinculação do Programa Grande Carajás à dívida externa do país e seu caráter de "empreendimento megalômano". A verdade, contudo, é que os ministros da área econômica, acossados pela imensa dívida externa, percorrem os centros financeiros do mundo em busca de compradores privilegiados das riquezas minerais da Amazônia.

Finalmente, embora o senador pelo Pará também tenha negado, permanece a dúvida: a província mineral de Carajás permanecerá integrada à área geográfica do Estado do Pará? Alguns indícios levam a essa suspeita: a atuação do Grupo Executivo de Terras Araguaia/Tocantins, órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional parece ser no sentido de limpar a região da incômoda presença do chamado clero progressista; a presença da União, através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com domínio sobre as terras devolutas na área, e a possível vitória das oposições nas eleições do próximo ano. Seria certamente insuportável para o governo federal, desenvolver o seu maior projeto econômico num Estado governado por um político do PMDB.

Guilherme Augusto

Plante uma idéia de muitas sementes.

A Cotrijuí planta, entre seus associados, a idéia da diversificação de culturas. Como outras iniciativas, a maioria pioneira, essa também já começa a dar bons resultados.

Mas é preciso que mais agricultores participem desse esforço fundamental para levar mais alimentos à mesa do povo brasileiro. E garantir, acima de tudo, um rendimento mais racional para o produtor.

Venha plantar com a gente a idéia da diversificação.

A sua força, a sua voz levarão para frente essa palavra de ordem. E de progresso.

COTRIJUI

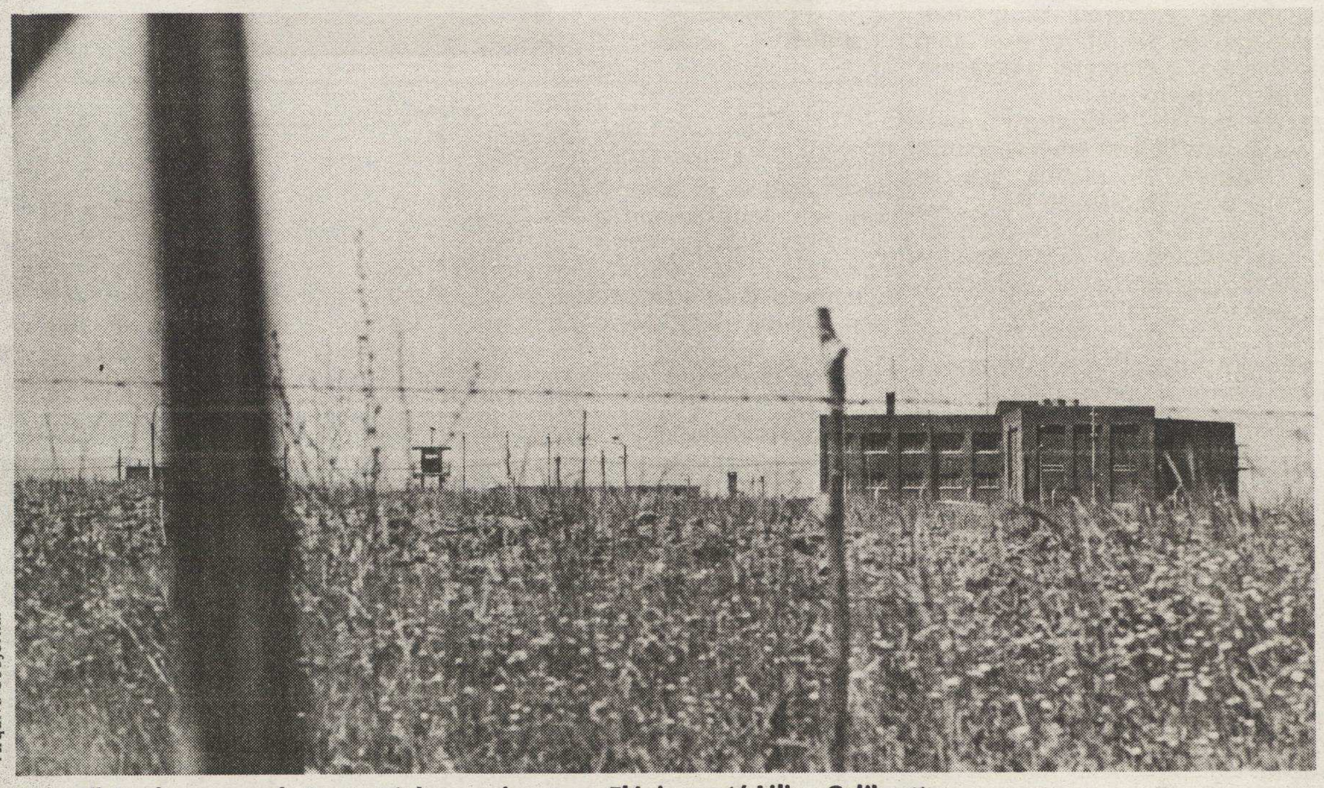
A mão
e a idéia do homem.



VIAGEM AO INFERNO

A autora deste depoimento é Sara Youtchak Vaiser, 39 anos, professora de Literatura, que passou quase cinco anos presa no Uruguai, por razões políticas. Ela fora mencionada no "best-seller" Dentro da "Companhia", *escrito pelo espião da CIA arrependido, Phillip Agee. Quando esteve em Montevidéo, em meados da década de 60, encarregado de investigar a Embaixada de Cuba, Agee recebeu a missão de vigiar Sara, que era noiva de um diplomata cubano. Na realidade, ela atuava na Frente Izquierda de Libertación e era secretária da Frente Ampla, até o golpe de 73.*

Neste depoimento, pela primeira vez se conhece detalhes do Penal Punta Rieles, considerado um modelo pelos militares uruguaios. Para Sara, que lá cumpriu a maior parte de sua pena, Punta Rieles é "um aparato montado com a finalidade de destruir o indivíduo". Sua estrutura tem requintes impressionantes, como a colocação de acrílicos verdes além das janelas e a presença de guardas neuróticas e drogadas. É lá que esteve Flávia Schilling e atualmente se encontra Lilian Celiberti, sequestrada em Porto Alegre, há três anos. Sara concluiu a pena em maio de 1980, mas, na prática, ficou em liberdade condicional, tendo que se apresentar num quartel de 15 em 15 dias. A pressão foi tanta que ela fugiu do Uruguai. Atualmente está morando em Paris, mas, quando passou em Porto Alegre falou ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, narrando as torturas que sofreu na peregrinação por quartéis e presídios, desde que foi raptada numa rua central de Montevidéu, em outubro de 75. E descreveu como funciona Punta Rieles, construído originalmente para ser um seminário, que o Governo militar transformou num científico centro de tortura física e psicológica.



Arquivo Coojornal

O pavilhão das presas de Punta Rieles, onde esteve Flávia e está Lilian Celiberti



A entrada principal, onde soldados fortamente armados impedem qualquer aproximação

Fui raptada em 21 de outubro de 1975, quando viajava em meu carro, no cruzamento das ruas Spikerman e Belgrano, em Montevidéu, por volta das 16h20min. Quatro carros com passageiros à paisana, fecharam a rua e se identificaram como integrantes do *Esquadrón de la Muerte*. Tentei pedir ajuda, mas fui golpeada e encapuçada. Levaram-me sob ameaças para uma casa no bairro Punta Gorda, expropriada ao Movimento de Libertação Nacional, que passara ser usada para tortura. Ali, recebi o número 2, que me acompanharia ao longo dos quatro meses que permaneci em etapa de interrogatório, entenda-se quatro meses torturada.

Neste período, conheci outros dois lugares de tortura: o Blindados 13, conhecido como 300 Carlos ou *El Infierno,* e outra casa, que também pertencera ao MLN. De outubro de 75 a fevereiro de 76 a tortura foi aplicada a nível massivo no Uruguai. Só no 300 Carlos haviam permanentemente cerca de 200 pessoas interrogadas. Foi, talvez, a maior base de torturas, mas houveram outros lugares usados para este fim. O que os caracteriza é o alto grau de tecnificação nos meios utilizados, tratando de não deixar marcas visíveis.

De modo geral, o que todo o uruguaio detido viveu e vive, a ponto de não serem mencionados como forma de tortura e sim prática corrente, é a *capucha* e o *plantón*. O detido em todo o momento permanece encapuçado para não reconhecer locais ou pessoas. A *capucha,* feita de ponchos do Exército, é usada em todas as sessões de tortura.O *plantón* consiste deixar o detido parado, com as pernas abertas, durante horas ou até dias, sendo golpeado principalmente nos tornozelos. Às vezes, no caso de mulheres que usam salto alto, deixam-nas apenas com um calçado, numa posição sumamente dolorosa.

Outra forma muito usada é a *picana*. Há as portáteis, feitas com um pequeno cabo, quatro pilhas e dois pólos, que produzem choques, empregadas nos plantones e aplicadas nas partes mais sensíveis do indivíduo. Também se rodeia ao indivíduo com cabos que estão descapados e produzem queimaduras. Nestas situações, não se esperam respostas, mas simplesmente se plantam as perguntas em forma caótica, esperando a resposta ante o esgotamento.

Utilizam também as *colgadas,* pendurando o indivíduo com roldanas, deixando seus pés roçando o chão. Isto é combinado com a ação da eletricidade sobre os músculos com maior tensão. Os membros ficam dormentes, às vezes perdem a sensibilidade por muitos meses, ou se desgarram. O *tacho* é uma das mais tremendas e mais freqüentes torturas. A pessoa é amarrada a uma tábua e sua cabeça, coberta com um capuz, é colocada num tonel com água. Quando o afogo é quase total, a pessoa é retirada de maneira que, ao tentar respirar, percebe que não há ar no capuz. A sensação de asfixia deve ser uma das mais terríveis para qualquer ser humano.

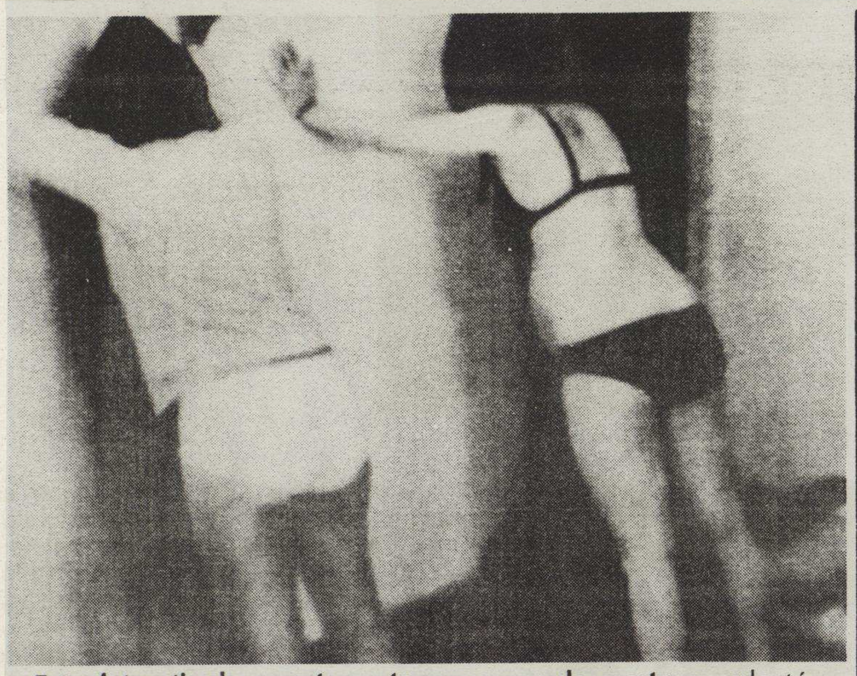
"PRESENCIEI A TORTURA LEVADA A NÚCLEOS"

A isto, deve somar-se a tortura psicológica, aplicada cientificamente, como simulações de fuzilamento. No 300 Carlos, funcionavam três rádios a todo o volume, sintonizados em estações diferentes, que, somados ao desgaste físico do indivíduo, pode levá-lo à loucura. Presenciei não só a ação sobre o indivíduo , mas também a tortura levada a núcleos. Por exemplo: fazem rodas de presos encapuçados e torturam a um deles, de maneira que os que estão em volta gritam e os demais escutam, não sabendo o que se passa, mas imaginando coisas terríveis. Aos gritos, somam-se latidos, buzinas e rádios, de maneira que a pessoa desmaia sem ser tocada.

Permaneci "desaparecida" até março de 1976, pois nenhum organismo reconheceu minha detenção nem minha existência, até que apareci em listas de presos políticos. Em abril, foi feito meu julgamento pré-sumário pelo capitão Oliveira, tendo como juiz o coronel Gamarra. Fui processada em maio e saí da incomunicabilidade. Os "crimes": assistência a associação subversiva e ameaça de falso testemunho. Aos dois anos, o fiscal Neil Ortiz pediu aumento da pena em mais quatro anos e meio por "convicção". Em outubro de 1978 fui sentenciada pelo juiz de terceiro turno de instância a quatro anos e meio, por associação subversiva e atentar à Constituição em grau de conspiração seguido de atos preparatórios.

De 14 de fevereiro a 23 de agosto de 1976 permaneci no quartel do 5º de Artilharia, um local gelado e úmido, carente de camas e banheiros. Foi lá que, mais tarde, morreria a companheira Hilda de Ormaechea. Ela foi levada ao doutor Piacensa, mas voltou ao quartel sem ser atendida e pouco tempo depois morreria de câncer vaginal. Dali fui transferida para o Estabelecimento Militar de Reclusión nº 2 (EMR2), conhecido como Penal de Punta Rieles, seguramente um modelo de experiências. Este cárcere de mulheres é na realidade, um aparato montado com a finalidade de destruir ao indivíduo, de obter um desgaste de tal natureza que o neutralize. Para isto, contam com a técnica e o tempo.

O penal é um amplo prédio situado não muito longe da cidade e cujos terrenos chegam até os limites do Aeroporto de Carrasco. Há que dizer, em primeiro lugar, que as condições de Punta Rieles, como cárcere, não são basicamente más. O prédio das celas, construído originalmente para ser um seminário, não contém umidade, tem piso de parquê e boas janelas. Mas o setor E, onde estive quase todo o tempo, conta com notórias insuficiências, como o fato de possuir só dois banheiros que eram escassíssimos, sobretudo quando estava alojadas ali 48 pessoas. Existem janelas, mas não podem ser abertas e tudo se converte num imenso forno sem luz, porque além dos vidros, colocaram recentemente acrílicos verdes em toda a abertura e impedem a entrada de ar, filtram a luz, eliminam toda a



Estas fotos, tiradas secretamente por um guarda, mostram o plantón...



...e o cavallete, **que fazem parte do cotidiano das prisões uruguaias**

possibilidade de ver o campo e causam sérios problemas ao nervo ótico.

"USAM O TRABALHO COMO FORMA DE CASTIGO"

A reclusa permanece todo o tempo num estado de tensão que, para que tenha validade, é intercalada com momentos de distensão. Em primeiro lugar, a pessoa tem consciência que seus carcereiros foram seus interrogadores e torturadores, fato que eles próprios tratam de espalhar. Punta Rieles, cuja direção corresponde à Ocoa (Organismo Coordenador de Operações Anti-Subversivas), é quase um passo obrigatório na carreira destes homens "altamente especializados" que, às vezes, são enviados ali para "descanso". Em alguns casos, há oficiais que são encaminhados para o Penal, porque estão muito nervosos ou degastados por sua atuação de torturadores.

Os casos mais conhecidos de torturadores diretos que passaram pela direção de Punta Rieles são o tenente Echeverria, o major Vasquez, o tenente-coronel Maurente, o capitão Jorge Silvera, o major Adi Bique, atual chefe de Informação e Administração das reclusas, e o capitão Juan Manuel Pagola. Há outros elementos como o tenente-coronel Creci, considerado o "pai do engenho", que concebeu as técnicas e critérios do penal. É um homem que não só se veste e atua à imagem do fascista italiano, como se declara publicamente como tal.

A tortura em Punta Rieles é basicamente psicológica, embora seja freqüente a prática do *plantón*, a *capucha*, a falta de comida. Eles tentam sobretudo incrementar a individualidade, centrar os problemas em cada caso particular, de maneira que cada um viva a angústia de sua própria situação, deixando de lado a problemática geral. Para alcançar isto, eles promovem as diferenças entre as reclusas, seja ideológicas, políticas ou sociais. Um elemento que usam constantemente é o trabalho como forma de castigo. A presa política anseia o trabalho, concebe a vida como trabalho. Mas há dois tipos de trabalho: o que realiza para si, como atividades manuais e a faxina de sua cela, e o que é obrigado a realizar.

A primeira coisa que a reclusa ouve ao entrar no penal é que "nenhuma atividade é voluntária". A partir das denúncias internacionais eles tentam de todas as formas arrancar do preso a declaração de que trabalha voluntariamente. Assim, aparentemente trabalhar numa horta pode se pensar como produtivo. Mas se este trabalho se faz a pleno sol ou, durante 12 ou 14 horas por dia ou em pleno inverno, desabrigada, sendo obrigada a permanecer curvada sem poder endireitar o corpo, e permanentemente insultada pela guarda feminina, a horta se converte em tortura. Além do mais, eles demonstram por ações a inutilidade deste sacrifício: por exemplo, a cebola que se planta hoje, obrigam a tirar antes que cresça.

"A RECLUSA NÃO PODE RECEBER INFORMAÇÕES"

No princípio, fazendo diferenças arbitrárias e impondo o critério de que quanto maior produção melhor conduta, houve gente que achou que havia mérito no trabalho. Mas foi comprovado que o trabalho era simplesmente um dos terrenos escolhidos por eles para provocar divisões. Há que se somar a proposta de trabalhar para a repressão, como azeitar fechaduras, passar as calças dos oficiais ou pintar os paus utilizados para reprimir.

Se, por um lado, eles incrementam a individualidade, por outro, transformam o preso apenas num número ou num uniforme cinza, que não se pode tirá-lo em nenhuma circunstância, para provar que pessoa é um objeto. O regulamento, que aparece e desaparece, existe e não existe, só tem um capítulo: o das obrigações.

As sansões mais pesadas, como os longos isolamentos em celas de castigo, em geral, nada têm a ver com a atuação da reclusa, mas sim com os interesses que têm em relação ao grupo, ou com o estado particular em que se encontra a pessoa. Cada reclusa é observada permanentemente por gente especializada que informa constantemente sua atividade, sua conduta, seu estado de ânimo ou físico. Serve a observação direta, os antecedentes, os problemas familiares que transpiram nas visitas gravadas, etc. E serve o momento particular de cada um com relação à proximidade de sua libertação ou de sua sentença. Para conseguir estas observações contam não só com o pessoal feminino, mas também, desgraçadamente, com reclusas vencidas que atuam contra as próprias companheiras.

Há outro elemento fundamental: a reclusa de Punta Rieles não tem nenhuma informação de nenhum tipo. Nas visitas não se pode falar de outra coisa, que não temas familiares e no caso do parente se atrever a romper o silêncio, é sancionado ou ameaçado, de modo que ele próprio se autocensura e não fala de quase nada. Depois da visita da Cruz Vermelha, estão deixando escutar rádio. Mas a maior parte das pessoas passa até 10 anos sem saber o que se passa no mundo. É uma forma de dar a impressão que o mundo não existe além das barreiras do presídio, diminuído o horizonte e as perspectivas do indivíduo. O isolamento da reclusa ocorre em todos os níveis. A presa de Punta Rieles sofre muita insegurança e todo o momento é trocada de setor, sem poder adaptar-se às companheiras.

O oficial encarregado da Sanidade do Penal é o major Marabotto, que foi denunciado por ter participado da formação de torturadores, de maneira que a reclusa, mais que vê-lo como um profissional, o vê como um torturador, a quem procura apenas quando é imprescindível. O preso é atendido ou não, curado ou deixado à morte, de acordo com os interesses táticos. O próprio diagnóstico é usado como uma arma. Uma pesquisa nos arquivos médicos de Punta Rieles revelará fichas com dezenas de páginas escritas, onde se recomendam tratamentos que nunca se deram, análises nunca feitas e, em alguns casos, diagnósticos que não se pode saber se são falsos ou verdadeiros. E, para que não transcendam nomes ou situações, os internados são designados nas fichas com seu número, o que se presta a fáceis equívocos de tratamentos ou diagnósticos.

"TESTEMUNHAMOS ATAQUES DE HISTERIA DAS GUARDAS"

Em Punta Rieles há dois tipos de guarda: a externa, formada por soldados das diversas armas do Exército e que não têm nenhum contato com as presas, e a interna, composta por uma companhia única especializada. O que quero ressaltar é que o papel desta guarda feminina é o da responsabilidade direta sobre as presas, mas ela não decide. Sua função é carcerária. Há alguns casos de guardas que foram reconhecidas como torturadoras, mas são raros. É que elas estavam no 300 Carlos, na custódia direta às presas, durante as torturas massivas de 1976 (a companhia foi criada em 1972). Quem está no Penal, são as guardas de trajetória mais obscura, que sabemos são vítimas de situações. Não só vítimas, pois suas ameaças que são constantes dos períodos de "aprete", nos recordam diretamente situações vividas, ou nos enumeram torturas bem conhecidas por elas.

Selecionadas em estratos sociais baixos, todas recrutadas no interior do país de maneira a não terem vinculação com Montevidéu, não possuem família, sendo mulheres de uma inescrupulosidade notória, atuando como ressentidas sociais, altamente violentas e invejosas. Sua vida não é fácil e não têm possibilidade, na maioria dos casos de constituírem família. Com pouco tempo de serviço, nota-se a deterioração física e psíquica, já que sua função é provocar permanentemente a presa. Isto as destrói como pessoa. Testemunhamos durante anos ataques de histeria por parte de algumas guardas, que se mantinham à base de drogas.

A repressão uruguaia tem um ódio especial aos judeus. Além de todos os vexames que submetem ao preso político, inclusive violações ou torturas na presença de familiares, valendo-se da chantagem para obter informações, os torturadores pintam suásticas no corpo dos judeus, como aconteceu comigo. Em mais este ponto, eles são parecidos com os nazistas.

Juntos



primeiro disco gaúcho independente

Exclusivo no Doce Vida
república, 163

o Anjo do Nelson



SE O PROBLEMA FOR SAÚDE, SIGA O EXEMPLO DOS MÉDICOS



Eles têm preferido o Sistema UNIMED para o seu atendimento e o de seus familiares. Faça como os médicos: confie a assistência de sua família e de sua empresa à UNIMED.

— **Ausência de intermediários**
— **Menor custo**
— **Padrão Sistema UNIMED de Saúde**

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 142
Fone: 31-1677

O país do futebol passado a limpo por um "brasilianist"



Agência Estado

Levine: a vez da história do cotidiano

Serão cinco anos de trabalho para contar a história do futebol brasileiro. Sem o ranço de "ópio do povo"

O *brazilianist* Robert Levine, 40 anos, autor de *O Regime de Vargas,* resolveu escrever agora um outro tipo de história brasileira. Apoiado por uma equipe, Levine está iniciando seu projeto de escrever a história do futebol brasileiro. Ele vai investir de 5 a 7 anos de trabalho na pesquisa e redação de cinco volumes, numa nova abordagem dos problemas da sociedade brasileira. Levine, que durante 16 anos foi professor na Universidade de Nova Iorque está se mudando para Miami e vai intercalar suas atividades nos Estados Unidos com o trabalho no Brasil. Mais ligado a temas antropológicos e sociais, o professor norte-americano diz que já se escreveu muita história sobre o papel das elites e, por isso, vai agora concentrar atenção no cotidiano do povo brasileiro.

E, no cotidiano, com certeza nada mais acertado que escolher o futebol, afinal, um dos principais elos culturais do país. Levine, que por coincidência chegou ao Brasil pela primeira vez em março de 1964, pretende estudar o desenvolvimento do futebol no país sob vários aspectos, como a mudança racial, iniciada em 1910 quando o Vasco da Gama, pela primeira vez usou jogadores que não eram da elite, mas do subúrbio e por isso mesmo muitas vezes chamados de sifilíticos.

O primeiro volume será dedicado ao desenvolvimento dos times em suas respectivas cidades. O segundo será sobre o jogador — "a biografia dos heróis, mesmo os desconhecidos do Rio Grande do Norte ou do Ceará". O terceiro será dedicado ao contexto internacional, a participação brasileira em competições em todo mundo. O quarto volume será de fotografia, uma tentativa de documentar visualmente um tipo de relação social que tem o futebol. E o quinto será um compêndio estatístico do principal esporte brasileiro.

"Eu não sou maluco por futebol", diz Levine, que já escreveu para uma revista americana um trabalho sobre o futebol no Brasil. "Mas, gosto de futebol" — explica ele — "e o mais interessante para mim é ver o comportamento das pessoas que vêem o futebol". A seguir, publicamos trechos de uma entrevista de Robert Levine ao **Coojornal** sobre o futebol na vida do brasileiro.

— Como é que você vê o futebol?

— Esteticamente, o futebol é uma beleza. A maneira como o jogador flui, como se estivesse num balé. O esporte americano é muito mais violento,o baseibol por exemplo. Eu gosto do baseibol pela sua estratégia, mas tenho até vergonha quando levo um brasileiro para ver esse tipo de jogo. Há muitos jogadores gorduchos. Tem lançadores que bem poderiam perder uns 25 quilos.

— E o futebol brasileiro se desenvolveu nos Estados Unidos depois de Pelé?

— Eu esperava que o futebol brasileiro representado pelo Cosmos e pela Liga Americana de Futebol alcançasse maior sucesso ao ser implantado. Eu sei que os jogos do Cosmos lotam o estádio. Chegam a levar até 72 mil pessoas. Mas isso não significa que o futebol brasileiro, representado pelo Cosmos, está ganhando público. A maior parte dos espectadores é de descendentes estrangeiros, imigrantes da Europa Oriental, espanhóis, italianos e sul-americanos.



Caldas Júnior

Copa 78: "O que é mesmo que os militares ganharam com ela?"

— Qual é sua opinião sobre essa velha expressão: "futebol é o ópio do povo"?

— Acho que é muito fácil acreditar nisso, como também é muito fácil desaprovar essa tese. Tudo depende da maneira como se coloca o futebol no seu mundo. Poder-se-ia dizer, por exemplo, que a vitória do Brasil em 70, iludiu a fome do povo, mas é muito simplismo. Eu acho que de certa maneira o futebol tem contribuído para a satisfação da vida brasileira. Também acredito que o futebol tenha ajudado muito a criar um sentido de comunidade. O nivelamento das pessoas de diferentes classes sociais é também um fato interessante no futebol. A explosão de alegria em 70 com a vitória do tricampeonato foi um fato que uniu o povo brasileiro. Isso é igualmente válido para se dizer que é ópio, mas é provavelmente menos importante. Mesmo quando o time perde há uma identificação com algo que fracassa, é uma maneira de expressar as frustrações da vida, porque o brasileiro como muitos povos do mundo deve ter muitas frustrações. E se não fosse esses ópios — futebol, samba — a vida seria muito triste. Eu não gosto nem de pensar numa vida sem futebol, acho que seria uma vida muito cinza. E ninguém me provou que sem futebol se teria mais consciência de classe.

— E a manipulação do futebol?

— É claro que há manipulação. A prática dos cartolas, por exemplo. É fato que eles usam o futebol para o carreirismo político. Mas isso acontece em todo o país em outras carreiras. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe muito no baseibol.

— Que é que você quis dizer com "o futebol une o povo"?

— Quando eu usei a palavra união no sentido de unir as pessoas, eu estava fazendo outras observações também: que o brasileiro ainda vive, a meu ver, numa sociedade marcada por valores diferentes, padrões diferentes. O futebol é uma das poucas coisas que acontece durante um ano inteiro que dá um toque de conversa entre um executivo, por exemplo, e um motorista de táxi. Eu acho que a sociedade precisa de coisas desse tipo. A televisão também faz isso.

— O uso político que os regimes fechados fazem do futebol é eficiente?

— Quando a Argentina foi sede da última Copa do Mundo, foi até um risco o governo argentino ter convidado jornalistas estrangeiros. Ao nível da manipulação, o que o governo fez ao se identificar com a vitória do futebol argentino é algo quase clássico. Agora eu não sei exatamente o que vai acontecer na Espanha. Sabemos que a Espanha está vivendo uma situação difícil, com a possibilidade de golpes. Eu acho que o uso do futebol pelos governos fechados tem dois lados: tem o lado útil para o regime, mas também é perigoso. Na Argentina, por exemplo, quando os jornalistas chegaram ao país eles não queriam saber sobre as chances da seleção, queriam saber sobre presos, sobre desaparecidos. Em Nova Iorque as reportagens, dia após dia, falavam do número de policiais que se via — policiais demais. O governo argentino, de um lado, aproveitou porque a vitória meio inesperada serviu para alimentar o sentimento nacionalista argentino. Mas no exterior, o fato de que muitos jornalistas que foram ao país não gostarem do que viram pode ser considerado uma derrota para o Governo.

— Você acha que o futebol é usado para controlar a população? Que é um mecanismo deste tipo?

— Controlar acho forte demais. O esporte em todo mundo tem sido usado desde o século passado como diversão. Se há no mundo pão e circo, o futebol entra como circo. O futebol americano faz loucuras nos dias 14 e 15 de janeiro quando se decide o campeonato nacional. Não quer dizer que nesses dias a violência cesse no país. Nesse sentido não é controle social. Não é no sentido de que existe alguém diabolicamente manipulando por trás. Mas é um controle social no sentido de que é uma atividade que une todo mundo. E mais sutil.

— Mas em determinado momento o futebol foi usado, no tempo do Médici, por exemplo. Ou não?

— O Médici foi mais aberto sobre isso que os outros, porque ele foi torcedor e ele fez questão de mostrar isso. O governo atual não sei se por piada, disse que não sabe por qual time torce. O Médici quando dizia que era torcedor do Grêmio e do Flamengo queria dizer que era irmão do povo. Tentava se identificar com o povo, como fizeram Getúlio e Ademar de Barros.

— Você tem observado outros aspectos também, o racial, não?

— Eu fiquei surpreso com o caso Tostão, quando fizeram o filme *Tostão, a Esperança Branca*. Sou estrangeiro, tinha que notar isso. É estranho também como chamaram Zico de "Pelé branco", na França. A idéia é de que se tem alguém como Pelé que não é preto. Aliás, a palavra esperança nesse sentido foi usada nos Estados Unidos nos piores tempos. No início do século quando o campeão mundial de pesos pesados de boxe era Jack Dempsey, preto como Pelé, cada irlandês forte que era lançado contra ele era uma esperança branca. Durante anos Dempsey demoliu essas esperanças. Era uma espécie de apelo da imprensa — pelo amor de Deus temos que derrubar esse preto.

— E o torcedor? Qual é sua visão a respeito do torcedor?

— Uma coisa me dá um pouco de receio. A maneira como a imprensa e a torcida recebem as vitórias da Seleção — "agora somos os melhores do mundo". Se perder, o preço do feijão continua o mesmo, o céu permanece azul, o mundo continua. Mas, não, os brasileiros ficam como antropófagos comendo seus técnicos e jogadores, como aconteceu em 50 no Maracanã com o técnico Flávio Costa, que era considerado um gênio do futebol.



6º ANIVERSÁRIO DO COOJORNAL

Co-Promoção Rádio Bandeirantes FM: Qualidade em primeiro lugar

PROGRAMAÇÃO

FESTIVAL DE CINEMA BRASILEIRO

Cine ABC — 24 horas
*Dia 6/11 — O homem que virou suco
*Dia 7/11 — Os anos J.K.
*Dia 13/11 — Pixote
*Dia 14/11 — Terra de Índios
*Dia 20/11 — Muito Prazer
*Dia 21/11 — Até a última gota
Ingressos gratuitos na rádio Bandeirantes, Doce Vida e Coojornal

MOSTRAS

Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS — 21 horas
*Dia 11/11 — Festival de Cannes de Filmes Publicitários
*Dia 12/11 — Jornada de Super-8
*Dias 18 e 19/11 — Áudio-Visuais Cuba e Moçambique

LITERATURA

Dia 15/11 — 11 horas
*Homenagem ao Barão de Itararé e autógrafos à mão cheia na Praça da Alfândega — Feira do Livro

TEATRO

De 7 a 15/11 — 16 horas (infantil) e 21 horas (adulto)
Dias 7 e 8/11 — 21 horas (adulto - infantil)
Sala Álvaro Moreira — Centro Municipal de Cultura
*Projeto Mambembá
Dias 19, 20, 21 e 22/11 — 21 horas
*Trenaflor — Grupo Vende-se Sonhos
Colaboração Secretaria Municipal de Educação e Cultura

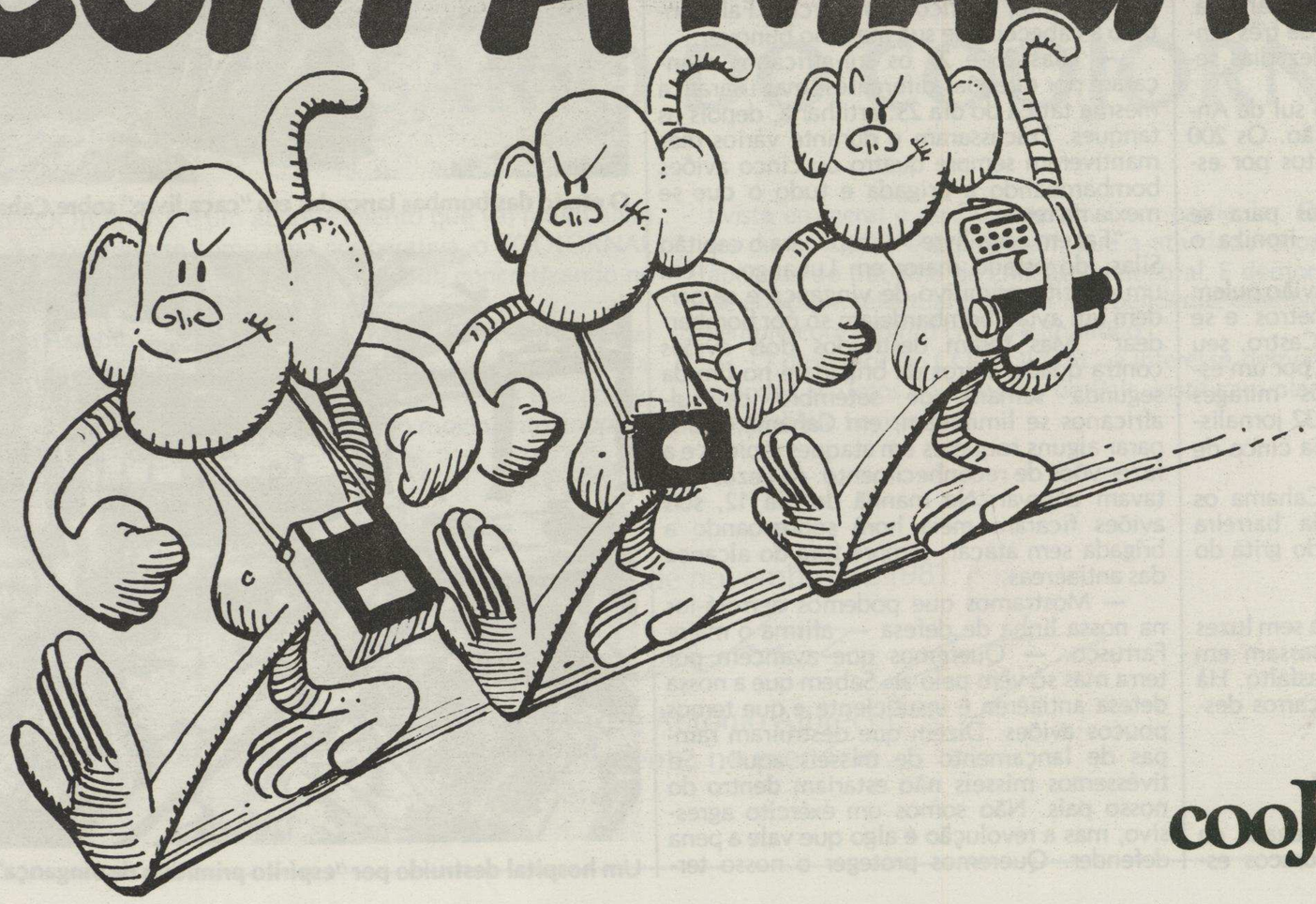
MÚSICA

Dias 13, 14 e 15/11 — 21 horas
*Show Juntos, lançamento do disco de Nélson Coelho de Castro
Salão de Atos da Reitoria da UFRGS

Dia 17/11 — 21 horas
*Show de Aniversário do Coojornal — Espetáculo Coletivo (Aguarde programação especificada)

Teatro de Câmara — A partir de 19/11 — 21 horas
*Show Sonhos Soltos de Léo Ferlauto e banda

TÔ COM A MACACA!



coojornal

Relato da resistência à furia sul-africana

Licínio Azevedo, de Angola

A África do Sul usou todo tipo de armas e táticas na invasão de Angola. Destruiu hospitais e matou até aliados seus, por precipitação. Mas não abalou o ânimo e o humor dos angolanos.

Jaime Baltazar Preto parou no meio do pátio, encostou a coronha da velha Mauser no ombro e deu cinco tiros nos aviões que sobrevoavam a cidade e bombardeavam tudo o que havia nela. Baltazar estava na horta quando ouviu aquele barulho. Então viu os mirages e correu para seu Mauser. Estava disposto a continuar atirando, mas alguém gritou: "Sai daí velho louco, larga esta arma que vão acertar uma bomba na tua casa".

— Eu sou velho, tenho 64 anos — diz Baltazar. — Mas não sou louco! Vivo nesta cidade de Cahama, destruída pelos racistas sul-africanos. Fiz aqui minha casa de blocos, tenho minhas galinhas, minha horta, meus cabritos e cuido da pensão Boa Esperança. Quando vejo o inimigo abro fogo.

— Ah, Jaime, Jaime! — suspira Baltazar. — Pulei prá cozinha sem largar a arma, peguei a mulher e os filhos e corri com eles pro campo. Enfiei a família num buraco e voltei correndo. O desgraçado de um avião pensou que o buraco era trincheira e picou pra largar uma bomba em cima. Levei um susto mas a bomba não explodiu. Fez um furo na margem do rio que está seco porque tudo aqui está seco e ficou enterrada lá pra todo mundo ver.

O bombardeio durou sete horas. A casa de Baltazar ficou inteira, mas quando o último avião sumiu, o hospital, o armazém, a padaria e noventa das cem casas de Cahama estavam destruídas. Cahama fica na província de Cunene, no sul de Angola, a 200 quilômetros da fronteira com a Namíbia. É um ponto estratégico na estrada que liga Ngiva, capital do Cunene, à Lubango, a capital de 100 mil habitantes da provícnia de Huila.

O ataque à Cahama, 23 de agosto, foi o começo da invasão sul-africana à Angola. Nos dias seguintes 11 mil soldados da África do Sul tomaram Ngiva, diversas outras pequenas povoações, e se instalaram em 40 mil quilômetros quadrados do território angolano. A sua força aérea, a maior da África, destruiu os radares da região e passou a controlar uma área três vezes maior com 140 aviões que decolavam de bases no norte da Namíbia. O objetivo dos sul-africanos parecia ser Lubango. Mas não conseguiram passar pelos 2.500 homens do exército angolano entrincheirados em volta de Cahama. Foram obrigados a recuar depois de três tentativas de avanço por terra e dez dias seguidos de bombardeio aéreo.

Lubango é o último ponto no sul de Angola onde se pode chegar de avião. Os 200 quilômetros até Cahama são feitos por estrada, à noite.

— Viaja-se em jipes abertos para se apreciar melhor a paisagem — ironiza o diretor de transporte de Lubango.

— Quando ouvirem ruído de avião pulem fora, corram quinze ou vinte metros e se joguem no chão — recomenda Castro, seu colega. Castro foi ferido no peito por um estilhaço de roquete quando os mirages atacaram os carros que levavam 32 jornalistas de oito países à Cahama, dia cinco de setembro.

No meio do caminho para Cahama os jipes reduzem para passar pela barreira militar de Chipemba e um soldado grita do escuro:

— Ô pá, apaguem as luzes!

Dali em diante a viagem é feita sem luzes e os caminhões militares que passam em sentido contrário têm a cor do asfalto. Há crateras de bombas na pista e carros destruídos nas margens.

VAI COMEÇAR O FADO!

Os soldados da brigada encarregada da defesa de Cahama vivem em buracos escavados na terra arenosa, entre arbustos secos pouco mais altos que um homem. De dia parece um deserto. Os homens se movimentam só o indispensável, com os ouvidos virados pro céu. Às vezes é preciso estar a menos de dez metros para ver um tanque ou uma antiaérea camuflados com galhos secos, dentro de um buraco.

Nos fins de tarde, quando o perigo dos aviões dimiui, aumenta o movimento nas picadas que ligam as trincheiras. À noite o deserto tem a animação de uma cidade. Grupos de soldados conversam fora dos abrigos ou escavam a terra para esconder um blindado. Tanques, jipes e caminhões passam de um lado para outro com as luzes apagadas.

O comandante da brigada, major Farrusco, aparece por uma picada às 6 e 15 da manhã. Aponta para o céu e grita de longe:

— Daqui a 45 minutos é que começa o fado!

Tem 32 anos e aparenta mais alguns. É um homem baixo, barba de três dias no rosto magro, olhos vivos e voz rouca. Come, dorme, faz reuniões e planos de guerra com 30 homens dentro de um bunquer projetado por ele que já aguentou uma bomba de 450 quilos.

— Na primeira tentativa de tomar Cahama os sul-africanos se concentraram a 30 quilômetros daqui. Começaram a disparar a artilharia e avançaram com tanques pensando que íamos fugir — conta o major, filho de camponeses do sul de Portugal que chegou à Angola em 1969 e entrou para a MPLA quando era operário em Lubango. — Nossos postos de observação localizaram os tanques e atacamos com artilharia de médio alcance enquanto com a de longo alcance acertávamos os canhões deles. Foi dia 25 de agosto, sete da manhã. Os tanques estavam a quatro quilômetros das nossas primeiras posições quando viram que não podiam mais contar com o apoio da artilharia e se retiraram.

O major está na guerra desde a primeira invasão sul-africana, em 1975. Naquele ano comandou 60 guerrilheiros do MPLA contra 2.000 homens da Unita nas serras perto de Lubango. Perdeu dois litros e meio de sangue com um tiro no pulmão direito mas quando os sul-africanos se retiraram de Angola, no ano seguinte, ele ficou no exército. Fala sentado à cabeceira de sua mesa no bunquer:

— Dias 26 e 27 os sul-africanos avançaram por direções diferentes, mas usaram a mesma tática do dia 25: artilharia, depois os tanques. Fracassaram e durante vários dias mantiveram sempre quatro ou cinco aviões bombardeando a brigada e tudo o que se mexia na terra.

"Fazem caça livre" — explicara o capitão Silas, do estado maior em Lubango. "Têm um espírito primitivo de vingança e se perdem um avião bombardeiam só por bombardear". Mas foram destruídos dois aviões contra quatro carros da brigada e no fim da segunda semana de setembro os sul-africanos se limitavam, em Cahama, a disparar alguns roquetes em ataques rápidos e a fazer vôos de reconhecimento. Às vezes tentavam enervar. Na manhã do dia 12, seis aviões ficaram meia hora sobrevoando a brigada sem atacar, sempre fora do alcance das antiaéreas.

— Mostramos que podemos derrotá-los na nossa linha de defesa — afirma o major Farrusco. — Queremos que avancem por terra mas só vêm pelo ar. Sabem que a nossa defesa antiaérea é insuficiente e que temos poucos aviões. Dizem que destruíram rampas de lançamento de mísseis aqui. Se tivéssemos mísseis não estariam dentro do nosso país. Não somos um exército agressivo, mas a revolução é algo que vale a pena defender. Queremos proteger o nosso território, reconstruir o país. Por enquanto estamos imobilizados aqui e em outros pontos, mas logo avançaremos até onde temos direito, até as nossas fronteiras.

— Com licença, major — diz o soldado que entra rapidamente na sala de comando e interrompe o comandante, pondo-se ao seu lado.

— Dois objetivos foram localizados em cima de nós.

— Em que zona? — Em que zona? — pergunta o major.

— Na cidade.

— Altitude?

-- Mil metros.

— Mil metros! — o major se surpreende, levanta e sai depressa.

— É a primeira vez que aparecem à noite voando tão baixo — explica um oficial que vem de fora do bunquer, larga a sua Kalash encostada na parede de concreto e acrescenta: — Isto é um mau sinal!

AS TRIPAS NAS MÃOS

Cahama agora é uma cidade de bois e de cabritos, de cães tristes. Tem crateras de quatro metros de diâmetro e um metro e meio de profundidade no meio das ruas. A população se escondeu no mato, perto dos poços de água. Só aparece no começo da noite, junto com refugiados de regiões ocupadas que afluiram para ali. É quando o depósito da Loja do Povo começa a distribuir comida.

O depósito, um galpão inacabado de blocos, coberto com zinco, é um dos poucos prédios que ficaram em pé. No fim do dia o risco da aglomeração de pessoas atrair os aviões é menor. Mesmo assim quando o diretor do abastecimento chega e estaciona o seu Land Rover perto da pensão Boa Esperança, Baltazar grita:

— Leva este carro branco pra longe de

Fotos Carlos Calado





Baltazar (acima, à dir.) com sua velha Mauser...



O efeito das bombas lançadas em "caça livre" sobre Cahama



Um hospital destruído por "espírito primitivo de vingança"

minha casa, porque não quero mais bombas aqui!

Baltazar ganhou uma Kalash depois do bombardeio e agora guarda a sua mauser em casa. Nestes dias, com Cahama vazia, além de cuidar das suas coisas se agita de um lado pra outro em tarefas de emergência. Recolhe medicamentos nos escombros do hospital, liga e desliga o motor da luz da cidade que não levou bomba apesar de estar no meio de uma área arrasada. E corre da horta do comissariado político para a horta da brigada para espantar os bois.

— Na horta da brigada não teve jeito, os bois limparam tudo — diz Baltazar, desolado.

Em 1975 os colonistas ofereceram 50 contos pela cabeça dele. Baltazar ficou oito meses escondido com a família no mato, bebendo água com lama, e quando os cubanos chegaram na região se apresentou como guia.

— Estou farto de guerra! — desabafa. — Já é uma da tarde e hoje eles ainda não apareceram. Isto é mau, devem estar planejando qualquer estrago. Quando passam aqui em cima não dá vontade nem de comer. Carrego as tripas nas mãos.

O vento que passa pelos buracos feitos pelos estilhaços das bombas nas paredes semidestruídas faz um ruído semelhante a um jato. A padaria perdeu todo o telhado mas numa parede permanece intacto o mural colorido de José Marti desenhado pelos cubanos há três anos. Ela era do português Mário Batista que fugiu com a independência. Muitos portugueses, antigos proprietários na província de Cunene, foram vistos com os sul-africanos em Ngiva. O exdono da padaria era um deles.

— Vestia uniforme do exército sul-africano e servia de intérprete — afirma Narciso Carvalho, de 33 anos, mecânico de Ngiva refugiado em Cahama. — Eu estava escondido no hospital com a mulher e os três filhos e apareceram cinco sul-africanos para levar as ambulâncias. Mário Batista vinha junto. Amarrei uns panos brancos nos pulsos, como se fosse bandeira de paz, pra enganar os homens. Tirei os rotores das ambulâncias e dei pro médico esconder. Não puderam levar nenhuma delas. Estavam carregando todos os carros novos pra África do Sul, amontoavam os mais antigos no meio da cidade e botavam fogo.

Narciso já conhecia as bombas sul-africanas. Neste ano foi atacado cinco vezes quando dirigia caminhões para Lubango. Na última vez os aviões destruíram a coluna de 13 carros em que ele seguia, mataram cinco pessoas. Agora, para fugir de Ngiva, ele se juntou à uma coluna de refugiados que os sul-africanos deixaram partir para o norte. Na ponte de 1.200 metros sabotada pelos "boers" no rio Cunene o grupo de Narciso teve que abandonar os carros e seguir 100 quilômetros a pé até Cahama. Teve sorte. Outra coluna de refugiados que vinha mais atrás foi bombardeada pelos mirages e deixou mortos pelo caminho.



...atirando nos aviões sul-africanos e correndo para cuidar do gado

CAVALARIA E MOTOS 750

Em Ngiva os sul-africanos surpreenderam a brigada que defendia a cidade, depois de algumas horas de bombardeio aéreo. Entraram com cavalaria e motos de 750 cilindradas que lhes permitiam movimentos rápidos no deserto. Trouxeram, em helicópteros, cães treinados para matar e os lançaram contra as guarnições das antiaéreas. No fim de um dia de combate a brigada se retirou, alguns soldados dispersos andaram 400 quilômetros para chegar à Lubango.

Os sul-africanos capturaram um sargento soviético em Ngiva. O sargento vivia lá com a família, trabalhava como assessor do exército angolano. Sua mulher foi morta no bombardeio e durante a retirada ele ficou para trás com o cadáver nos braços. Foi exibido pelos sul-africanos como prova da interferência soviética em Angola.

— A captura do sargento não é um trunfo — responde o major Farrusco. — Ele estava na capital do Cunene e formava quadros das nossas forças armadas. O mundo inteiro sabe que temos assessores soviéticos. Esta invasão mostra que eles são necessários.

De óculos e barba comprida, cabelos precocemente brancos, o capitão Silas, de 37 anos, costuma ser objetivo:

— É possível que os sul-africanos queiram criar uma zona tampão no sul de Angola — diz ele. — Com a aviação podem controlar tudo abaixo do paralelo 16 e tentar impedir o nosso apoio à luta de libertação do povo namíbio. No ataque à Ngiva eles usaram pela primeira vez o Mirage F-1, bisônico. Também usaram o caça-bombardeio Buccaneer, capaz de transportar bombas nucleares. Será difícil saber os números desta guerra.

No Hospital Doutor Agostinho Neto, em Lubango, com 260 camas, passaram 300 civis e 400 soldados feridos. Muitos morreram sem atendimento nas zonas ocupadas. Um número grande foi socorrido nos pequenos hospitais espalhados pela região. Eram mais de 100 no hospital das freiras irlandesas, em Tchiulo, onde elas impediram que os sul-africanos matassem os soldados angolanos feridos.

Nos últimos três anos, até o começo da invasão, 1.800 angolanos tinham morrido e 3 mil ficado feridos nas agressões sul-africanos. Angola perdeu 7 bilhões de dólares e é obrigada a desviar para a defesa metade do seu produto interno bruto de 3,6 bilhões de dólares. A invasão transformou mais 100 mil pessoas em refugiados de guerra. Mas antes de abandonar suas casas algumas cobraram o seu preço, conta o capitão Silas.

— Os homens da Unita tinham atravessado a fronteira numa região ocupada para saquear uma aldeia. A população correu até os sul-africanos que estavam perto e disse que os guerrilheiros da Swapo — movimento de libertação da Namíbia — estavam roubando seu gado. Os sul-africanos, então abriram fogo por engano contra seus aliados e mataram alguns deles.

Cahama, 17 de setembro. Às 10h30min dois mirages aparecem sobre a cidade. O tenente Sebastião esteve nos combates de Ngiva, na guerra de trincheira entre cães, jatos e cavalos. Em pé, na varanda de uma casa meio destruída, ele segue o ruído dos aviões e comenta:

— Agora dão a volta... agora estão baixando... baixando.

O ruído dos aviões diminui, o barulho é outro. O tenente conta em voz alta:

— Uma, duas, três... desta vez foram três bombas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Gabinete da Presidência

O ANIVERSÁRIO DO COOJORNAL

O 6º aniversário do COOJORNAL é um acontecimento que vai muito além do âmbito jornalístico. Ao constituir-se como uma cooperativa, o COOJORNAL abriu um novo campo de experiências no Rio Grande do Sul, concretizando no setor de Imprensa as formas de associação do trabalho comunitário.

Isto, por si só, obriga a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a prestar uma homenagem a todos os seus jornalistas e trabalhadores, não só pela iniciativa, mas igualmente pela persistência de terem continuado fiéis a ela, apesar das pressões de diferentes tipos pelas quais tem passado o movimento cooperativista em geral e essa Cooperativa em particular. Os jornalistas e trabalhadores do COOJORNAL provaram que a atividade cooperativa também pode ser aplicada ao trabalho de criação intelectual. E demonstraram que esse trabalho de criação intelectual pode ser independente, desenvolvendo-se sem temor, mas sempre com espírito crítico e analítico.

O destemor do COOJORNAL, o interesse demonstrado na abordagem dos grandes assuntos do Estado e do País, justificam plenamente a homenagem da Assembléia Legislativa.

Porto Alegre, 6 de novembro de 1981.

Deputado José Antônio Albrecht,
1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência.

A DOENÇA DOS RIOS

Eduardo Bueno

O contínuo processo de degeneração das águas que formam o estuário do Guaíba será acelerado com os despejos petroquímicos. Nossos rios (santuário dos índios) estão morrendo.

Graças a Vicente, um velho índio guarani que perambulava pelas ruas de Porto Alegre, no início do século passado, a lenda não se perdeu para sempre. Trazido das Missões depois do massacre de milhares de guaranis, Vicente morou durante muitos anos num pequeno casebre à beira do arroio Dilúvio, quase junto ao Guaíba. Lá, costumava contar várias vezes a triste história de Obirici, uma princesa indígena que nem sequer pertencia ao mesmo grupo étnico que ele.

Obirici era da tribo Arachane, um grupo que os colonizadores logo batizaram de índios *Patos*. Poderosa, a tribo dominava toda a margem ocidental de *Paranatinga* — a laguna que, em sua homenagem, foi chamada de Lagoa dos Patos — e ocupava também as margens do Guaíba, exatamente onde hoje se localiza a cidade de Porto Alegre. Sua população até hoje ainda não foi corretamente avaliada, mas deveria estar em torno de 20 mil almas.

À beira do rio, em casa ou nas ruas irregulares do centro da cidade, Vicente parece ter contado sempre a mesma história. Os Arachane das margens do Guaíba, segundo ele, viviam divididos em dois principais grupos: os *tapi-mirim,* habitantes da aldeia pequena, na margem norte do Gravataí, e os *tapi-açu,* habitantes da grande aldeia, que ocupavam o topo do morro de Santa Teresa. Obirici era filha do cacique Juparetã, chefe do *tapi-mirim* e apaixonou-se por um guerreiro do *tapi-açu*.

Apesar de nobre e formosa, não era a única candidata ao casamento que poderia unir as duas tribos. Tinha uma rival à altura, vinda de outra aldeia. Para decidir qual delas casaria com o guerreiro, as tribos organizaram um torneio nas margens do Gravataí, um rio calmo, de leito arenoso, repleto de peixes e cercado de árvores imponentes.

Apaixonada e nervosa, Obirici perdeu. Desesperada com a derrota, saiu caminhando sem rumo, em direção ao extenso areial que existia entre as margens do rio e os morros de Porto Alegre. Ali, sentou-se à sombra de uma enorme figueira e chorou por três dias e três noites, antes de morrer.

Seu choro foi tanto que acabou formando um pequeno, mas belíssimo riacho, o *Ibicuíretã,* ou arroio que corre sobre a areia, sagrado na memória dos Arachane. Lá, "em suas águas divinas", iam buscar consolo todas as mulheres cujos maridos haviam morrido em combate num ritual que, seguramente, prolongou-se até as primeiras décadas do século XVIII. Contada por Vicente, a lenda foi escutada e transcrita por um certo José Antônio de Caldre e Fião, em 1875, e só então se propagou.

Hoje, dois séculos e meio depois da ocupação de Porto Alegre, o *Ibicuíretã* é um esgoto a céu aberto. Suas águas fétidas e cinzentas estarão quase que totalmente canalizadas até o final do ano, quando iniciam as obras da gigantesca filial gaúcha do Shopping Center Iguatemi, construído justamente nas antigas margens do arroio. Satisfeitos com a chegada do Shopping, os poucos moradores do bairro Passo da Areia que conhecem aquele córrego imundo e mal cheiroso não podem imaginar que ele já foi um riacho límpido e sagrado na tradição de um povo que eles também não sabem que existiu.

★ ★ ★

O exemplo do *Ibicuíretã* retrata com precisão a trajetória de destruição e morte a qual estão sendo submetidos, hoje todos os rios que formam a bacia do Guaíba. Apesar de fundamentais na colonização do estado e na definição do local onde atualmente se assentam as principais cidades da região metropolitana de Porto Alegre, do Planalto e da Depressão Central; mesmo sendo a única fonte para o abastecimento de água para mais de três milhões de pessoas, quase cinco milhões de animais e 3.080 indústrias; abrigando milhares de espécies selvagens, irrigando mais de 200 mil hectares de cultura agrícola e com mais de 500 quilômetros navegáveis, os rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos e Gravataí, não têm recebido um tratamento muito diferente daquele dispensado ao apodrecido arroio da Areia. Neste caso, porém, tal desprezo poderá ter conseqüências bem mais desastrosas do que a morte prematura e desnecessária do pequeno riacho nascido das lágrimas de Obirici.

★ ★ ★

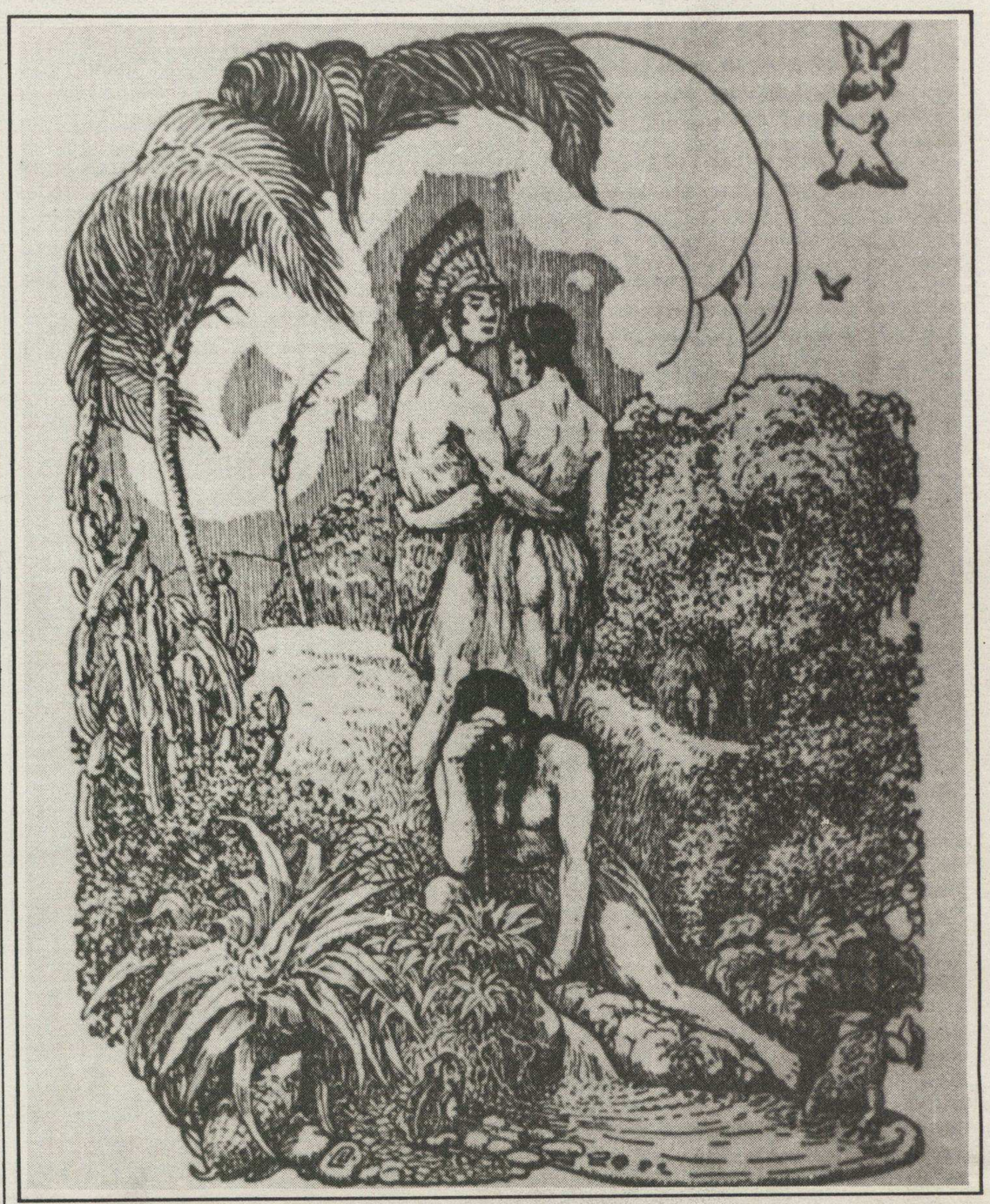
De qualquer maneira, se pudesse caminhar outra vez pelos antigos domínios de sua tribo, a bela Obirici certamente teria motivos mais desesperadores para chorar do que a simples perda do namorado. Os rios que alimentaram seu povo, que transportaram suas canoas, que definiram o limite entre tribos irmãs e inimigas, que saciaram a sede de muitos guerreiros, hoje recebem 410 mil quilos de poluentes por dia, servem de esgoto para a população de 103 cidades, onde moram 3.016.532 pessoas e absorvem os efluentes altamente contaminados de 176 indústrias especialmente poluidoras (veja o quadro abaixo).

Se nada mudar nos próximos dez anos, a vida será praticamente banida destes mananciais. Afinal, até 1990 estes rios estarão recebendo uma carga já calculada em quase 600 mil quilos diários de poluição e mesmo assim continuarão abastecendo uma população estipulada em 4 milhões e 820 mil pessoas, além de um número crescente de indústrias, animais e plantações. Tal ritmo pode determinar suas mortes antes da virada do século.

Em situação igual ou mesmo pior do que a bacia do Guaíba estão cinco outras importantes bacias hidrográficas brasileiras: as dos rios Iguaçu, Paraíba do Sul, Paranapanema, São Francisco e Jari. Para estudá-las e propor alternativas de saneamento, foram fundados em março de 1979 os chamados Comitês Executivos de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas, os CEEIBH, órgãos ligados aos departamentos do Meio Ambiente dos estados onde funcionam e compostos por mais de dez entidades cada um. Nestes dois anos e meio de trabalho, os CEEIBH, financiado pelo BNH, já fizeram muitos levantamentos e estudos, sugerindo providências e alinhavando leis. Até agora, no entanto, ainda não é possível garantir que a sobrevivência destas dezenas de rios brasileiros já esteja assegurada, uma vez que nenhuma das medidas propostas saiu do papel.

★ ★ ★

A bacia hidrográfica dos formadores do Guaíba tem 85.750 quilômetros quadrados de área e é a mais importante do sul do Brasil. Nela, concentram-se 50% dos municípios gaúchos e a maior parte da população do estado. Por enquanto, seu principal problema ainda tem uma solução relativamente simples, embora bastante



Obirici (desenho de José Lutzenberger, 1882-1951) cria o Ibicuíretã com suas lágrimas

cara: é o tratamento imediato dos despejos cloacais das 103 cidades que localizam-se às margens de seus rios e afluentes. Afinal, hoje, estes esgotos contribuem com mais da metade da carga poluente da bacia.

O primeiro passo para o seu saneamento, segundo o CEEIG, é o urgente tratamento secundário dos esgotos de Porto Alegre, Guaíba, Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Taquara, Santo Antônio da Patrulha, Caxias do Sul, Montenegro, Santa Maria, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, São Jerônimo, Bento Gonçalves e Lajeado.

Tais obras têm seu custo estipulado em Cr$ 34 milhões e 322 milhões, o equivalente a quase 40 milhões de UPCs, numa média de 12,96 UPCs por habitante da bacia — com cada UPC valendo atualmente Cr$ 1.039,00. Além disto, também é preciso forçar as 176 empresas responsáveis por 80% da poluição industrial da bacia a reduzirem, a nível de planta, a quantidade de substâncias tóxicas que elas costumam jogar impunemente nas águas.

Se estas duas medidas forem concretizadas, a carga poluente de 571.021 quilos por dia já prevista para 1990 poderá ser reduzida a 131.681 kg/dia, o que garantiria a balneabilidade de quase toda bacia e faria com que todos seus rios se enquadrassem dentro da classificação proposta pelo CEEIG: todas as nascentes incluídas na *Classe Um* (onde fica proibido todo e qualquer despejo); os rios Vacaraí, Taquarí, das Antas, Jacuí e Caí, além de partes do rio dos Sinos, do Gravataí e do Guaíba, incluídos na *Classe Dois* (águas destinadas ao abastecimento doméstico após tratamento; nelas são permitidos certos despejos desde que tratados) e, finalmente, as zonas próximas à foz dos rios Gravataí e Sinos mais o canal de Navegantes, no Guaíba, incluídos na *Classe Três* (despejos com maiores concentrações de poluentes do que na *Classe Dois*).

Na verdade, se as proposições do CEEIG fossem imediatamente aplicadas, a carga poluidora que hoje ultrapassa os 400 mil quilos diários estaria reduzida a 110.711 quilos por dia dentro de no máximo cinco anos. E então, estes rios começariam a recuperar um pouco de seu antigo explendor. Com ele, voltariam também as várias espécies da fauna e da flora já praticamente extintas, além da deliciosa possibilidade de banhar-se em suas inúmeras praias.

Tal sonho, porém, parece cada vez mais improvável. É que, como se não bastassem estes problemas causados pelos esgotos cloacais e por despejos industriais, os formadores do Guaíba correm ainda seis "riscos especiais", cada um mais preocupante do que o outro.

Prováveis molduras de um quadro aterrador que poderá estar concluído antes do fim desta década, os chamados "riscos especiais" são a instalação do Pólo Petroquímico em Triunfo, às margens do rio Caí; a instalação do Pólo Carboquímico, em São Jerônimo, às margens do Jacuí; a exploração de jazidas de carvão ao longo do Jacuí e nas nascentes do Gravataí, o aumento desproporcionado do uso de defensivos e fertilizantes agrícolas em todo o Rio Grande do Sul, algumas possíveis alterações no

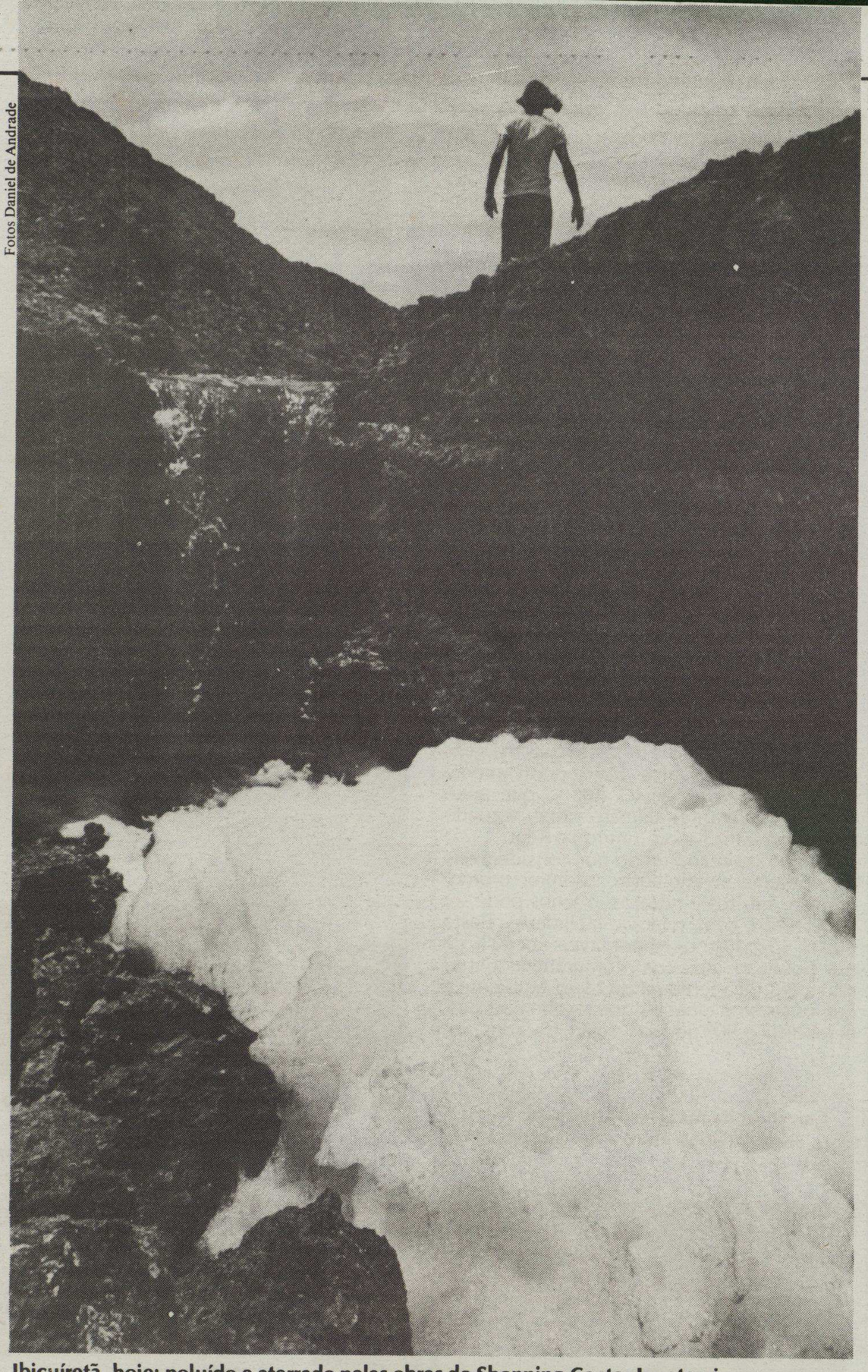
A UNIDONTO PROPÕE A TODAS AS COOPERATIVAS UM BOM NEGÓCIO

A Unidonto oferece assistência odontológica pelo sistema cooperativista.
A Unidonto oferece consulta e tratamento odontológico com hora marcada.
A Unidonto oferece seu plano de assistência familiar.
A Unidonto oferece preços mais baixos.
Solicite a presença de um executivo da Unidonto.

unidonto
PORTO ALEGRE
sociedade cooperativa de serviços odontológicos ltda.

Unidonto Porto Alegre Fone 24-5380 Av. Borges de Medeiros, 596 4º andar G. 42

Fotos Daniel de Andrade



Ibicuíretã, hoje: poluído e aterrado pelas obras do Shopping Center Iguatemi

regime destes mananciais, atingindo as nascentes de alguns deles e o projeto Provárzeas ou Plano Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis.

Se tais projetos forem de fato realizadcs — e tudo indica que serão —, os 34 bilhões gastos com tratamento secundário dos esgotos das 23 cidades citadas e as modificações pelas quais deverão passar as indústrias mais poluentes da bacia, não terão servido para nada. Simplesmente, porque o poder poluente de cada um destes "riscos especiais" é suficientemente grande para comprometer todo o trabalho que já tenha sido desenvolvido para sanear a bacia e, guardadas as proporções, reaproximá-la consideravelmente da dramática situação em que hoje se encontra o pequeno *Ibicuíretã*.

É difícil saber qual dos formadores do Guaíba, além dele próprio, será mais prejudicado pelos "riscos especiais". O Jacuí, já bastante contaminado pelos pesticidas, está diretamente ameaçado pelo Pólo Carboquímico, pela exploração de carvão a céu aberto ao longo de suas margens. E pela possível ligação de suas nascentes com a foz do Ibicuí. O Gravataí, hoje o mais poluído rio da região metropolitana poderá extingüir-se definitivamente caso o Provárzea decida incluir o banhado Chico Lomã entre as áreas que serão drenadas com a verba de Cr$ 18 bilhões liberada pelo projeto. Caso escape do Provárzea, o agonizante Gravataí poderá ser virtualmente exterminado pela exploração da jazida de carvão que foi localizada sob o banhado pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, a CPRM.

O Caí, ainda exuberante e relativamente despoluído, corre riscos enormes com a instalação do Pólo Petroquímico em sua margem oeste . Na verdade, mesmo antes de seu funcionamento, o Pólo já está poluindo o Caí: em pesquisa recente, técnicos do DMAE concluiram que justamente na zona do Pólo, o rio apresenta uma qualidade bem pior do que em outros pontos de seu longo e sinuoso curso através das montanhas e dos vales da serra gaúcha. O Taquarí, mesmo com os 80.653 quilos de poluentes que recebe todos os dias — e lhe garantem o indesejável título de terceiro rio mais poluído da bacia —, escapa praticamente ileso dos "riscos especiais", com exceção apenas da crescente contaminação de suas águas por defensivos agrícolas.

O rio dos Sinos também não está diretamente incluído na área de ação de nenhum destes perigosos projetos, mas por ser o único rio da região que já se acha contaminado por metais pesados — especialmente mercúrio — sua situação não pode ser considerada mais satisfatória do que a dos outros; pelo contrário. Já o Guaíba, receptáculo das águas de todos estes rios, está automaticamente ameaçado por toda e qualquer espécie de poluição que afetar seus formadores. Certas cargas poluentes chegam a viajar mais de 500 quilômetros antes de se depositarem em seu leito.

Apesar de ainda não ter planejado um programa de saneamento, cujo enfoque global sejam os problemas de toda a bacia, o governo do Estado — principal responsável por pelo menos quatro dos seis "riscos especiais" — está desenvolvendo um plano caríssimo que visa a "imediata salvação" do Guaíba: é o chamado Projeto Rio Guaíba. Equivocado desde o nome — já está provado que o Guaíba, é na verdade, um lago — tal projeto envolve também tantas artimanhas políticas que sua aprovação, em janeiro deste ano, pode ter trazido mais prejuízos do que benefícios para a população de Porto Alegre.

Desde o dia 15 de outubro, uma nova e pesada ameaça paira sobre o prolongamento natural de toda esta região. Desta vez o que corre perigo é, simplesmente, a explêndida e quase intocada Laguna dos Patos — a maior do Brasil — onde provavelmente serão despejados os 10 milhões de litros diários de efluentes do III° Pólo Petroquímico. Tal decisão — que ainda pode ser mudada por um plebiscito que a Assembléia gaúcha está tentando oficializar — pode significar o comprometimento definitivo de todo o amplo universo vegetal e animal, cuja sobrevivência está diretamente relacionada com a pureza das águas da Laguna. Isto sem falar nos quase 50 mil pescadores que vivem em suas margens e que poderão, de uma hora para outra, perder suas fontes de subsistência.

O pior é que tal quadro de destruição e horror tem possibilidades, muito maiores, de se concretizar do que a improvável esperança de assistir, algum dia, o sublime renascimento destes rios, os mais importantes na história e na economia do Rio Grande do Sul.

★ ★ ★

A evolução geológica da Bacia do Guaíba ainda não está esclarecida. Mas hoje, depois de muitos estudos, os geólogos já conseguiram recriar um pouco da grandiosidade do espetáculo que se desenrolou há milhões de anos nas regiões atualmente conhecidas como Depressão central e Planíce Costeira do Rio Grande do Sul.

Apesar destes estudos retrocederem muito mais no tempo, o importante é colocar que há aproximadamente um milhão de anos, durante o período Pleistoceno da era Quaternária, o mar avançava até onde hoje se localiza Porto Alegre e ocupava a boa parte da Depressão Central. Nesta época, os morros graníticos da cidade — morro Santana, da Polícia, Teresópolis, Santa Teresa e outros — formavam um florido e majestoso arquipélago, geologicamente conhecido como Ilha de Porto Alegre. Era justamente esta ilha que dividia em dois o agitado estuário onde as águas do rio Paraná — que, na época, corriam pela grande calha da Depressão Central, sobre os leitos atuais do Ibicuí e do Jacuí — despejavam-se decididamente contra o antigo oceano.

Foi só no final do Pleistoceno e início do Holoceno, ou período atual, que a antiga ligação de Porto Alegre com o mar começou a se interromper. Primeiro, desapareceu o braço norte deste estuário, bloqueado pelo surgimento de uma cordão de dunas, a atual coxilha das Lombas, no município de Osório. Depois que esta longa barragem de areias isolou a região, surgiram a lagoa dos Barros, o Banhado Grande e, mais tarde, o rio Gravataí, cujo curso é justamente o inverso daquele que as águas do Paraná-Jacuí costumavam percorrer.

Alguns milhares de anos mais tarde, a lenta sedimentação de areia sobre a plataforma continetal, que na época estava submersa, acabou formando um extenso cordão litorâneo que deu origem a Laguna dos Patos — que deve ser chamada de laguna porque está ligada ao mar — e terminou por isolar o Guaíba e afastar definitivamente o mar da região onde, milênios mais tarde, surgiria Porto Alegre.

O povoamento desta extensa região formada pelo Guaíba e seus cinco afluentes começou há aproximadamente seis mil anos, quando o Rio Grande do Sul passou por uma profunda e significativa modificação climática. Esta mudança, bastante brusca, encerrou o período em que o clima do estado lembrava o das atuais estepes siberianas e inaugurou uma nova época, de calor e umidade. Os primeiros colonizadores que chegaram à área eram caçadores e coletores nômades, ligados à chamada *Tradição Umbu*.

A *Tradição Umbu,* que juntamente com a *Tradição Humaitá* é a mais importante da pré-história gaúcha, originou-se no oeste do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai quase na fronteira com a Argentina. As pontas de pedra de suas lanças, feitas por lascamento sob pressão, transformaram-se em sua principal característica. Em determinado momento, este grupo iniciou uma migração em direção ao litoral. E foi durante esta longa marcha para o mar que pequenas tribos se assentaram no baixo Jacuí, nos vales do Taquarí, do Caí e principalmente do Itapuí ou rio dos Sinos, onde já foram encontrados centenas de seus abrigos sob rochas.

— Estes pequenos grupos desenvolveram um admirável equilíbrio ecológico com a região — assegura o arqueólogo Arno



"Um dia ainda há de se escrever toda a história desse seqüestro,

e então, com todos os fatos esclarecidos, haverá um grande assombro popular diante do festival de incompetência e até covardia que o caracterizou."

Assim escrevia Walter Galvani, na "Folha da Manhã", de 19 de fevereiro de 1979, a respeito do seqüestro dos uruguaios Lilian e Universindo.
Hoje, finalmente, temos toda a história, em **Seqüestro no Cone Sul,** *escrita por Omar Ferri, que traz a público inclusive os bilhetes de Lilian, enviados da prisão no Uruguai.*

Leia **Seqüestro no Cone Sul** *e conheça toda a verdade sobre o seqüestro dos uruguaios.*

Um Lançamento
MERCADO ABERTO

Distribuição: Audipel

Solicito enviar ..... exemplar(es) do livro "Seqüestro no Cone Sul, ao preço unitário de Cr$ 700,00.

Nome: .....
.....
Endereço: .....
.....
Cidade: ..... CEP: .....
Estado: .....

Recorte este cupom, preencha e envie junto com vale-postal ou cheque, para a AUDIPEL — Distribuidora de Livros e Audiovisuais Ltda. — Rua Santo Antônio, 282 — Cx. Postal 2929 — 90000 P. Alegre, RS.

A DOENÇA...

Kern, ligado a UFRGS. — O estudo de seus abrigos revela que eles foram capazes de fazer um aproveitamento global de seu *habitat:* lá se encontram ovos de ema, ossos de antas e capivaras, restos de pinhão, favos de mel e dezenas de anzóis, o que permite reconstituir as preferências alimentares deste povo e compreender a relação íntima que eles travaram com esta parte do estado.

No início da era cristã, estes grupos começaram a subir o Jacuí, internando-se na região do planalto. Pouco mais tarde, há aproximadamente 1700 anos, os integrantes da *Tradição Umbu* foram expulsos de seus domínios pela migração dos tupi-guaranis, principalmente guaranis. Vindos do Paraguai, os guerreiros guaranis chegaram descendo o Jacuí, em busca de terras próprias para a agricultura. Instalaram-se no vale dos rios, ocupando suas matas de galerias. Conquistadores imbatíveis, não precisaram de um século para se apoderarem totalmente da região.

Ainda não está esclarecido se os Arachane eram guaranis ou apenas remanescentes da *Tradição Umbu*. Por causa de seus cabelos "negros e encaracolados", eles já foram considerados até descendentes dos maias pelos estudos absolutamente equivocados do antigo cronista Augusto Porto Alegre. Nos livros também antiquados do Padre Teschauer, foram chamados de "tapuias guaranizados", mas tal classificação também não pode ser levada a sério, uma vez que os tapuias eram da raça Gê, descendentes, da *Tradição Humaitá,* e nunca habitaram a planície costeira do Rio Grande do Sul.

O que é certo, no entanto, é que tanto os Arachane, quanto os caçadores da *Tradição Umbu* e os conquistadores guaranis, viveram por mais de 50 séculos em absoluta harmonia com o exuberante ambiente natural que cercava estes rios, travando com eles uma relação de resignada dependência e de profunda admiração. Hoje, a continuidade da vida nesta região continua dependendo da qualidade das águas destes cinco rios. Só que ao invés de respeito e admiração, o que eles têm recebido é um tratamento muito semelhante àquele dispensado às tribos indígenas que os habitaram durante milênios: estão sendo rapidamente conduzidos ao extermínio, contaminados e apodrecidos.

Atualmente, restam pouquíssimos sinais dos povos que vivem às margens da bacia do Guaíba. Os gaúchos, porém, continuam usando os mesmos nomes com os quais os vitoriosos guaranis decidiram batizar estes cursos 'dágua. Tal reminiscência etnológica, porém, parece ser a única herança de uma época já definitivamente encerrada e da qual ainda se sabe muito pouca coisa. O que se conhece sobre a atual situação destes rios, no entanto, não é nada alentador.

★ ★ ★

Gravataí, o rio dos gravatás — Apesar de ser o rio da região metropolitana que recebe a menor carga diária de poluentes — são "apenas" 4.395 quilos por dia — o Gravataí é, atualmente, o curso d'água mais poluído do estado, por causa de seu leito pequeno e estranho regime de águas de seus 72 quilômetros de extensão.

Servindo de esgoto para uma população de 316.300 pessoas — moradores de Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão — o Gravataí está quase morto: suas águas são consideradas da *Classe Quatro,* contaminadas por coliformes fecais, óleos, graxas, amônia e fenóis de tal maneira que, ao aproximarem-se da foz, tomam um aspecto repugnante e adquirem um odor nauseabundo que mal permitem uma caminhada por suas margens, também bastante poluídas. Os antigos balneários, com exceção de cinco que funcionam em precaríssimas condições, estão interditados. Em épocas de vazão baixa, o teor de oxigênio dissolvido de suas águas chega a zero.

Antes da chegada dos brancos, o rio era chamado de *Caraguataí,* ou rio dos caraguatás, nome com o qual os indígenas designavam a bromeliácea gravatá, até hoje uma planta muito comum na região. Ao longo de suas margens densamente arborizadas localizava-se o *tapi-mirim* do cacique Juparetã, pai de Obirici. Mais adiante ficava a aldeia do Anjo, outro poderoso cacique que chegou a chefiar mais de seis mil guerreiros.

Hoje, apesar de altamente contaminado, o Gravataí é a única fonte de abastecimento de água para uma população de 462.275 habitantes. E o pior é que a projeção futura da ocupação desta região indica que, até 1990, haverá um crescimento de 83,15% na população urbana desta área, com o provável surgimento de milhares de subhabitações.

O principal problema do Gravataí, por enquanto, são os esgotos urbanos. Mas das 89 indústrias localizadas nas suas margens, dez delas também são bastante poluidoras, contaminando o rio com uma carga equivalente a de 80.463 habitantes. Bem pior, entretanto, é a nova ameaça que paira sobre o pobre Gravataí: o Programa Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis, o Provárzeas.

O Provárzeas é um projeto nacional que conta com uma verba de Cr$ 18 bilhões e 600 milhões, fornecida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, e com a qual pretende financiar a drenagem de 2.200 mil hectares de várzeas e banhados brasileiros. Só no Rio Grande do Sul, este ano, o Provárzeas prevê a drenagem de 15 mil hectares; até 1986, serão 100 mil hectares, um quinto do que o projeto pretende abranger até o final da década. A chamada deste programa nacional é significativa: *"Um hectare vale por dez",* diz o amplo adesivo verde e amarelo que tem circulado pelo interior do estado, colado no pára-brisa dos carros de grandes proprietários.

— O Provárzeas, na verdade, não é um projeto. Trata-se apenas de uma enorme linha de crédito que foi aberta e que agora precisa ser utilizada imediatamente — disse o advogado Caio Lustosa durante o debate público realizado dia 21 de outubro, na Assembléia Legislativa. — Não há nada planejado, ninguém sabe quais os banhados que serão drenados, nem como o serão. Tudo não passa de uma jogada para favorecer grandes proprietários.

— O Provárzeas é um projeto simplista e equivocado que nem sequer faz a distinção entre várzea, uma área periodicamente inundável, e banhado, um complexo ecossistema ainda em formação, habitat de centenas de espécies em extinção — garante o técnico agrícola Paulo Roberto Muller, 29 anos, presidente da Associação para a Proteção da Natureza do Vale do Gravataí. — Se este projeto incluir o pouco que resta do Banhado Grande em sua área de ação, poderá matar o Gravataí, um rio que, de fato, parece estar mesmo condenado à morte.

— Na verdade, nós precisamos é acabar com esta cisão tupiniquim de que a natureza é intocada. Ela apenas deve ser utilizada racionalmente, sem excessos — afirma José Alfredo da Rocha, coordenador geral do projeto no Rio Grande do Sul e assessor direto do Secretário de Agricultura, Balthazar de Bem e Canto.

Mas muitos excessos já foram cometidos contra o Gravataí. Ativista inflamado, organizador de uma passeata ecológica em defesa do rio que, em julho de 1979 reuniu quase 500 pessoas em Cachoeirinha, profundo conhecedor da triste história do Gravataí, Paulo Muller lembra que a absurda destruição do rio começou há mais de 40 anos:

— Sendo um dos únicos rios que nasce na planície, o Gravataí sempre teve suas águas escuras por causa de ácidos orgânicos que trazia desde o Banhado Grande. Já na década de 40, dizia-se que, por ter as águas turvas, o Gravataí já nascia poluído pelo banhado. Surgiu então a idéia de mudar a direção de seu curso ou mesmo secá-lo. Como não existiam dragas, a idéia foi desmatar totalmente suas margens, cortar suas curvas e soterrar seus afluentes. Mesmo assim o rio insistiu em continuar vivendo.

O Gravataí começou a morrer em 1965 quando, técnicos cariocas contratados pelo DMAE, decidiram inverter seu curso para que ele pudesse servir como via de escoamento de todos os esgotos da grande Porto Alegre até a Lagoa dos Barros. Para esta inversão se concretizar, os 450 quilômetros quadrados do Banhado Grande foram drenados e reduzidos a 138 quilômetros quadrados. Devido as suas terríveis conseqüências, a drenagem oficial foi paralisada em 1973. A idéia de secar o banhado, no entanto, já havia entusiasmado os grandes proprietários da região, que queriam aumentar suas terras. Financiada por eles a drenagem prosseguiu, reduzindo o banhado para a área atual de 50 quilômetros quadrados. Que agora poderão ser destruídos pelo Provárzeas.

— Mas o movimento em defesa do Gravataí está cada vez maior. Os habitantes de Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí amam muito este rio. Juntos, faremos tudo para impedir que acabem com ele, como tentam há quase meio século — conclui Muller.

★ ★ ★

Itapuí, o rio da Pedra de Sino — Bastante contaminado pelos 54 curtumes que começaram a se instalar em suas margens desde a chegada dos imigrantes alemães, em fins do século passado, e que até oito meses atrás jogavam efluentes crus em suas águas, o rio dos Sinos é o segundo mais poluído da bacia do Guaíba. Ele recebe hoje 82.881 quilos diários de poluentes contribuindo respectivamente com 27 e 25% das cargas poluidoras industriais e cloacais que atingem toda a bacia. Com baixíssima média de oxigênio dissolvido em suas águas — apenas 4,6 parte por bilhão — o Sinos tem sido palco constante de uma intensa mortandade de peixes.

Uma ironia: foi justamente por causa de sua elevada piscosidade que centenas de pequenos grupos de caçadores e coletores pré-históricos instalaram-se em suas margens há quase seis mil anos. Hoje, praticamente não existem mais peixes no rio que apaixonou os imigrantes alemães e que, segundo o escritor Viana Moog, "imitou o Reno".

Mesmo contaminando por consideráveis quantidades de mercúrio, cádmio, cromo, amônia, nitritos e nitratos, o Sinos pode ser recuperado com relativa facilidade. Basta que as 35 indústrias responsáveis por 80% de sua poluição industrial cumpram as determinações da Secretaria do Meio Ambiente e que os esgotos cloacais que recebem os despejos de 868.900 pessoas, sejam tratados.

★ ★ ★

Caí, o rio da mata — Nascido no topo da serra, serpenteando entre vales e montanhas num curso exuberante de 170 quilômetros, cercado de densas e impenetráveis matas de galeria repletas de pássaros e animais selvagens, o *Caa-hy* ou rio da mata, sempre foi considerado um rio mágico pelas tribos indígenas que o habitaram há mais de 50 séculos. Mesmo depois que os grupos da *Tradição Umbu* desapareceram e suas encostas superiores foram ocupadas pelos Kaikang, o Caí continuou sendo um lugar sagrado: afinal, era em suas margens que estes índios realizavam seus inúmeros rituais xamanistas, pedindo sempre por boas caçadas e constantes vitórias nos conflitos tribais.

Hoje, apesar de receber 39.108 quilos diários de poluição, o Caí ainda conserva um pouco de sua exuberância, principalmente perto de suas nascentes, no município de São Francisco de Paula (onde ainda se chama rio Santa Cruz). Seus vários balneários ainda são bastante freqüentados e os 70 quilômetros navegáveis — da foz até a cidade de São Sebastião do Caí —, bastante aproveitados. Suas águas abastecem as populações de Canela, Gramado, São Francisco de Paula, Nova Petrópolis, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Farroupilha e Montenegro, num total de 192 mil pessoas.

Apesar desta considerável densidade populacional, quase 90% de sua poluição se deve as 250 indústrias instaladas em suas margens; destas, 12 são responsáveis por 81,5% das cargas nocivas e possuem um poder poluente que equivale ao de 624 mil pessoas. De qualquer maneira, o poder de diluição e autodepuração do Caí é tal que, apesar de considerado de *Classes Três* e *Quatro,* em seu curso superior, junto à foz ele se enquadra novamente na *Classe Dois.*

O problema é que é justamente nesta parte próxima a foz que ficam os 14.600 hectares onde está se instalando o Pólo Petroquímico. E, apesar de todas as garantias oficiais de que o rio não será poluído, o Pólo já está prejudicando bastante esta região que ainda é a mais conservada do Caí: depois de uma pesquisa realizada em abril, o Centro de Estudos de Saneamento Básico do DMAE concluiu que espessas manchas de óleo e grande quantidade de material orgânico, jogados ao rio pelas obras do Pólo, transformaram as claras areias de seu leito numa lama grossa e sem vida. Esta constatação é confirmada diariamente pelos habitantes da área que, desde o início das obras do Pólo, têm assistido a lenta morte do rio.

De qualquer maneira, será relativamente fácil medir com precisão quais os efeitos poluidores que o Pólo terá sobre o Caí. Isto graças a um trabalho da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, que com uma verba de aproximadamente Cr$ 15 milhões, fornecida pelo Conselho de Implan-

Daniel de Andrade





Ilha da Barba Negra, reduto de jacarés papo-amarelo, em fre



Praia da Península da Faxina



Formação granítica na Lagoa



Margens do Guaíba, século XIX

Das 176 indústrias que contribuem com 80 por cento da carga poluidora da bacia do Guaíba, 19 delas são as principais responsáveis pelos 410 mil quilos diários de poluentes jogados ao rio. São elas: Celulose Cambará e Cooperativa dos Suinocultores de Encantado (responsáveis por 80,1% da poluição do rio das Antas); Cooperativa Rura de São Gabriel e Indústria de Laticínios Santa Maria (responsáveis por 58% da poluição do rio Vacacaí); Braunhardt Irmãos, Companhia Lopes Sá e Aços Finos Piratini (responsáveis por 37,7% da poluição do Jacuí); Metalúrgica Abramo Eberle, Frigorifico Renner e Rizzo S.A. (responsáveis por 48,3% da poluição do rio Caí), Samrig, Açúcar Gaúcho e Indústria e Comércio Brasil Ltda. (responsáveis por 31,9% da poluição do rio dos Sinos), Madepan Indústria, Comércio e Importação e Metalúrgica Talbaq (responsáveis por 55,5% da poluição do rio Gravataí) e finalmente a Olvebra, a Celulose Rio Grande e a Companhia Geral de Indústrias (responsáveis por 32,7% da poluição do Guaíba). **Fonte:** Projeto Gerencial de En__quadramento dos Mananciais, publicado pelo Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba (CEEIG)



relo, em frente ao local dos despejos do Pólo, onde vivem pescadores da Lagoa



Uma cena que desaparece: Ponta da Formiga

ilômetros,
s matas de
nais selva-
empre foi
tribos in-
ais de 50
os grupos
m e suas
das pelos
um lugar
ns que es-
os rituais
boas ca-
conflitos

08 quilos
nserva um
palmente
nicípio de
ainda se
ários bal-
tados e os
foz até a
bastante
ecem as
São Fran-
Dois Ir-
oupilha e
essoas.
densidade
oluição se
em suas
áveis por
uem um
e 624 mil
poder de
tal que,
ses *Três*
nto à foz
e *Dois*.
nte nesta
600 hec-
Pólo Pe-
garantias
o, o Pólo
egião que
depois de
Centro de
o DMAE
e óleo e
rgânico,
, trans-
to numa
atação é
antes da
do Pólo,

vamente
s efeitos
Caí. Isto
ão Zoo-
ue com
Cr$ 15
Implan-

tação do Pólo Petroquímico, pesquisou durante quatro anos as margens e as águas do rio. Foi um trabalho meticuloso e completo, dividido em duas partes: uma *Análise dos Ecossistemas da Região do Pólo* e um *Estudo dos Bioindicadores da Área do Pólo*. A primeira parte da pesquisa abrangeu uma zona de 50 quilômetros quadrados — a área de influência indireta do Pólo, dentro da qual se situa mais de 60% da cidade de Porto Alegre.

— Este trabalho é inédito no mundo — assegura o professor Albano Backes, de 49 anos, coordenador do projeto. — Os técnicos alemães que vieram nos assessorar ficaram impressionados com a profundidade da pesquisa. Sua principal inovação é a de estudar uma área que corre perigo por causa da poluição bem antes da chegada dela. Escolhemos 11 bioindicadores — duas espécies de alga, dois peixes, dois moluscos, duas esponjas de águas doce e três insetos aquáticos — submetemo-lhes a condições artificiais de poluição, criadas em laboratórios e anotamos as reações. Assim, depois que o Pólo começar a funcionar, poderemo saber com exatidão quanto ele está poluindo.

Nisto tudo, só há um problema: para pesquisar a reação dos bioindicadores depois do início de funcionamento do Pólo, a Fundação Zoobotânica vai precisar de uma verba semelhante à que recebeu anteriormente. Se o Conpetro não liberar este dinheiro, todo trabalho poderá ter sido inútil: "Por enquanto, só temos dados acadêmicos", diz Backes. "Eles só terão alguma utilidade prática se o trabalho puder ser completo. Se todas estas informações foram simplesmente engavetadas, os Cr$ 15 milhões gastos até agora terão sido jogados fora". Caso não tenha interesse em divulgar o quanto o Pólo vai poluir o Caí, é bastante provável que o Competro simplesmente não libere mais verba para a Fundação Zoobotânica que, sozinha, não tem condições de completar seu minucioso levantamento.

Taquarí, o rio das taquaras — O Taquarí nasce com o nome de rio das Antas a 1.240 metros de altura, em Bom Jesus, na localidade chamada Encruzilhada das Antas. Possivelmente é o mais bonito dos formadores do Guaíba, já que corre entre fantásticos *canyons* rasgados no basalto e cobertos por densa mata de araucária. Mais de 80% da poluição do rio das Antas é provocada pela Celulose Cambará, do grupo De Zorzi, que além de jogar 9.898 quilos diários de efluentes crus nas águas do rio, ainda é responsável por gigantescos desmatamentos na região. O Taquarí recebe 80.653 quilos diários de poluição, mas como seu leito é bastante volumoso, o rio ainda está incluído na *Classe Dois* em muitos pedaços de seu longo curso.

★ ★ ★

Jacuí, o rio dos jacus — Grandes aves pretas, de aparência galiforme, pertencentes a tamília dos cracídeos, os jacus viviam em bandos tão grandes às margens deste longo rio que acabaram lhe dando o nome. No vale do Jacuí, encontram-se os vestígios mais antigos da ocupação da bacia hidrográfica do guaíba: as datações atingem a 5.700 anos. Foi por suas águas que os conquistadores guaranis penetraram para dominar toda a região.

Milênios mais tarde, estes mesmos guaranis veriam o Jacuí servir de caminho de penetração para outros conquistadores: os portugueses — mais especificamente os demarcadores do Tratado de Madrid que, em 1750, subiram o rio com a incumbência de exterminar com as reduções jesuíticas. Desde então, o Jacuí transformou-se no rio mais importante na história do Rio Grande do Sul. Segundo o historiador Riopardense de Macedo, ele foi "a enorme estrada líquida da penetração ocidental".

A sub-bacia do Jacuí possui uma área de 71.600 quilômetros quadrados, o que corresponde a quase 85% da área total da bacia hidrográfica dos formadores do Guaíba. Por enquanto, seu principal problema é a contaminação por agrotóxicos. Das 93.800 toneladas de fertilizantes e pesticidas usadas no Rio Grande do Sul, mais de um terço são empregadas nas margens do rio. Por isto, sua contaminação por amônia já é bastante elevada.

Claro que as 1.021 indústrias instaladas em suas margens — que produzem uma carga poluente que equivale aos dejetos de 1.692.312 pessoas — e os esgotos cloacais de suas 88 cidades, também prejudicam bastante o Jacuí. Mas o pior são os "riscos especiais" que pairam sobre o rio: a exploração das jazidas de carvão que existem ao longo de seu curso e a instalação do Pólo Carboquímico na cidade de São Jerônimo, além do projeto que pretende unir o curso do Jacuí com o do Ibicuí.

— O Pólo Carboquímico é uma ameaça tão grande quanto o Petroquímico, com a diferença que ninguém nunca fala nele — alerta o geneticista Flávio Lewgoy, da UFRGS.

A exploração das jazidas de carvão também é uma ameaça gravíssima para toda a bacia. Só a exploração das Minas do Leão, por exemplo, vai significar o surgimento de um milhão de toneladas de dejetos altamente poluentes por ano. E há ainda, o projeto da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) que prevê a exploração da Mina do Embuí a céu aberto.

Para compensar tamanhos horrores, o Jacuí está recebendo uma pequena proteção: é o Parque Estadual do Delta do Jacuí, com 17.245 hectares. Composto por 19 ilhas e uma longa faixa às margens do Jacuí, o parque pretende preservar uma área selvagem e belíssima, que fica a menos de cinco quilômetros do centro de Porto Alegre. Apesar do governador Amaral de Souza ter liberado, em outubro, uma verba de Cr$ 4 milhões para a fiscalização do parque — constantemente ameaçado por grilagens, desmatamentos e construções irregulares, desde favelas até luxuosas mansões — o Parque do Delta do Jacuí ainda corre o risco de não sair do papel.

— Para batalhar contra isto, é preciso divulgar cada vez mais a existência deste parque — afirma o arquiteto Udo Mohr, um de seus principais executores. — O primeiro passo é conscientizar as pessoas de que ainda existe uma área selvagem e intocada a poucos quilômetros do centro da cidade. E que esta área só vai sobreviver se for defendida por todos.

★ ★ ★

Gua-yba, a enseada das árvores — De designação geográfica complicada e significado etmológico ainda muito discutido, o guaíba finalmente foi definido como um lago — e não rio ou estuário — por uma Comissão Especial da Secretaria de Agricultura, formada por solicitação da equipe de planejamento do Parque Estadual do Delta do Jacuí. Tal decisão, oficializada em outubro, ainda deverá levar algum tempo antes de se consagrar publicamente. Afinal, para a população porto-alegrense o guaíba continuará a ser simplesmente um rio, durante muito tempo.

Tanto quanto a sua designação geográfica, também o significado da palavra Guaíba tem causado muita polêmica. O topômino já foi definido como sendo "baía de todas as águas", "na enseada" ou "rio amargo". O mais provável, porém, é que por causa dos inúmeros e frondosos salgueiros de suas margens, o lago tenha sido designado pelos Arachane como sendo a "enseada das árvores".

Hoje, praticamente não existem salgueiros ao redor do Guaíba e o Governo do Estado está desenvolvendo um projeto de Cr$ 12 bilhões — o chamado Projeto Rio Guaíba — para despoluir o lago em cinco anos, com outros cinco de prorrogamento legal. Tal projeto prevê a construção de mais mil quilômetros de esgotos em Porto Alegre e baseia-se no Modelo Matemático de Qualidade da Água do Guaíba, que dividiu o lago em 197 segmentos, estudou separadamente e enviou ao computador mais de 42 mil informações sobre o seu regime de águas.

Tecnicamente, o projeto tem méritos. O problema são as suas conseqüências políticas: com a justificativa de que o Plano Nacional de Saneamento, Planasa, não repassa verbas à órgãos municipais, o governo gaúcho decidiu assinar um convênio entre o Departamento Municipal de Águas e Esgotos, DMAE, e a Companhia Riograndense de Saneamento, Corsan. Este convênio DMAE-Corsan, — que deveria ser o verdadeiro nome do projeto — só beneficia a Corsan, prejudicando bastante a população de Porto Alegre.

Acontece que a partir de agora o DMAE — o segundo departamento de águas e esgotos mais eficiente do País — terá que repassar à Corsan — órgão estadual inoperante, que estava operado com déficit em 117 municípios gaúchos e que no último ano só construiu sete quilômetros de esgotos em *todo* o Rio Grande do Sul — todo o seu expressivo saldo mensal para amortizar o empréstimo do Planasa. Posteriormente, a Corsan contratará o DMAE para a construção destes mil novos quilômetros de esgotos; construção que o próprio DMAE pagará.

O problema é que, pelos termos do convênio, no final das obras tais esgotos — construídos e pagos pelo DMAE e pela população de Porto Alegre — passarão a pertencer a Corsan. E o pior é que, como o DMAE atualmente reaplica todo o seu saldo na purificação da água do Guaíba, a taxa de água e esgotos vai aumentar em aproximadamente 200% para que esse serviço continue sendo eficiente. Depois de muita discussão e ofensas verbais, o projeto foi aprovado no dia 20 de janeiro deste ano pela Câmara de Vereadores, onde, na época, o PDT tinha a maioria.

— O nome do Guaíba é tão sagrado para os porto-alegrenses que sua simples menção acabou significando a perda de nossa dignidade política no setor de abastecimento de água — queixa-se o vereador Sadi Schwerdt, ex-lateral do Inter que mais tarde deixaria o PDT, hoje está no PMDB.

Às margens do Guaíba foi criado o Parque Estadual de Itapuã, com aproximadamente 10 mil hectares. Região belíssima, com muita cobertura vegetal nativa sobre os seus imponentes morros graníticos, Itapuã, ou Ponta da Pedra Elevada, realmente precisava desta projeção. O problema, é que até agora, o parque também não saiu do papel. A área continua abandonada e descuidada, correndo riscos com a grilagem e o desmatamento.

★ ★ ★

Paranatinga, a Laguna dos Patos — É justamente em frente a Itapuã, só que já na Lagoa dos Patos, que fica a esplêndida Ponta da Formiga, um autêntico refúgio ecológico de 10.360 hectares, onde vivem centenas de espécies em extinção, como jacarés de papo amarelo, capivaras, bugios, lagartos e garças. Todos estes animais e a exuberante vegetação nativa estão ameçados pela construção de uma lagoa de 80 hectares, localizada na Península da Faxina, a menos de dois quilômetros da Ponta da Formiga, onde serão jogados os 10 milhões de litros diários de efluentes do III Pólo Petroquímico. O local fica a 30 quilômetros, em linha reta, do centro de Porto Alegre e a dois quilômetros da Ponta do Salgado, que separa o Guaíba da Lagoa dos Patos. Com o vento sul, bastante comum na região, é muito provável que a carga poluente do Pólo seja empurrada de volta até a saída do Guaíba.

Para enviar esta enorme quantidade de poluentes até a Ponta da Formiga, a Corsan encarregada de resolver o problema dos efluentes líquidos do Pólo — vai construir um tubão de 70,9 quilômetros de extensão e 700 milímetros de espessura que conduzirá 500 litros de poluentes a cada segundo até esta lagoa de decantação. Lá, tais efluentes ficarão depositados por um período de aproximadamente 50 dias, depois do que servirão para irrigar algumas culturas próximas. Os resíduos passarão antes pelo tratamento terciário, com um custo de Cr$ 410 mil diários.

— O problema é que, mesmo depois deste caríssimo tratamento terciário, ainda restarão dissolvidos na água que a Corsan garante que será "límpida e cristalina", 22 toneladas/ano de sais, 68 toneladas/ano de zinco, 3.100 quilos/ano de arsênico, 129 quilos/ano de mercúrio, 15 toneladas/ano de cobre, 18 toneladas/ano de cobre, 1.800 quilo/ano de cadmio e 3.100 quilos/ano de sulfetos — diz o geneticista Flávio Lewgoy.

Tal quantidade de poluentes prejudicará a intensa vinda selvagem da Laguna e poderá acabar com o regúfio ecológico da Ponta da Formiga. "Se aquela região realmente desaparecer, será uma perda irreparável", diz Albano Backes. "Aquilo lá é um lugar riquissímo, repleto de peculiaridades: sua flora é composta por uma mata atlântica que ultrapassou o Guaíba, existem muitas espécies endêmicas, há banhados muito raros, mais baixos do que a lagoa, além das únicas dunas de água doce existentes no Brasil. E o pior é que nada daquilo foi estudado. Não podemos destruir o que não conhecemos, senão estaremos correndo o risco de, até mesmo, desaparecermos da face deste planeta".

A abertura do regime e os objetivos permanentes

O Círculo de Giz — Ou o Jogo do Poder no Brasil é um livro que pode dar o que falar nas próximas semanas, nos meios políticos de todo o País. Foi escrito por Miguel Arraes de Alencar, ex-governador de Pernambuco, cassado e preso em 64, exialdo em Argel durante 15 anos e retornado com a anistia, como muitos outros líderes populares.

Hoje, vice-presidente nacional do PMDB, Arraes enfrenta uma nova dificuldade: o veto ao seu nome pela grande imprensa. E essa campanha de silêncio contra suas teses tem uma explicação: Arraes retornou com a mesma coerência ideológica, a mesma força e a mesma tenacidade. Saudado no Recife na volta por um dos maiores comícios realizados no País no pós-64, o ex-governador trouxe o discurso político do mesmo tempo da saída: denunciou as multinacionais, descarnou o modelo econômico e mostrou até mesmo as divergências em relação aos próprios companheiros de partido quanto à visão do mund
, do País e dos problemas regionais.

É esse discurso que ele tem repetido em comícios. Mas Arraes considera que a linguagem dos comícios não atinge toda a população. Ele acha inclusive que comício é uma coisa superada, antiquada. Daí ter escrito esse livro — um estudo sobre a situação brasileira de Getúlio à abertura de Figueiredo. Não se trata de um ensaio pedante, nem de arenga de palanque: é uma análise séria, escrita numa linguagem enxuta e cortante — a "linguagem das facas" do poeta João Cabral de Mello Netto.

O livro está sendo lançado este mês pela Editora Alfa ômega, de São Paulo. Nele, Arraes analisa "o impasse que afeta, na sua globalidade, a vida do País". Denuncia a dependência externa — origem e destino do modelo de 64, no seu entender — e chama a atenção para a falta de patriotismo das elites "que se associaram às multinacionais em detrimento dos interesses populares". Destaca, por fim, as questões do momento brasileiro, para propor a reflexão de todos aqueles que se angustiam com o futuro do País.

Eurico Andrade

Nese capítulo que transcrevemos, Arraes fala da abertura:

As raízes da "abertura" enterram-se na constatação de que a militarização pura e simples não assegura, por si só, a manutenção dos "objetivos permanentes". O apelo às Forças Armadas, aqui e noutros lugares, feito com o apoio dos Estados Unidos, decorrera por sua vez, do fracasso da estratégia de que a Aliança para o Progresso era o instrumento principal. Ela foi incapaz de deter o avanço do movimento popular nos países dependentes, com medidas assistencialistas.

No Brasil, a militarização partiu um falso "milagre" e instalou o citado impasse, depois agravado pela crise. Diante disso, foi reconhecido que mudanças deviam ser feitas, sob pena de gerar-se uma confrontação negativa para os interesses dominantes, a médio ou a longo prazo.

Essa constatação traz perguntas que o regime se via obrigado a responder: o que mudar, quando mudar, como mudar, que instrumentos utilizar nas mudanças. São questões que se situam a nível do Estado e não simplesmente do governo. Vários governos poderão ser encarregados da tarefa, se um ou dois não forem suficientes.

A primeira pergunta — o que mudar — está respondida por exclusão. A política econômica é intocável, devendo continuar de novo, como concepção, nem tão pouco na sua aplicação, que data dos primeiros tempos do após-golpe.

Consiste em organizar suas forças de sustentação, por um lado. Por outro, controlar direta ou indiretamente os adversários, de modo a que não desenvolvam as ações por eles desejadas mas sejam obrigados a agir de acordo com regras impostas pelo Poder.

A criação do bipartidarismo, por exemplo, teve a finalidade de moldar a face e a contraface do regime. Seriam duas organizações — Arena e MDB — que deveriam girar em torno das questões institucionais ou administrativas, sem tocar nos problemas fundamentais, ligados aos rumos do desenvolvimento do País.

Posteriormente, uma vez aceita a idéia de mudança, a impossibilidade de uma ação frontal contra as pressões da sociedade, o regime via-se na contingência de reordenar seus próprios instrumentos, o que fez, como se verá. Paralelamente, deveria estabelecer novas formas de controle sobre seus adversários, como fez e se verá também, seguindo a mesma tática, de modo a direcionar seu pensamento, suas ações.

A imposição, ao adversário, de um método de pensar, de idéias que tome como principais, é fundamental para a manutenção do Poder, em qualquer parte. O conhecido pensador americano Noam Chomsky bem esclarece a relação entre a natureza do pensamento e controle político:

> "...o sistema de propaganda não se destina apenas a estabelecer uma posição com a qual todos devem concordar ou que só possa ser contestada em termos pessoais. Mais exatamente, procura determinar e limitar todo o espectro de pensamento: a doutrina oficial num extremo e a posição de seus maiores adversários verbais de outro...".

Comandar o adversário, por conseguinte, é tão importante quanto dirigir suas próprias forças. É regra milenar que Sun Tse, estrategista chinês que viveu no sexto e quinto século antes de Cristo, já ensinava nos seus treze artigos.

Exigia ele dos comandantes de tropa que conhecessem "a arte de fazer os inimigos moverem-se de acordo com o desejo deles", comandantes. Adianta que, dominando esta arte, "é possível contar com as populações e com o exército que comandam, de modo a fazer com que o inimigo se mova quando julguem oportuno".

Mais ainda: "fazem concessões ao inimigo e ele as recebe... Olham os homens contra os quais devem combater como pedras ou pedaços de madeira... que não têm movimento próprio". Aconselha, então, "a fazer de tal modo que o inimigo esteja em suas mãos como uma pedra redonda que se faz rolar de uma montanha de mil toesas de altura: a força que lhe é imprimida é mínima e os resultados são enormes".

Essa tática de lidar com o adversário é milenar, portanto, e também conhecida dos que tenham lido manuais de instrução militar. Agora, em torno do mesmo princípio, sofisticações são feitas, sobretudo depois que mudou o conceito de guerra, confundida com a ação política.

Guerra interna e permanente, como alguns pretendem, voltada contra anseios de mudanças que atingiram interesses hegemônicos dentro do País, essa forma de pensar, a que não estão alheios teóricos do regime, cria uma tensão permanente em que a paz acabaria por se tornar impossível. A guerra contra um adversário mal definido — "o comunismo internacional", inalterada, por ser indispensável à manutenção dos "objetivos permanentes".

Logo, não se mudando o que se quer imutável, pode-se mudar o resto. E o resto é apenas a estrutura política superficial, já que o social está acoplado ao econômico e sofre diretamente os seus efeitos. Flexões podem ser feitas, desde que o essencial seja mantido.

Atender, por exemplo, a reivindicações parciais de produtores de soja, como foi feito em 80, quando os protestos chegam a um nível insuportável, perigoso. Arranjar soluções para a questão dos salários, sobretudo dos setores mais organizados do operariado no centro sul, sem perder, porém, o controle da política salarial, que continua de "arrocho".

O quando mudar foi respondido, desde o início da década de 70, e anunciado pelo General Geisel quando assumiu o poder: a bertura deveria ser "lenta e gradual". Precisaria, portanto, estender-se no tempo, num prazo indefinido, ditado pelas circunstâncias.

Aquela expressão, aliada à de "pragmatismo responsável", revela uma indefinição quanto aos rumos a tomar. Indica que nem os próprios detentores do poder tinham clareza em relação aos atos que iriam praticar, presos ao dilema de abrir ou fechar para regular o tamanho da "abertura".

O novo enfoque das forças de dominação externa e dos seus alidos internos levava-os a percorrer terreno desconhecido. Não se tratava de restabelecer a democracia, termo de que se usa e abusa para designar concessões, maior permissividade, atendimento a conquistas parciais resultantes das pressões sociais.

Nunca se anunciou o brusco restabelecimento de amplas liberdades, nem elas puderam ser conquistadas por um organizado movimento de opinião. A abertura deveria ser "segura", segundo o anúncio feito, isto é, nada que pudesse por em risco o controle do poder pelos que dele se apossaram em 1964.

O como fazer está assim explicitado. Restava definir, porém, as táticas e instrumentos a serem utilizados. Eles eram contraditórios, em razão da própria natureza da tarefa a ser executada.

Assim, houve cassações, mas a grande imprensa ganhou maior liberdade. A repressão continuava, mas o comandante do II Exército foi demitido, em virtude de excessos cometidos na sua área, resultando na morte de Wladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho. Falava-se no fortalecimento do Legislativo, mas ele foi fechado, quando isto foi considerado necessário à definição de limites para sua ação.

Essas contradições fizeram surgir análises que se limitaram, no mais das vezes, a considerar os atos governamentais como bons, ruins, suportáveis, apropriados. Os acima citados podem ser facilmente classificados numa dessas categorias, quando tomados isoladamente.

É simples aplaudir ou condenar atos praticados em determinadas circunstâncias, julgar se são bons ou ruins. A não ser raros adeptos do quanto pior melhor, todo mundo recebe bem aquilo que desafoga a situação, e reage negativamente a atos que a agravam, qualquer que seja o plano em que se situe.

Tais análises pecam por motivos outros. Tomam isoladamente os fatos e tendem para uma visão maniqueista, dificultando a compreensão do processo como um todo, vivido pelo regime. Este cuida também do médio e longo prazo, considerando secundários, por isso, acontecimentos que aparecem, por vezes, com exagerada importância quando a preocupação é de curto prazo.

Considerar bons ou ruins os atos do regime tem, para ele, importância relativa, embora — é óbvio — prefira que todos sejam aplaudidos. Seu cuidado principal reside, porém, na conservação do poder, na "segurança", um dos elementos básicos da abertura. Desde que os atos sejam necessários para assegurá-la, ele os pratica, tendo em mira a eficácia e não julgamentos de valor.

Assim, o como mudar é básico, pois equivale a definir uma tática central e os insrumentos a serem utilizados. A história da "abertura", nos anos decorridos, é fundamental para o entendimento de como se desdobrará para o futuro.

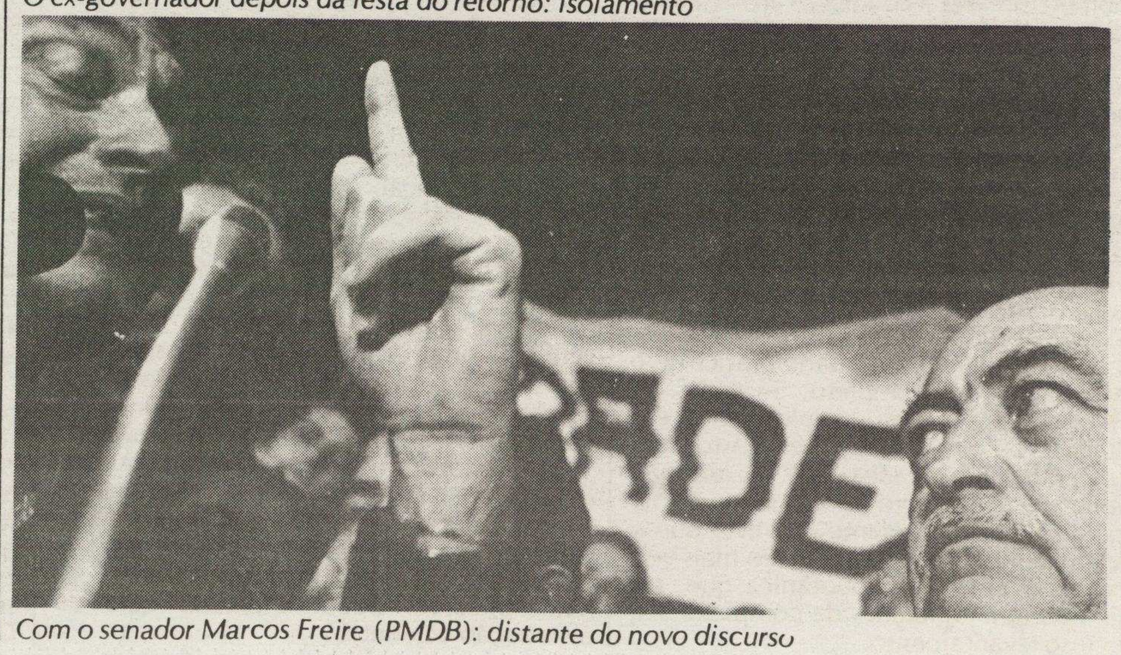
A tática principal da "abertura"

A "segurança", melhor dizendo, a manutenção do Poder, exigiu a definição de uma tática que o regime tem procurado seguir de maneira inflexível. Ela nada traz

Fotos Marko



O ex-governador depois da festa do retorno: isolamento



Com o senador Marcos Freire (PMDB): distante do novo discurso

a "subversão", a "desordem" — seria constante.

Se tais opiniões prevalecessem, a "abertura" seria, apenas, uma nova etapa de uma guerra permanente. Dar-se-ia um reordanamento de forças, estabelecer-se-iam novas formas de combate mais apropriadas às atuais circunstâncias e que poderiam ser rapidamente mudadas, se estas viessem a sofrer alterações de monta.

E impossível dizer qual a opinião dominante, se aquela, se outra. O fato é que o regime, nesta década decorrida, tratou de dar uma nova distribuição aos seus instrumentos de sustentação, e de condicionar de forma diversa os seus adversários, seguindo aqueles conhecidos princípios tático.

Nova disposição de forças do regime

O enquadramento de suas próprias forças de sustentação pelo regime começou por uma mudança nas atribuições das Forças Armadas, tornada nítida durante o processo de escolha do general Geisel. Sua designação já não foi feita, como antes, pelo Alto Comando, para ser referendada, em seguida, pelos políticos da situação. Se os militares deram sua aprovação, como é de supor, o fizeram discretamente, largando a dianteira para o colégio eleitoral restrito que formalizou a escolha.

A iniciativa visou resguardar as Forças Armadas da responsabilidade pela crise, a que poderia levar seu envolvimento direito na constituição e no comportamento do Poder Central. Além disso, o fortalalecimento do aparelho policial possibilitava sua retirada de missões repressivas prejudiciais à sua imagem.

Tudo isto não reduz a importância das Forças Armadas, cuja simples presença é um fato político relevante, tomando-se a expressão no seu amplo sentido e não em termos meramente partidários. Poderia ser aceito, por conseguinte, sem maiores contestações.

Cabe indagar, porém, se entre as motivações da iniciativa não está a idéia contida no relatório de Rockefeller que se mostrou, como antes foi citado, sumamente receoso do que chamou de "instabilidade ideológica dos militares". Faltando elementos concretos que permitam responder pela afirmativa, nada impede que se registre a coincidência, se coincidência é. Detentores diretos do poder, mais fácil seria para militares de diversas tendências pleitear mudanças talvez inconvenientes para conhecidos interesses.

Além disso, episódios como o da demissão do comandante do II Exército, dos generais Sivio Frota e Hugo de Abreu, de oficiais que tenderam para outra posição, e da punição dos generias Euler Bentes e Andrada Serpa, poderiam ter conotação diversa sem o referido ato formal de desvinculação do Alto Comando das decisões políticas, ato que precedeu o governo Geisel.

Paralelamente as essas providências, o regime tratou de reformular sua sustentação dentro da estrutura política. Ela foi chamada a preencher parte do vazio deixado pelas instituições militares, transformadas em força de reserva, e devia colocar-se à frente dos acontecimentos.

Mas as fraquezas do partifo oficial exigiram e talvez provoquem ainda "casuísmos", medidas tendentes a ampará-lo. Sem raízes na população, ele carece sabidamente de condições para assegurar legitimidade ao regime. Ao contrário, precisou do seu amparo e ainda carece, donde a Lei Falcão, os biônicos e outros recursos do gênero, destinados a suprir as suas deficiências.

Em contraposição a essa nova disposição de suas forças, rapidamente esboçada, o regime procurou dar rumos à oposição. Tomou medidas destinadas a fixá-la ao terreno, para usar linguagem militar, impedindo que ela o fizesse segundo suas próprias conveniências.

Várias medidas foram tomadas, de maneira refletida e sistemática, com a finalidade de condicionar a ação das oposições. Basta recorrer à série de atos baixados desde o anúncio da abertura para verificar que elas visaram amendrontá-la, paralisá-la e agora dividí-la e dispersá-la.

Para não ir mais longe, remontando ao pacote de abril, e a outros fatos, basta tomar a anistia, fato sabidamente positivo, conquista da opinião pública nacional. O trabalho do regime, desde a sua decretação, foi mudá-la de positiva em negativa. Note-se que ele não tem o dom de transformar a água em vinho, tendo apenas agido dentro de uma realidade bem conhecida e estudada, cujos resultados podiam ser de antemão avaliados.

A expectativa popular era a de que ocorresse, com a anistia, uma grande união, a nível nacional, reforçando-se a resistência democrática que fora feita durante largo período e que começava a ganhar consistência, sobretudo a partir das eleições de 1974, quando o povo participou ativamente do processo. Ocorre que diferentes tendências dentro das oposições, velhas e novas, estavam divididas.

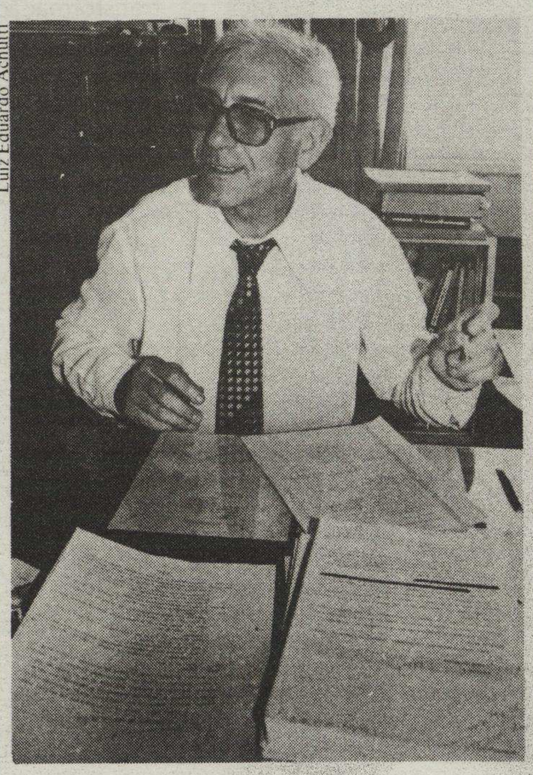
Algumas dessas divisões datam de antes do golpe e, por sinal, facilitaram a sua execução. Unida estava a população, como continua, nas suas dificuldades e nos seus sofrimentos, mas não os que deveriam se juntar para representar esse anseio coletivo.

Se as divergências não eram do domínio público, dado que os meios de informação estavam controlados, eram conhecidas dos que militavam politicamente. Com razões de sobra, disso tinham conhecimento os homens do regime através dos seus serviços de informação.

O regime não dividiu as oposições. Criou o pluripartidarismo como meio de permitir que as divergências se expressassem, evitando o fortalecimento de uma ampla frente em que os setores populares haviam ganho maior espaço.

Ao mesmo tempo, alargava suas possibilidades de composição dentro da estrutura política, junto a correntes que apenas disputam pedaços de poder. Com tal manobra, tratou de neutralizar a ação popular que levara à anistia e que podia representar uma ameaça de confrontação política, a despeito da resistência dos setores mais moderados, obrigados a permanecer na "camisa de força" do bipartidarismo.

O seqüestro dos uruguaios passo a passo



Luiz Eduardo Achutti

Ferri: quase cinco mil folhas

Há três anos, militares uruguaios entraram no País e, com a ajuda de policiais brasileiros, levaram Lilian Celiberti e Universindo Diaz de um apartamento em Porto Alegre para uma prisão militar em Montevidéu. Com isto eles pretendiam interromper as atividades do *Partido Por la Victoria Del Pueblo,* organização voltada para denúncia da repressão no Uruguai. Mas a operação *Zapato Roto* não teve o sucesso que seus promotores esperavam: obrigada a telefonar para Paris e marcar um encontro com os líderes do PVP, Lilian deixou transparecer que algo estava errado. A informação chegou até a sucursal gaúcha da revista *Veja* e os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e JB Scalco acabaram descobrindo a ação.

A Justiça brasileira, a partir do obsessivo trabalho de jornalistas e advogados na busca de informações, acabou reconhecendo a existência do seqüestro, mas não teve poder para trazer Lilian e Universindo de volta. Atualmente, eles cumprem pena de cinco anos de prisão sob a acusação de terem invadido o Uruguai com material subversivo.

Mas o episódio que abalou seriamente a imagem dos órgãos de segurança, não caiu no esquecimento, prova disto é que o advogado Omar Ferri, defensor de Lilian, está lançando *Seqüestro no Cone Sul — O Caso Lilian e Universindo* (Editora Mercado Aberto). Para escrevê-lo, Ferri releu as quase cinco mil folhas dos oito volumes de documentos, anotações, cartas, relatórios, processos e recortes de jornal, mas valeu-se, sobretudo de sua memória. O resultado é um livro de informação pura que, por vezes, beira os limites da indignação, numa linguagem objetiva e irônica. Ele não se esquiva de citar nomes. Pelo contrário. Acusa os quatro policiais processados — o delegado Pedro Seelig e os inspetores João Augusto da Rosa, Janito Kepler e Orandir Lucas, este o único condenado —, mais o coronel Atila Rohrzetser e os delegados Leônidas Reis e Marco Aurélio dos Reis , — que ameaçou processá-lo — estarem envolvidos. Mas prefere responsabilizar o Dops gaúcho pela execução do seqüestro juntamente com a Companhia de Contra-Informações uruguaia.

Aliás, na abertura do livro, Ferri, de 48 anos, reproduz sua ficha no Dops, incluída na sindicância que deveria apurar os fatos, que cita passagens de sua vida política no PTB e menciona até suas viagens ao município natal de Encantado.

Quase como um quebra-cabeças, o livro é um relato cronológico que mostra como as versões oficiais caíram por terra. Elogia a participação de jornalistas e a atuação do promotor Dirceu Pinto, a quem chama "Hélio Bicudo dos pampas", lamenta as vacilações do então governador Sinval Guazzelli, homenageia a mãe de Lilian Celiberti e dedica um capítulo ao deputado e delegado Cícero Viana, por suas manobras durante a CPI que, afinal, acabou condenando os quatro policiais do Dops.

Mas o capítulo mais interessante é o último que poderia muito bem servir de roteiro para um filme de Costa-Gavras. Com base nas informações que levantou junto com a imprensa, nas declarações do ex-sargento Hugo Rivas, que fugiu do Uruguai e revelou mais detalhes do seqüestro, e de informações transmitidas por Lilian do presídio, em papel laminado de carteirta de cigarro, escrito em letra minúscula com ponta de agulha, Ferri reproduz todas as circunstâncias do seqüestro, desde a prisão de membro do PVP em Montevidéu, no início de novembro de 1978 até a inesperada aparição dos jornalistas no apartamento e suas conseqüências. Chega a revelar os conflitos íntimos de Lilian.

Ferri não espera que a publicação do livro possa mudar alguma coisa: "Apenas estou cumprindo a obrigação de reestabelecer a verdade frente às urdiduras da polícia e dar satisfação ao povo do que realmente aconteceu". Ele lembra que recentemente o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas condenou o Governo uruguaio por violar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, mais isto não alterou as atitudes dos militares uruguaios.

Rafael Guimarães

Faltou falar da Geopolítica dos soviéticos

"A geopolítica é a geografia do fascismo", frase de Nelson Werneck Sodré, sintetiza as pretensões de Júlio José Chiavenato com seu último livro — *Geopolítica, a arma do fascismo* (Global Editora). Preocupado em explicar a geopolítica como arma auxiliar do imperialismo, dissecando as distorções provocadas com sua utilização como elemento de dominação interna, filosofia para justificar a dominação de países subdesenvolvidos, ele centra sua atenção no caso brasileiro e comete uma grande omissão quando levanta os olhos para examinar o mesmo problema a nível mundial. Esquece a



Ferri: quase cinco mil folhas

invasão do Paquistão, os tanques nas portas da Polônia e explica a vitória vietcong como reação de um povo heróico. Para ele, "em geral os marxistas ignoram a geopolítica e alguns geógrafos ressentem-se da pouca importância que Marx deu ao estudo do espaço". Ao menos que queira dizer que o marxismo é levado em pouca consideração pelo "Kremlim" e a política dos dirigentes comunistas não é também imperialista — o que não consta claramente no livro — deixa em aberto um aspecto importante no exame dessa suposta ciência militar, mesmo quando se deleita sobre os efeitos específicos sobre o Brasil.

Então o livro surge assim, como um minucioso estudo sobre os movimentos de um dos adversários de uma partida de xadrez, ignorando o outro lado. O Brasil coloca-se como um tabuleiro impassível, sem reação. "Em lugar de tropas dos EUA defenderem suas fronteiras ideológicas em remotas terras, provocando a condenação mundial, armava-se governos aliados ou títeres, para que eles mantivessem em segurança o sistema de dominação imperialista. Essa nova prática funcionou especialmente no Cone Sul", escreveu Schiavenato ao discorrer sobre os poderes de satélite privilegiado do subimperialismo brasileiro.

Desse ângulo, o livro é perfeito. Nenhum movimento da mecânica imperialista capitalista passou desapercebido desde o surgimento dos geopolíticos de Hitler criando fantásticas teorias para justificar o genocídio mundial até a versão cabocla interpretada pelo general Golberi do Couto e Silva e a doutrina brasileira da Segurança Nacional. As pontas do triângulo nazi-fascismo-Walt Street-Escola Superior de Guerra foram atadas com convicção. Eloqüente, por exemplo, o texto do presidente do tribunal da justiça da Alemanha, Dietrich Heiningen, sobre a legitimação estatal do terrorismo: "Tratando-se de alcançar um objetivo nacional, tudo é permitido. Violências físicas, encarceramentos, homicídios são os casos mais óbvios que temos a considerar nessa tática. Ninguém admite que um soldado que comete, por dever militar, homicídios, ofensas à propriedade privada e outros atos normalmente incriminados, possa ser punido", escreveu o juiz nazista, mas cabe como uma luva como fecho do processo das bombas no Rio-Centro.

Schiavenato considera, porém, que enquanto não há um Estado autoritário, geralmente "a geopolítica mofa nos quartéis, já que depois da II Guerra Mundial e do desastre nazista apenas militares de países subdesenvolvidos têm se dedicado mais continuamente a ela". Um parecer um tanto quanto questionável já que algumas belas democracias apegam-se a doutrina da segurança nacional para atingir seus objetivos, mesmo quando são metas supostamente democráticas. França, Inglaterra, a Espanha da questão basca fornecem bons exemplos. O livro levanta um tema interessante, ainda que sem esgotá-lo, capaz de provocar um debate indispensável nos dias de hoje. As esdrúxulas teorias dos geopolíticos que desmascara devem ser condenadas e ter seus reflexos anulados na política externa brasileira e, principalmente, na condução interna do País. Sem desconsiderar, entretanto, nenhuma das pressões externas sobre os destinos dessa nação.

Delmar Marques

Nelson Rodrigues, ainda mal filmado

Luis Carlos Merten

O ciclo dedicado pelo cinema nacional ao polêmico autor de teatro sofreu de precipitação. Afinal, ele escreveu mais do que cenas eróticas



Lucélia Santos na cena da curra em Bonitinha mas Ordinária

Com o próximo lançamento de *Engraçadinha Depois dos 30,* de Haroldo Marinho Barbosa e *Álbum de Família,* de Braz Chediak, já em cartaz, completa-se um ciclo dedicado a Nelson Rodrigues no cinema brasileiro. Somente esse ano já tivemos *Bonitinha Mas Ordinária,* também com direção de Chediak e *Beijo no Asfalto,*. de Bruno Barreto. São quatro filmes e três deles interpretados por Lucélia Santos, que entra definitivamente na moda com Nelson e atinge, aos 24 anos, a primavera da sua carreira. Não é o caso de se perguntar se está havendo um excesso de Nelson Rodrigues, mas de fazer outro tipo de interrogação: será que os cineastas conseguiram criar uma linguagem adequada para Nelson ou só interessa o festival de sexo que fez de *A Dama do Lotação,* de Neville D'Almeida (1977), um dos grandes campeões de bilheteria no Brasil, com mais de seis milhões de espectadores?

Afinal, Nelson Rodrigues é mais do que um contador de histórias. É um grande poeta dramático e, como tal, exige vôos mais altos. Quem afirma isso é o diretor de teatro e cinema Antunes Filho, responsável pela montagem possivelmente mais elogiada da temporada no eixo Rio de Janeiro—São Paulo: *Nelson Rodrigues, o Eterno Retorno,* formada pela condensação de três peças — *Beijo no Asfalto, Álbum de Família* e *Toda Nudez Será Castigada.* É possível concordar com Antunes Filho, mas não há dúvida que o cinema nacional ultimamente tem voado baixo em direção a Nelson, utilizado como ponto de venda e não como aquilo que realmente foi: um dos mais densos analistas da nossa realidade. Numa das edições de outubro, sob a rubrica de Cultura, *Veja* dedica uma matéria especial a esse verdadeiro cerco a Nelson Rodrigues, no palco e na tela. Com o título de *O Eterno Desafio,* a matéria conclui que Nelson é ainda um enigma a ser decifrado por seus adaptadores para teatro e cinema.

Não sou daqueles que se entusiasmam com as adaptações de Nelson Pereira dos Santos (*Boca de Ouro*) e Leon Hirsman (*A Falecida*). O Nelson Rodrigues mais bem sucedido na tela me parece *Toda Nudez,* mas ao tentar repetir a dose o diretor Arnaldo Jabor saiu-se extremamente mal em *O Casamento.* Na verdade, o cinema brasileiro não tem se preocupado muito em desenvolver uma linguagem adequada para expressar na tela o mundo complexo de Nelson, ou então não tem sabido fazer isso. Um filme baseado nesse autor já virou uma espécie de gênero, como o faroeste, o policial ou o musical. O espectador espera um certo número de cenas chocantes e os cineastas não se fazem de rogados. Com a desculpa de que estão criticando a repressão da classe média, dão aquilo que acham que o público espera deles. O resultado é que Neville D'Almeida fez 1,5 milhão de espectadores com *Os Sete Gatinhos* quatro vezes menos do que em *A Dama do Lotação* e *Beijo no Asfalto* não se pagou.

Será o cansaço de uma fórmula? Pode ser. E a verdade é que entre as adaptações desse ano é preciso destacar uma cena aqui, outra ali, para compor o que seria uma linguagem ideal para Nelson no cinema. A cena em que Dália (Lídia Brondi) vê o filme de terror na televisão em *Beijo no Asfalto* é eficiente. O terror é externo, mas reflete uma situação interna da personagem. Outra situação interessante é o diálogo de Edgar (José Wilker) com a mãe em *Bonitinha Mas Ordinária,* na cena em que ele lava a cabeça. Edgar recebeu uma proposta do patrão: um cheque de vários milhões e uma posição na firma se ele se casar com Bonitinha (Lucélia Santos), que vem de uma experiência traumatizante de curra. Edgar tem seu orgulho e se questiona se é válido ou não aceitar a oferta. A excelência da cena está no seu duplo sentido. Edgar lava a cabeça numa bacia. E a mãe diz para ele: "Abaixa a cabeça", em parte para enxaguar o xampu, mas também para significar que ele deve engolir o orgulho e aceitar o dinheiro que vai permitir à família sair do apartamentozinho sórdico.

Todo o segredo do texto de Nelson Rodrigues está no diálogo, na fala dos personagens — e claro que no que esse texto revela. O diálogo de Nelson é uma mistura de coloquialismo com afetação ou poesia. Ele é coloquial e não é. Joga na compreensão imediata da trama, no significado direto das palavras, mas também encobre as intenções mais ocultas, como Braz Chediak soube perceber na cena do "Abaixa a cabeça". Só que não é fácil traduzir isso em linguagem de cinema. Quanto aos temas, Nelson, a rigor, tem um só tema: a obsessão pelo incesto. *Álbum de Família,* considerada pelos críticos a obra-prima do autor, sua peça mais densa e rica, faz a apologia do incesto.

O pai, Jonas (interpretada por Rubens Correa na versão cinematográfica), deseja a própria filha, Glorinha (Lucélia Santos). Na impossibilidade de consumar o incesto, ele transa com virgens da mesma idade da filha, que são conseguidas pela cunhada (Vandar Lacerda). E tem a mãe, Senhorinha (Dina Sfat), que no final mata o pai para se unir ao filho Nonô, que anda nu pela casa o tempo todo. Críticos respeitáveis têm elogiado a qualidade da adaptação de Chediak, mas *Álbum de Família* surge comprometido por uma má escolha do elenco. Paulo Francis tem toda razão quando observa que Senhorinha exige uma atriz com o físico de Tônia Carrero e o talento de Fernando Montenegro. Ele falou isso muito antes que Dina fosses escolhida para o papel, e é possível que Dina se esforce, mas a melhor escolha realmente não seria ela.

Essa apologia do incesto pode parecer chocante a muita gente, mas ela encerra o que Nelson Rodrigues tem a dizer sobre o homem. Para ele, o homem é sempre vítima de paixões avassaladoras, consideradas vergonhosas pela sociedade e por ele mesmo. Daí a necessidade de reprimir, daí as paixões primitivas que se libertam como numa torrente, quando a represa cede. Para o professor de Literatura Ronaldo Lima Lins, autor do livro *Uma Realidade em Agonia,* o teatro de Nelson não poderia ser mais claro: "A família se estrutura em cima de esperanças que acabam ruindo por terra. E quando isso acontece, fica decadente. Trata-se de um universo de opressão que, quando se acentua, aumenta o grotesco".

Os personagens de Nelson são criaturas que perderam toda esperança na transformação desse mundo. Entram num processo quase autofágico de destruição por seu primitivismo. Nesse processo, há contradições sociais que são destacadas por esse ou aquele adaptador (por exemplo, *A Dama do Lotação* prefere dar para os marginais), mas ao nível das intenções de Nelson isso é quase irrelevante. O que interessa é a dimensão quase metafísica da miséria moral a paixão do primitivo, a realidade em agonia. E justamente aí encontra-se o grande desafio para os adaptadores de Nelson, que são os elementos característicos do seu teatro, como a histeria, o melodrama e o grotesco. "Ao invés de destacar esses elementos, como seria o certo", observa o professor Lima Lins, "eles se misturam e são levados ao paroxismo". São as verdadeiras aberrações dentro do teatro filmado de Nelson: as cenas do comendador Carlos Kroeber possuindo a mulher de pé, enquanto ela canta hinos religiosos em *Bonitinha,* ou Maurício do Valle correndo atrás de Regina Casé e comendo as calcinhas dela em *Os Sete Gatinhos.*

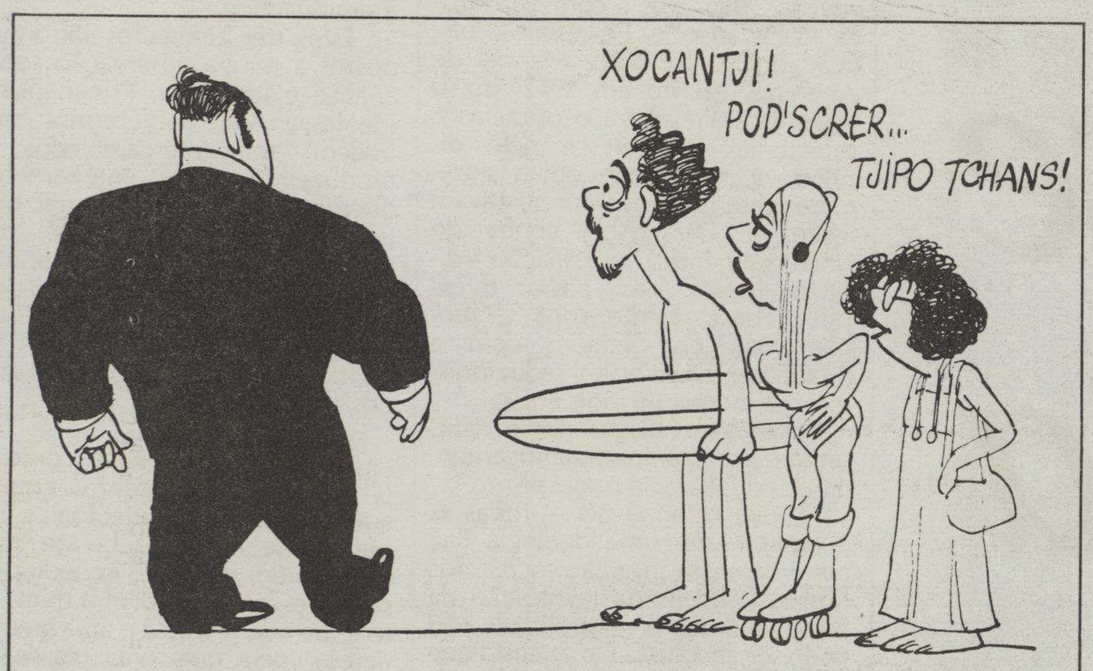
Por ocasião do lançamento desse último filme no festival de Gramado do ano passado, criou-se até uma polêmica, quando o então secretário de Cultura, Turismo e Desporto Lauro Guimarães deixou a sala de exibição irritado com o que via na tela. O filme é pornográfico ou não? Foi a pergunta que se fizeram críticos e espectadores. Não foi uma polêmica nova para Nelson, pois nos anos 50 e 60 ele se tornou um autor visado pela Censura por suas abordagens do sexo e da violência, da mesma forma como nos anos 70 se tornou maldito para a patrulhagem ideológica, por suas afirmações desafiadoras sobre a esquerda nacional. Mas é aqui que se acentua a contradição desse autor que se definia como um anticomunista e se uniu à direita, inclusive acobertando a tortura e a repressão.

O problema foi colocado muito bem por alguns críticos. Não se trata de anticomunismo ou não, mas de uma coisa muito mais dolorosa, que é o anti-humanitarismo. Houve anticomunistas na oposição a Médici, mas Nelson participou, dedurou. Dizem que se ele aderiu foi para estar bem com o governo, porque seu filho era preso político. E aqui se acentua a miséria do próprio autor, como um de seus personagens malditos. Com exceção de Edgar em *Bonitinha,* são seres sem esperança. Mas o filho de Nelson quis ir mais longe que as criaturas do pai e fez a guerrilha urbana para ver se mudava esse mundo e essa sociedade asfixiantes.

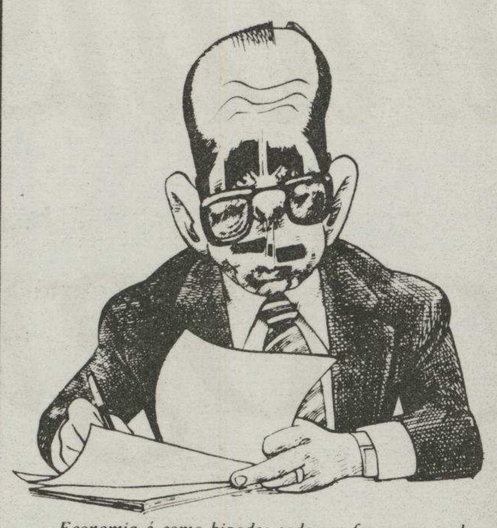
E assim, onze meses após sua morte, Nelson Rodrigues, mais que nunca, é o autor da moda no teatro e no cinema brasileiros. Mas é o incompreendido de sempre — mal adaptado e, inclusive, mal valorizado, como se todos os seus textos tivessem a mesma qualidade. Não têm. Alguns são fracos e outros são até muito ruins, mas as obras-primas que são *Dorotéia, A Senhora dos Alagados* e *Álbum de Família* resistem à mania do autor de repetir-se, esgotando a criatividade. No cinema, *A Falecida* pareceu rigoroso e antiespetacular e *Boca de Ouro,* tímido demais. Bom mesmo foi *Toda Nudez* e nos últimos tempos Nelson é uma fórmula desgastada pelo mau uso ou pelo uso excessivo, o que não diminui a curiosidade pelo que resultou de *Álbum de Família,* principalmente.

E junto com Nelson, quem muda a imagem nesse 1981 é Lucélia Santos, a ingênua das novelas de televisão, a sucessora de Regina Duarte como namoradinha do Brasil nos enredos globais. No cinema, Lucélia surpreende seu público doméstico com palavrões e uma pervesidade sadomasoquista, como na cena da curra em *Bonitinha.* É uma atriz de coragem, que não teme desnudar-se, não no sentido físico, mas no outro, mais denso. Recusa os rótulos, assume a mudança de imagem como um desafio. Lucélia é a estrela absoluta desse ciclo dedicado a Nelson Rodrigues e que vai chegando ao fim. Mas talvez esteja aí outro sinal do equívoco que ronda Nelson Rodrigues no cinema brasileiro. A mistura de inocência e perversão das heroínas incestuosas de Nelson é melhor expressa pela Lídia Brondi de *Beijo no Asfalto.*

VIGICOOP Cooperativa dos Vigilantes do Estado do R.G.S. LTDA.
RUA VIGÁRIO JOSÉ INÁCIO, 566, SALA 501 — 90000 PORTO ALEGRE - RS
Primeira Cooperativa especializada em vigilância bancária, comercial, industrial e particular.
SERIEDADE E EFICIÊNCIA



O civil e o pessoal que nunca viu



– Economia é como bigode: cada um faz o que pode.



– E como eu tenho dito e repetido: nem tudo está perdido.

Tonterias de Chico no Jornal do Brasil

O emprego como ilustrador e cartunista na *Folha da Tarde* de São Paulo em 1967, pareceu ao paulista Chico Caruso um "excelente bico" para quem terminava o curso científico e se preparava para o vestibular de Arquitetura. Nesta época, ele ainda acreditava que tal profissão lhe valeria uma função social mais importante do que a de um simples desenhista. E lembra, com certa ironia, a frase dita pelo pai de um grande amigo, o cartunista gaúcho Santiago:

— Não acredito que te paguem para fazer estas tonterias!

A preocupação social, a "vontade de poder colaborar com o processo de mudança", transformou-o num dos melhores chargistas em atividade nos jornais brasileiros. Tem a "eloqüente mudez" em seus desenhos — no dizer de Tárik de Souza. Chico Caruso produz um tipo de caricatura mais política, menos investigativa.

Aos 31 anos, um espaço reservado para suas charges, de dois em dois dias, nas páginas do *Jornal do Brasil,* Chico está animado pela perspectiva de reconhecimento a um trabalho iniciado na infância, por influência do avô caricaturista. Uma coisa, no entanto, ainda o deixa bastante preocupado: o desrespeito profissional com os que, como ele, são os "jornalistas da imagem".

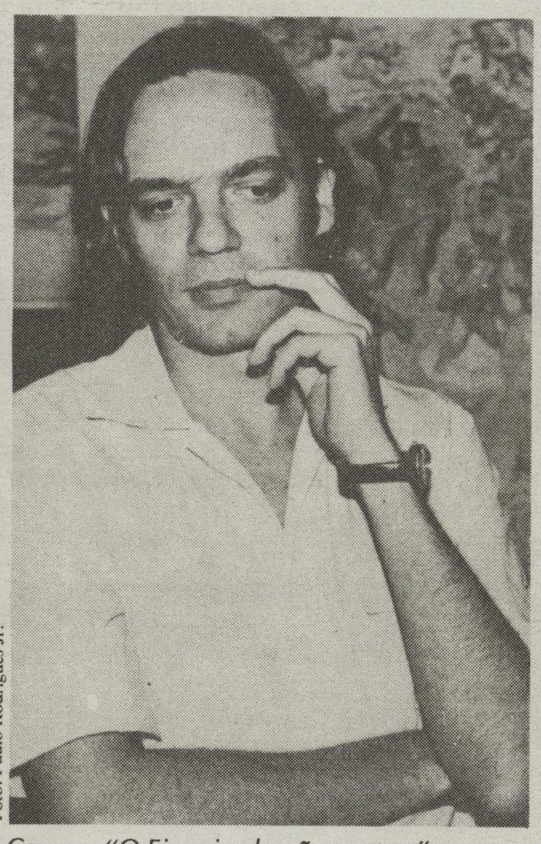


Foto: Paulo Rodrigues Jr.

Caruso: "O Figueiredo não gostou"

— Usam seu trabalho sem pagar. Publicam charges estrangeiras sem assinatura, acham que o desenhista é meio marginal. Por isso, arranjam qualquer "marginal" para desenhar. Desta forma, não é possível haver renovação nas técnicas. Quanto à censura, ela está mais branda. Fiquei sabendo, há algum tempo, que o Figueiredo não gostava de suas orelhas grandes nos meus desenhos. Mas depois ele operou e veio logo o infarto...

SEM RÉGUA

Entre 67 e 78 — quando cobriu as férias de Ziraldo no *JB* e acabou contratado para fazer as charges políticas, em substituição ao Lan — Chico Caruso percorreu algumas das mais importantes redações do País. A do *Opinião,* em 74, do *Movimento,* em 75, da *Gazeta Mercantil,* no mesmo ano, da revista *Isto É,* em 77, e do *Pasquim.* Tudo isso depois de três dias de sufoco num escritório de arquitetura, ainda na fase de aluno da USP.

— Eu não tinha nada a ver com um trabalho de régua e esquadro! — desabafa.

Em 76, Chico Caruso recebeu o grande prêmio de Humor do Salão de Piracicaba. De lá ele levou também uma forte impressão causada pela cor e o tamanho — "enorme" — dos trabalhos de Millôr Fernandes, expostos na mostra.

— O pessoal do *Pasquim* exerceu uma grande influência sobre uma nova geração de cartunistas brasileiros — afirma Chico. — No meu caso, um outro contato foi definitivo: o desenho do argentino Trimano, com seu traço dramático. Na fase da barra pesada o tipo de desenho criado por ele ganhou maior força de expressão.

FASE CARIOCA

A vinda de Chico Caruso para o Rio aconteceu por dois motivos. Primeiro, devido à contratação no *JB.* Mas, em segundo lugar, houve uma razão de ordem "familiar":

— Eu queria deixar o mercado paulista pro meu irmão gêmeo, o Paulo — garante, depois de uma gargalhada. — Agora ele está na revista *Careta.*

Só que o cartunista não contava com as inúmeras transformações profissionais e artísticas de sua "fase carioca". No Rio, ele deixou de ser curtido apenas pelos amigos, merecendo mais "respeito".

— Aqui o trabalho do jornalista de imagem é melhor valorizado, talvez por força da tradição cultural da cidade — diz. — Aliás, o artista de um modo geral recebe sua "recompensa espiritual" no Rio.

A beleza, a temperatura e, principalmente, a cor da cidade também entraram na vida de Caruso. Talvez por isso — e "por andar sempre sem grana" — Chico pensa numa saída através da pintura. Com duas exposições e um livro publicado ("Natureza Morta e outros desenhos do *Jornal do Brasil*"), ele começa a "brincar" com telas e tintas a óleo. Mas seguindo os rumos do seu desenho:

— As personagens continuam as mesmas: os políticos — diz. — Alguns dos quadros também nasceram de charges publicadas no *JB,* inspiradas nos clássicos da pintura.

Maria Rosa Pecorelli



O francês que cansou da censura argentina

Farto da onipresente censura militar e do ambiente paranóico que reina nos jornais argentinos, o caricaturista francês Michel Drouillon, de 30 anos, há um ano radicado na Argentina, está decidido a deixar o país e arranjar um novo emprego no Brasil, onde espera encontrar um clima mais favorável para seu trabalho mordaz e criativo.

Dono de um traço provocativo e insinuante, Drouillon tem encontrado problemas quase diários no seu jornal, o *La Voz del Interior,* de Córdoba, e nas demais publicações onde trabalha como colaborador. Percorrendo as redações dos principais jornais brasileiros desde as últimas semanas de outubro, Drouillon está em busca de um ambiente menos sufocante para publicar suas ótimas criações.

— A Argentina, de fato, não é nenhum paraíso. Mudei-me para lá apenas porque a minha mulher é de Córdoba. Mas agora, um ano depois, já estou cansado de tanta paranóia. Lá, se censura absolutamente tudo. Já tive mais de 50 cartuns sumariamente proibidos e outros tantos que tive que mudar em cima da hora. Mas o pior é ver o medo, a insegurança e a autocensura que a cada vez toma conta de mais e mais pessoas.

Para Drouillon esta situação é especialmente complicada. Afinal, nos sete anos que trabalhou no *Le Matin,* de Paris, ou em pequenos jornais da Inglaterra, ele nunca encontrou um ambiente semelhante: "É claro que, ao me mudar para a Argentina, eu já sabia em que situação se encontrava o país, mas ao vivo é muito pior. Não se vê militares nas ruas, policiais armados, mas o astral é muito pesado. É impossível fazer qualquer trabalho criativo lá.

Com dois enormes volumes debaixo do braço — onde guarda suas melhores criações — Drouillon visitou vários jornais paulistas, cariocas e gaúchos. Recebeu algumas propostas para fazer *free-lancer,* mas o que pretende mesmo é conseguir um emprego fixo. Se depender da qualidade de seu trabalho, esta proposta não deverá demorar muito.





Lech Wakesa

— Sei que o presidente Figueiredo recentemente andou declarando que não gosta de cartuns nem de cartunistas. Mas, de qualquer maneira, só o que eu espero aqui no Brasil, é que não seja obrigado a ouvir todos os dias "O que é que você quer dizer com isto?", cada vez que mostrar meus trabalhos a um editor.

Psicanálise e ideologia

Uma semana antes, as inscrições estavam encerradas e os cartazes foram retirados dos locais públicos. Mesmo assim, cerca de mil pessoas lotaram os jardins, as salas e o auditório do Instituto Porto Alegre (Ipa), para acompanhar o primeiro simpósio gaúcho sobre Alternativas do Estaço Psi, onde foi mostrado tudo o que há de novo na Psicologia, Psicopedagogia, Psiquiatria e Psicanálise.

O simpósio foi promovido pelo grupo Embrião, formado por seis estudantes de psicologia, e realizou-se de 10 a 12 de outubro. "Nunca esperávamos tanta gente", afirma entusiasmado o estudante Ademar Beckarm 24 anos, integrante do Embrião e representante da revista Rádice. Parodiando Freud, ele garante: "Trouxemos a praga a Porto Alegre. Os profissionais tiveram ótima vivência e os estudantes, a partir, de agora não vão se contentar com as muitas barbaridades ditas e ensinadas oficialmente".

Durante o simpósio, não faltaram as concorridas sessões de terapias corporais, onde o importante era a liberação do corpo. Mas o ponto alto foi o debate que reuniu psicanalista mineiro Hélio Pellegrino, seu colega gaúcho Abrão Slavutsky e o filósofo, também gaúcho, Ernildo Stein, intitulado Psicanálise e Ideologia. A seguir, o Coojornal publica um resumo deste debate:

Abrão Slavutzky

O uso do complexo de édipo para explicar as rebeliões estudantis

Eu estou iniciando um trabalho. Peguei todas as revistas da Sociedade Brasileira de Psicanálise, desde o número um até fins de 1980, umas 50 revistas e me pus a investigar, o que creio, que numa certa medida, espelha o pensamento dominante na Sociedade Brasileira de Psicanálise. Aliás, sobre o primeiro número, editado em 1928, há uma curiosidade. Ele foi enviado a Freud, que respondeu dizendo que a compraria a um dicionário português-alemão para lê-la.

Somente em 1967, a Sociedade Psicanalítica de São Paulo começa a editar uma revista, que passa a ser oficialmente a revista da SBP.

Um dos temas que esteve muito em voga, ali por volta de 68, 69 e 70, era o problema da guerra e da violência. Então, leio um pensamento da doutora Virgínia Bicudo, publicado em 1968 sobre a guerra e a violência.

"A habilidade desenvolvida para produção de armamento bélico, em última análise o instinto de morte, suficientemente poderoso para ameaçar a sobrevivência de toda a humanidade, e fator para desenvolver um estado universal e contínuo de angústia."

Então, vamos refletir. Aí vem a questão. A grande guerra, no momento, era a do Vietnã. Seria a expressão de morte do instinto do ser humano. Aqui vem duas questões: Primeiro, o instinto de morte: Alguns psicanalistas o contestam. Eu aceito. O problema é este conceito para explicar a guerra. Na verdade, o que acontecia, sem entrar em profundas análises, era uma invasão imperialista destruindo, matando o povo vietnamita. A psicanálise, quando explica, como nesse caso a guerra e a violência, tem um aspecto fascinante, onde mostra os aspectos destruitivos do homem. Mas, ela também se insere numa ideologia que busca explicar os fenômenos sociais, econômicos e políticos, exclusivamente, sob o ponto de vista intrapsíquico, não entrando em questão da estrutura sócio-econômica, na qual estão inseridos os seres humanos.

Um outro exemplo: A crise das gerações. Houve a grande passeata, a dos cem mil, no Rio de Janeiro, começou a surgir o conflito de gerações. O problema estudantil, no Brasil, ou na França, não passava de brigas entre pais e filhos ou de Complexo de Édipo mal resolvido. Isso é uma questão muito perigosa. Pegar um conceito científico muito forte, como o Complexo de Édipo para explicar e justificar uma submissão, uma adaptação em que não devemos questionar em absoluto os valores sociais, os valores políticos dominantes.

Aí vem o fundamental. "O desajustamento social", diz o doutor Danilo Uchôa, em Conflito de Gerações, "surge como uma extensão do desajustamento pessoal, intrafamiliar, em que situações conflitivas da relação pais/filhos, filhos/pais, não são suficientemente resolvidas. Quando nós vamos buscar explicar o desajustamento social pela problemática da relação pais/filhos, nós devemos pensar que milhares de marginais dessa pobre sociedade brasileira estão marginalizados, não por um capitalismo selvagem, mas porque estão desajustados socialmente, já que é uma extensão de seu desajustamento intrapsíquico.

Esse é um efeito concreto da ideologia dominante e um efeito concreto da psicanálise, do ponto de vista concreto, pode, dependendo de quem a usa — e abusa — servir aos interesses da classe dominante. É uma forma nítida de não levar em conta uma estrutura classista, de não se levar em conta a própria história da sociedade.

Outra questão, por exemplo, do dinheiro. O que é pensado sobre o dinheiro. Nós, psicanalistas, escrevemos pouco sobre ele. Sobre o problema específico de como o dinheiro interfere na relação analista-paciente. Bom, um dos trabalhos publicados na revista da SBP, com o título *Psicanálise e Economia Política*, do doutor Vitor Manoel de Andrade, escrito em 1972, diz o seguinte: "Freud foi o primeiro a relacionar o interesse pelo dinheiro e pelo ouro com a analidade, inferindo que simbilizavam as fezes". Ora, isso é conhecido universalmente, a relação dinheiro-fezes. Mas, passar a explicar basicamente toda a problemática do dinheiro com a analidade, é um brutal reduzionismo que incorre em dois erros.

Assim, os artigos nas revistas tentam explicar psicanaliticamente, o capitalismo e o socialismo.

Todos os analistas — todas as pessoas — têm uma ideologia. Faz parte da nossa inserção social, dos nossos hábitos, da instituição da personalidade. A neutralidade não pode ser absoluta. E o analista que disser "eu não tenho ideologia" é perigoso, porque não tem consciência que tem uma ideologia. É uma manifestação típica. Assim pode passar através do trabalho clínico, a um trabalho de reeducação, que seria a antianálise.

Por exemplo, analisar e interpretar as atividades exclusivamente como manifestações neuróticas. Não que nas atividades políticas não existam problemas neuróticos. Mas, aceitar só isso é partir do ponto de vista que a sociedade, assim como está, está bem. Não deve ser mudada, questionada. E a partir do pressuposto que a sociedade nunca muda. Quer dizer que quem se rebela, é por um problema neurótico. Isso é uma manifestação da ideologia dominante, para manter essa sociedade.



Auditório do IPA: inscrições encerradas uma semana antes

Ernildo Stein

A impossibilidade de instituições desacompanhadas de olhar crítico

Nós vivemos tipicamente numa era que ainda é marcada por aqueles que olham criticamente, por aqueles que tomam distância, por aqueles que se retiram de um tipo de reflexão individualista pequeno-burguesa, por aqueles que num mundo subdesenvolvido percebem que não é mais possível nós simplesmente recebermos instituições sem crítica. São três os elementos que nos levam a isso e que nos levam a discutir:

1 — A vontade da dissidência. Se volta contra tudo aquilo que é institucionalizado. Isso leva à vontade da dissidência. Leva uma crítica ao infinito, castrando toda a produtividade.

2 — O elemento da ausência de mediações. Nós estamos cansados de trambolhos nas comunicações entre indivíduos e grupos. A ausência de mediações certamente é uma aspiração essencial. Mas, a ausência nos transforma em selvagens.

3 — A busca do simples. Pela eliminação das mediações queremos encontrar aquilo que é simples, que suprime todo o ritual da era tecnológica. Eu quero dizer que essa simplicidade é extremamente complicada, que nós, após as conquistas feitas através do trabalho da razão e das mediações, não podemos mais aspirar à simplicidade.

Estes três elementos são interpostos a minha observação sobre análise e ideologia. Psicanálise e ideologia são dois termos que podem ser intercambiados e produzem efeito inteiramente diferentes. Eu quero mostrar que uma crítica ideológica da psicanálise é relevante. Portanto, não se considera a psicanálise perseguida por de repente se assestar sobre ela o instrumento que foi muito produtivo em outros campos científicos.

Evidentemente existe como o "virar da espada" contra aquele que faz a crítica ideológica da psicanálise. Eu não tenho até hoje conseguido, digamos, impedir que se vire essa espada contra mim, isto é, de que a crítica é uma grande defesa, pela qual uma massa ignora, uma massa não iniciada no processo psicanalítico, — de certo modo, com uma imensa inveja dos iniciados — faça a sua guerra inútil contra a fortaleza da lucidez, daqueles que dominam os canais de equilíbrio dos indivíduos.

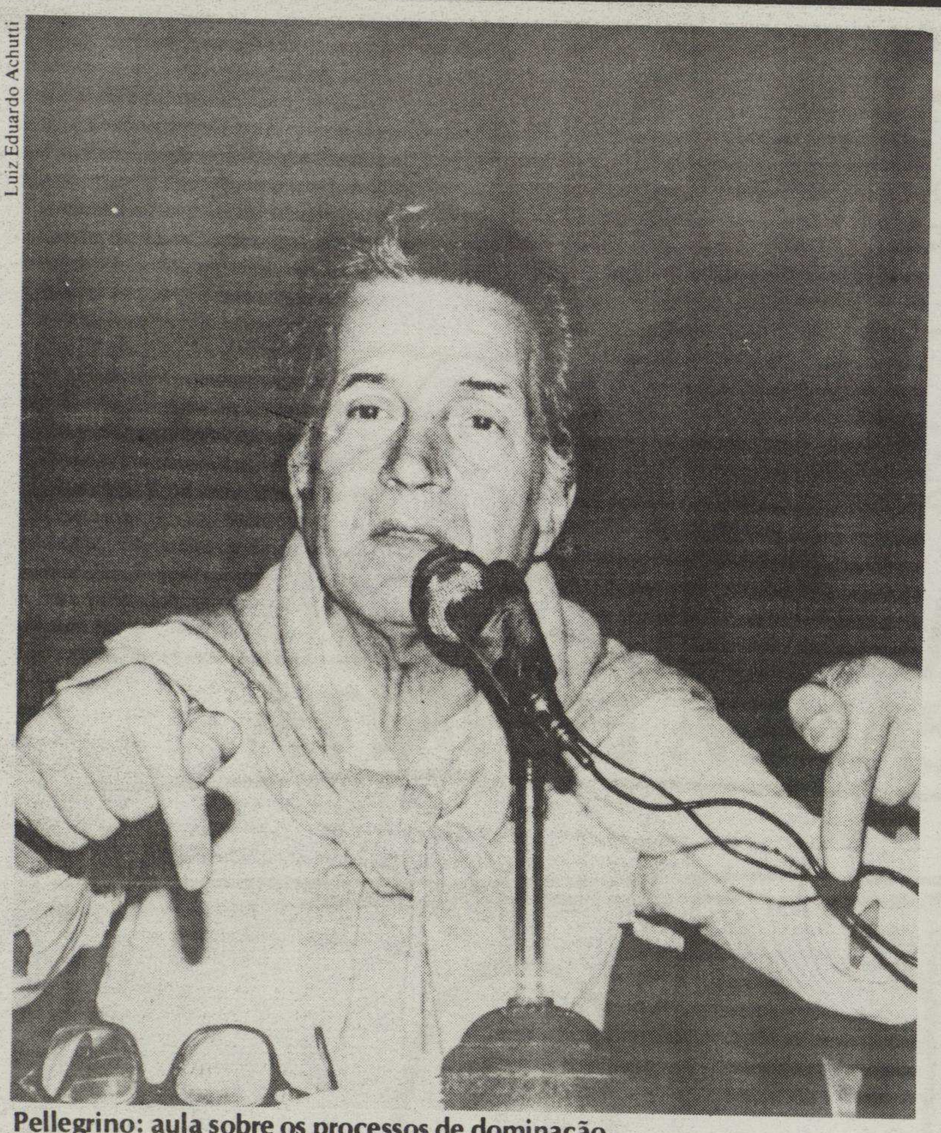
Esta virada de espada contra os críticos é algo muito perigoso, é algo que produz efeitos de silêncio importante. Eu quase diria que já um ato falho, controlado antes de ser praticado, daqueles que se submetem ao silêncio, porque esperam um dia se analisar. Quer dizer, não querem arriscar, contudo, a agredir, talvez, o único instrumento que os tiraria das trevas da ignorância ou das trevas e dos conflitos afetivos.

Esta virada contra os críticos representa uma intimidação. A psicanálise tem uma certa razão naquilo que ela pratica, isto é, que realmente o nível de interpretação e o nível de sutileza teóricos com que se analisa a psicanálise, através da crítica da ideologia, são muito fracos. Mas a psicanálise se esquece de que faz interpretações excessivas e teorias de menos. Tem preguiça de teoria e por isso faz interpretações demais.

Ela subsume num reduzionismo psicanalítico tudo, quando não tem teoria. Isso que vulgarmente se espalha através das catedrais psicanalíticas, de que se deve interpretar tudo, de que tem-se que ter pronta a arma para apanhar imediatamente o pensamento do outro. Não naquilo que ele diz, mas no que quis dizer. Esse processo, além de ser espantoso, neurótico, é um processo que de certo modo, substitui a falta de teoria. O que o Slavutzky apresentou aqui não foi nada, a não ser uma pobreza espantosa daqueles que exercem a praxis terapêutica psicanalítica a um nível teórico. Se eles tivessem um pouco de leitura marxista ou conhecimento dos comportamentos sócio-econômicos, eles não poderiam, em nenhum artigo de revista dizer o que o Slavutzky, astutamente, extraiu contra a própria prática ideológica da psicanálise.

Eu poderia ainda dizer que o elemento que se coloca na psicanálise, agora invertendo a situação, é o papel que a psicanálise pode representar no desmascaramento das ideologias.

Nós pensávamos, no mundo ocidental, que o teoria resolvia tudo que os processos de vida humana, de encontro de corpos, de uso de instrumentos, de exercício do trabalho, que tudo isso era uma questão de elucidação teórica. Nós sabemos que isso só vai realmente se resolver através do processo de praxis. São questões fundamentais que não se resolvem mais a nível teórico. O processo tem que funcionar a nível de uma totalidade humana.



Luiz Eduardo Achutti

Pellegrino: aula sobre os processos de dominação

Hélio Pellegrino

Grave não era praticar a tortura, mas sim a denúncia dessa prática

Vamos começar tomando como modelo uma sociedade de classes, isto é, onde se acham opressores e oprimidos. Seria o caso da sociedade brasileira. Numa sociedade dessa ordem, o que acontece do ponto de vista da produção de ideologias? Exatamente isso: as classes, numa sociedade de classes, produzem ideologias diferentes. Criam, de si próprias, uma representação imaginária, inconsciente, que tem que ser diferente, segundo a produção ideológica da sociedade dominante.

Isto é fácil de compreender. Vamos ver a sociedade brasileira, em que há um desnível monstruoso entre uma minoria privilegiada e o imenso mar do povo brasileiro, que não tem nada. Numa sociedade como a nossa, que inicia, o fundamento infra-estrutural dessa sociedade é a injustiça. É alguma coisa que se fica claro, deixa mal os exploradores e os deixa, no mínimo, culpados perante os explorados. Então, toda a produção ideológica da classe dominante é no sentido de encobrir a injustiça infra-estrutural da qual ela parte.

Vamos tomar um exemplo: o anticomunismo, irracional, paranóico, não crítico. É o centro da doutrina da segurança nacional. Mas o que acontece com o anticomunismo? Qual é a função ideológica do anticomunismo? E por que o anticomunismo no Brasil é uma ideologia? Porque a realidade brasileira implica necessariamente numa violência de classes muito grande. Para que seja mantida a situação social brasileira, é necessária uma violência de classe muito bruta. Acontece que essa violência de classe não se pode exercer em nome de si mesmo. Isto é, ninguém pode cometer uma violência de classe em nome da exploração do homem pelo homem.

Ninguém pode dar vivas à mortalidade infantil. Não há civismo que consiga hastear a bandeira da mortalidade infantil. Então, para que se justifique a exploração de classe ao nível do que ocorre no Brasil, é preciso encontrar um pretexto. E o anticomunismo serve justamente como pretexto ideológico. Então, a violência será praticada em nome de Deus, em nome da Pátria, da família, do Cristo, em nome do Ocidente. No fundo, o objetivo é manter a sociedade injusta na qual nós vivemos.

Já em relação à classe trabalhadora a situação é outra. Claramente as produções ideológicas da classe trabalhadora são produções que não têm um compromisso visceral, fundamental com a injustiça. É claro que as classes dominadas vão reproduzir os dados ideológicos da classe dominante. Mas, o compromisso que a classe trabalhadora tem com a classe dominante não é um compromisso visceral. É um compromisso acidental. E por isso, as classes trabalhadoras são muito mais porosas que a classe dominante às verdades descobertas pelo marxismo.

Então, eu acho que se pode colocar uma questão importante, que é a seguinte: se justamente a classe dominante tem necessariamente que produzir efeitos de encobrimento, o que já ocorre, é que ela será contrária às revoluções científicas. Ela vai procurar normalizar, aparar as unhas, a barba, o bigode ao esforço científico. Enquanto isso, a ciência faz exatamente um esforço oposto, no sentido de esclarecer e descobrir. Então, há uma oposição, por vezes, muito dramática, entre a ideologia burguesa e o progresso das ciências. Isto pode ser muito notado entre a ideologia burguesa, a psicanálise e o marxismo.

A princípio aconteceu o seguinte: a psicanálise e o marxismo foram recusados pela ciência oficial. Mas acontece que a verdade é teimosa. Então, a burguesia mudou de tática. Ela procurou exatamente recuperar ou fazer a barba e o bigode de Freud e de Marx (aliás, bem abundante).

Em seu esforço ideológico, a burguesia tenta se apresentar como representante do todo social, unitariamente. Mas para ela conseguir isso, ela precisa usar conceitos muito abstratos e muito esvaziados de prática, de sentido concreto. Porque numa sociedade de classes o motor da vida social é a contradição, a luta de classes. E se a burguesia quer falar em nome de todos, no todo, ela tem que expulsar a luta de classes de seu enxoval ideológico. Vai falar, então, em nome da igualdade, da liberdade, da fraternidade, em nome da democracia.

Essas palavras, que nos causam arrepios patrióticos, são muito graves e eventualmente a gente se propõe a morrer por elas. Mas é preciso saber o que ela significa, por exemplo, a liberdade para a burguesia. A gente pode dizer que para um estudante ou um operário é poder tirar férias em Paris. Eles têm liberdade de tirar férias em Paris. Acontece que não têm numerário. Então, essa bela e nobre virtude que é a liberdade de ir-se a Paris é impossível para eles. O mesmo acontece com o direito do operário a comer carne diariamente. Acontece que a possibilidade hoje para o operário é uma miragem proteínica, um paraíso proteínico do qual é expulso, porque não tem dinheiro. Com relação à igualdade e fraternidade, a gente não precisa nem comentar.

No caso da psicanálise isso tem uma importância grande pelo seguinte: esse conceito de sujeito unificado pela consciência é exatamente o fundamento oculto do reformismo psicanalítico, da escola americana de psicanálise, que é uma escola orientada no sentido de fazer da psicanálise uma psicologia do ego e de fazer do inconsciente uma espécie de consciência enterrada.

Mas, isso visto dessa maneira, nega a mordência da descoberta freudiana. Porque, o que Freud descobriu de espantoso é que nós somos cidadãos de dois mundos. O nosso psiquismo é composto de regiões heterogêneas e irredutíveis uma à outra. Quer dizer: o consciente e o inconsciente são regiões psíquicas heterogêneas.

Como diz Freud, isso abre uma ferida no narcisismo humano. Nós, evidentemente por motivos narcisistas, gostaríamos de ser estátuas eqüestres de nós próprios. O ego estaria montado num cavalo de bronze e seríamos todos simões bolívares. O que não é verdade. Nós somos, isto sim, cavaleiros montados, muito mais que montadores. E toda a luta da psicanálise é no sentido de compatibilizar o cavaleiro com a montaria.

Uma das formas pelas quais a burguesia tenta manter o conceito unificador dela, reside ao meu ver, na visão de que o conhecimento científico é apolítico. Ela precisa que o conhecimento seja apolítico, seja apartamentado, setorizado, ultra-especializado. Assim, eu falo de uma coisa só e não quero conhecer das articulações dessa coisa, com todas as outras.

Isso no campo da psicanálise gera o que eu chamo de apoliticismo da psicanálise. É, por exemplo, a posição da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro que nos expulsou — a mim e ao doutor Eduardo Mascarenhas.

Em 1968, ano das passeatas, do AI-5, eu tive que escapulir e depois me apresentei com meu amigo Nelson Rodrigues. Resolvi solicitar à Sociedade Psicanalítica, uma carta dizendo simplesmente o seguinte:

"Declaramos que a prisão do doutor Hélio Pellegrino pode eventualmente provocar ansiedade em seus pacientes". Entretanto a minha Sociedade me respondeu que "nós não podemos dar esse documento porque não seria apolítico e nós palpamos a nossa conduta pelo apoliticismo rigoroso. Eu fiquei quieto. Logo depois, entrou para candidato à Sociedade, o doutor Amilcar Lobo Moreira da Silva. Esse médico nos anos 70, 71, 72 e 73 fez parte do DOI-CODI da PE da Rua Barão de Mesquita, isto é, fez parte de uma equipe de torturadores políticos. Esse homem era analisado pelo doutor Leão Cabernicht, que na época era o presidente da SPRJ. Ele declarou publicamente que o analista didata sabia de suas atividades. Entretanto, ele não foi expulso.

Em 1973 foi o doutor Amilcar Lobo acusado de torturador pela revista argentina *Questionamos*. Houve a respeito escândalo e espanto. O que aconteceu foi o seguinte, resumidamente: Um exemplar clandestino da *Voz Operária* foi enviado à Argentina, do qual constava a acusação. De lá foi enviado ao doutor David Zimermann, que é habitante dessa cidade. O doutor David Zimermann tomou do jornal e provavelmente o mandou ao doutor Cabernicht, que por sua vez, fez o seguinte: contratou um perito para saber quem tinha acusado o doutor Amilcar. Isso é verdade. Eu tenho provas nas atas secretas da Sociedade. O grave não era a prática da tortura, e sim a sua denúncia.

Isso é uma definição política.

Mas há uma forma muito mais sutil de entrada do elemento político na nossa prática diária. Aparentemente o psicanalista faz tudo no consultório, menos política. Quer dizer, no consultório eu não posso doutrinar ninguém, dizer que sou do PT. A política entra exatamente através do preço que eu cobro. Acontece que o pagamento é uma determinação do mercado. Eu não posso cobrar Cr$ 300 mil. Eu estaria louco e o sujeito duplamente louco. O que eu ganho no meu consultório é o que vai decidir o meu perfil de classe.

FUNDIÇÃO SOB PRESSÃO É COM CALIENDO



Caliendo funde sob pressão peças industriais, emblemas, enfeites e brindes em zamak, plástico ou alumínio.
Essas peças, depois de fundidas, recebem acabamentos belíssimos em ouro velho, bronze, reluzentes cromados, dourados e outros.
Conforme o que você necessitar, sejam crachás para os funcionários, brindes para clientes, medalhas e placas comemorativas ou outro produto, consulte a possibilidade de produzir nesses materiais.
Pressione Caliendo. Ele tem a solução mais econômica para o seu problema.

Caliendo

METALURGIA, MATRIZARIA E COMPONENTES PLÁSTICOS
Rua Santana, 646, fones 21-6288 e 21-7731, 90000 - Porto Alegre e
Rua 1, 1270, fone 70-1377, Distrito Industrial, 94900 - Cachoeirinha, RS.

juska



O crescimento da Cepal

"Constituída em 15 de Novembro de 1944 com a honrosa presença de altas autoridades governamentais e universitárias, a C.E.P.A.L., só pôde iniciar suas atividades em 24 de Março de 1945 e isto porque, além de a sua natureza específica recomendar a coincidência de sua instalação com o início do ano letivo, a dificuldade do local apropriado à central já era um grave problema".

O trecho, extraído do relatório da primeira diretoria da Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre demonstra as dificuldades iniciais da formação da entidade. Foi graças ao empenho de seus 128 fundadores, neste ano e nos seguintes, que a Cepal transformou-se na maior cooperativa de consumo da América Latina. Dos 128 fundadores, a Cepal tem hoje, após 37 anos, 113 mil associados.

Os obstáculos iniciais enfrentados vão desde a dificuldade de conseguir novos associados, mostrando os benefícios que a cooperativa traria aos estudantes, até a campanha desfechada por alguns livreiros, ainda durante seu primeiro ano de funcionamento, para que os fornecedores deixassem de abastecer a Cepal. Já naquele tempo o cooperativismo recebia a acusação infundada de "concorrente desleal".

Funcionando em salas alugadas, na rua General Câmara, 373, a Cepal, transferiu-se depois para a Casa do Estudante, na rua Riachuelo, 1355, passando a atender associados na Casa do Estudante. Em pouco tempo o crescimento do número de associados fez com que a segunda administração, em 1950, lembrasse a necessidade de um prédio próprio criando-se a comissão pró-sede. Nesta época o quado e sócios já havia subido para 1.100.

É no relatório de 1950 que a administração demonstra os resultados positivos: "As sobras atingem o apreciável montante de Cr$ 85.075,80, o que assinala a vitalidade de nossa Cooperativa", diz o relatório, enquanto no primeiro o presidente do Conselho de Administração ressaltava a necessidade de melhorar o desempenho financeiro da Cooperativa.

Com isto, o crescimento da Cepal ocorreu naturalmente, chegando hoje à sede, na av. Desembargador André da Rocha, e mais três filiais: na av. Presidente Roosevelt, na Assis Brasil e, mais recentemente, na Dr. Flores, 396.

Outra alteração importante foi no número de serviços oferecidos. No início a Cepal oferecia ao associado material escolar, livros didáticos e edições de polígrafos, atendendo as necessidades de alguns cursos universitários, sempre com preços inferiores aos encontrados no mercado. Hoje a linha da Cepal vai do material escolar ao vestuário, mantendo o retorno aos associados através de descontos no preço de produtos adquiridos.

Estruturada e economicamente forte, a Cepal busca agora a consolidação dos ideais que levaram seus 124 fundadores a constituí-la e lutar para que a cooperativa chegasse ao atual estágio. O objetivo hoje é agilizar algumas ações para que a Cepal tenha condições de competir com o mercado de trabalho atual.

Estas ações implicam em projetos que permitam a gestão democrática, que já está em andamento, a eficiência empresarial e a colaboração inter-cooperativas. A eficiência empresarial será uma forma obtida através da racionalização de sua administração para o fornecimento de um maior número de serviços aos associados.

Já a cooperação intercooperativas — de consumo e produção — busca universalizar o cooperativismo, viabilizando formas de integração que permitam a diversificação de serviços prestados aos associados.

Para que estas metas sejam alcançadas, é imprescindível a participação dos estudantes, da mesma forma como agiram seus fundadores, vivenciando os assuntos e negócios de sua entidade cooperativa.

A Cepal acredita que a função de mobilização pode ser realizada pelas instituições estudantis, buscando um efetivo controle democrático das ações da Cepal.

INDICADOR PROFISSIONAL

Dr. João Carlos Domingues

Pediatra

CREMERS 7537
CPF 165332080/064
José de Alencar, 1.296, Apto. 1
Porto Alegre RS

Este espaço foi reservado para o seu anúncio

Omar Ferri

Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15

Advogados

Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro, 1078 cj. "B"
fones: 25-8393 33-6476

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

Geraldo Nogueira da Gama

Advogado

OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Cel. Genuíno, 421
— 12º andar
Fone 25-0154
Porto Alegre RS

LUIZ LOPES BURMEISTER
OAB 2334

ROGÉRIO MENDONÇA
OAB 66 E 17

ADVOGACIA TRABALHISTA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 159/105
Fone: 25-5866
Porto Alegre

ANTÔNIO PINHEIRO MACHADO NETTO

MARILIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI

JOSÉ ANTÔNIO GOMES PINHEIRO MACHADO

JORGE SANTOS BUCHABQUI

advogados

Rua Riachuelo, 1.098 — conjunto 603.
Telefones 243855 e 243860.
Porto Alegre, RS.

Luiz Carlos

Calachi Moraes

Advocacia Trabalhista

P/Empregados

Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Rovílio Antonio Breda
OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões
OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

ADVOGADOS

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno

ADVOGADO

João Carlos Gastal OAB 599
Newton Domingues Kalil OAB 7061

Falências e Concordatas

Inventários — Separações — Divórcios
Rua Ramiro Barcelos, 330
2º and. fone: 24-9846

Advogacia em Geral — Questões de Direito das Sociedades Cooperativas

Dr. Marco Túlio de Rose
OAB 9551 — CIC 133.646.690/15

Dr. Luiz Rache Vitello Filho
OAB 11.613 — CIC 202.967.700/00

Dra. Liliana Berry Veiga de Rose
OAB 10.987 — CIC 210.190.880/87

Rua Uruguai, 335, s/37 — Fone: 25-2687
Porto Alegre

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES
oab 3975 cpf 001520800/15
JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES
oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 159 — 2º ANDAR
Fones: 24-8616 e 25-8035

Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre

"O País vai bem,
mas o povo vai mal"

(Emílio Garrastazu Médici, 1972)

A Seleção vai bem, mas o futebol vai mal

Divino Fonseca

O ex-ministro da Educação e atual acadêmico Eduardo Portela tem razão (ou, como ele preferiria, *está* com a razão) quando culpa os tecnocratas pela descaracterização do estilo brasileiro de jogar futebol e quando saúda Telê Santana como o redentor desse estilo.

Todos nós nos lembramos dos tecnocratas do futebol. O grupo não era muito grande. Basicamente, era formado por Cláudio Coutinho — o grande líder — e alguns outros ex-preparadores físicos que deram nomes ingleses às jogadas brasileiras e, atualmente no exterior, usam expressões brasileiras para designar jogadas estrangeiras. O importante, para os tecnocratas, é manter o charme, cercar-se de mistério.

Bem, mas que grande dano causaram esses aventureiros rapazes que venceram na vida sem fazer força? Simplesmente, para não ser repetitivo, lembraria que disputamos a Copa do Mundo de 1978 jogando um futebol retranqueiro, medroso, e que os tecnocratas prescindiram de Falcão — já à época o melhor jogador do Brasil — e de outros talentos, como Sócrates, Éder e Joãozinho. Isso era irrelevante, calculavam eles, na hora a teoria haveria de dar certo. Dançamos. Já se disse que uma boa teoria é preferível à uma prática equivocada, mas no caso a teoria é que estava errada. Aquilo não era o bom futebol europeu, porque europeu também ataca, e nós não soubemos atacar. Os tecnocratas tinham ouvido o galo cantar, só que não sabiam onde.

Mas deixemos Cláudio Coutinho com o seu americano Los Angeles Aztecs e que Alá proteja Chirol, Parreiras e os outros em sua estada no futebol árabe. A seleção brasileira, agora com Telê, atravessa uma fase promissora. Nosso técnico, que foi um jogador esforçado e não chega a ser fascinante no papo, tem dado preferência aos craques e os libertou dos excessos do quadro-negro. Acima de tudo , empurrou-os para o ataque. E o resultado é esse futebol alegremente ofensivo que todos nós andamos apreciando nos jogos da seleção.

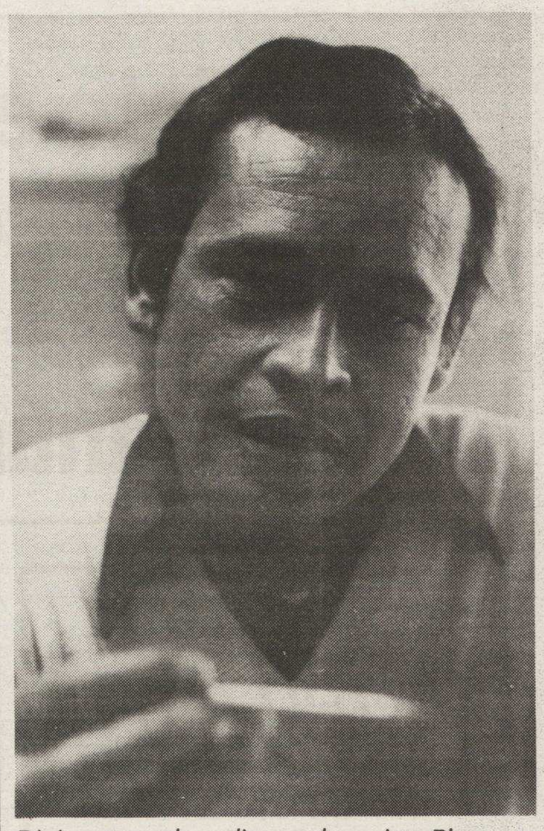
Usei a expressão "alegremente ofensivo" mas confesso que não gosto muito dela. Cheira a "patropi" e a outros passadismos, à alienação, enfim. No entanto, vocês já vão ver que não há contradição.

Telê é um esquerdista do futebol, no sentido de que prega o ataque permanente e em quaisquer circunstâncias. Isso satisfaz o que temos de carioca no coração mas, ao mesmo tempo, faz tremer a memória gaúcha. Quem não recorda que, em 1978, o Internacional conquistou o campeonato gaúcho com um time inferior ao destemido Grêmio de Telê? Um esquema simples anulou aquele espetacular ataque formado por Tarciso, André e Éder, enquanto contra-taques rápidos destrocavam a quase sempre exposta defesa tricolor. Em 1979, em jogo pelo campeonato brasileiro, o mesmo Inter, armado do mesmo esquema, eliminava a audaz *máquina palmeirense* — dirigida pelo mesmo Telê — três dias após ela ter alcançado a consagração no Maracanã, com um humilhante 4x1 sobre o Flamengo. E os paulistas poderiam acrescentar que, naquele ano, o também inferior Corintians foi campeão estadual depois de liquidar o Palmeiras nas semifinais.

Então, na verdade, estamos mal de técnico? Não. Sem dúvida, Telê Santa é o mais competente em atividade no Brasil — e a revolução empreendida no estilo de jogo da seleção comprova. Mas, que dá medo, dá. Telê ainda não demonstrou estar curado de algumas ingenuidades na maneira de encarar uma competição que valha, caneco". Ostimes de Telê empolgam as pessoas que gostam de espetáculo, mas não raro decepcionam o torcedor que simplesmente quer festejar um título.

O que eu queria dizer era o seguinte: em relação à retrancada seleção de Cláudio Coutinho, a seleção ofensiva de Telê é um progresso, mas a síntese ainda não foi conseguida. A síntese perfeita, a negação da contradição entre atacar e defender — quem esqueceu? — foi alcançada em alguns sublimes momentos da Copa de 1974 pela Holanda, que marcava o adversário até na área dele, e de certa forma pelo demolidor Internacional de 1975 e 1976. Nem a seleção de Telê nem nós, torcedores, levamos a síntese a sério. A gente vê o quarto-zagueiro Luizinho esbanjar classe e até esquece que ele não tem altura de zagueiro; percebe o lateral Júnior correr para o ataque e nem se dá conta de que marca mal; e, principalmente, nos deixamos levar por aquele meio-campo formado por dois artilheiros — Zico e Sócrates — e por um volante — Cerezo — que esvoaça pelo campo inteiro. Dá vontade de desencavar a fantasia e sair a festejar a conquista da Copa por antecipação. Mas, aí, vem aquela maldita lembrança dos títulos perdidos pelos times de Telê e passamos — eu, pelo menos, passo — a antever a punição: uma punhalada pelas costas, perpetrada em fulminantes ataques inimigos. Não esqueçamos dos uruguaios na final do Mundialito. E não esqueçamos que hoje as seleções européias e a Argentina nos respeitam muito mais e por certo já estão

J. B. Scalco



Divino é um dos editores da revista Placar

planejando fórmulas para explorar nossos pontos fracos.

Não se trata de um exercício de pessimismo, mas apenas de um alerta, baseado em fatos reais. Na verdade, o saldo da seleção é positivo. E as fragilidades podem ser supedadas até a Copa do Mundo. Afinal, ainda não entrou em campo o melhor jogador brasileiro, Falcão, cujo cérebro e cuja tenacidade podem dar o equilíbrio que ainda falta. Telê vai buscá-lo no Roma por considerá-lo um craque de grande estirpe, um armador extremamente técnico, mas Falcão pensa ser convocado para consertar a mecânica do time de Telê. Em recente entrevista à revista *Placar,* ele falava exatamente nisso: as seleções da Europa preparam-se para explorar os avanços dos laterais e a ausência de cobertura do meio-campo brasileiro, e isso o preocupa. Assim, ironicamente, é possível que a tal de síntese, o tal de equilíbrio entre atacar e defender seja conseguido não através do raciocínio do técnico, e sim aleatoriamente, pela ação de um jogador que entrará no time apenas por ser bom de bola.

Se Telê não convocar Falcão, estará cometendo um erro primário, é claro. Mas, de qualquer forma, é um técnico que merece apoio. Afinal, se é para perdermos a Copa, que seja por excesso de ousadia, e não de medo.

Mas diga lá, leitor: você, que está satisfeito com a seleção, pode dizer o mesmo em relação a seu time? Se você não torce para o São Paulo, o Flamengo ou Ponte Preta, é provável que a resposta seja não. Na pior das hipóteses, não poderá olhar para sua equipe e exclamar: tremendo timão! O nível geral das equipes brasileiras, hoje, é medíocre, e não é a primeira vez que a alta da seleção coincide com à baixa do futebol. Em 1970, ano do nosso último título mundial, a depressão que tinha se abatido sobre os estádios era tão grande que a revista *Realidade* publicou uma reportagem-previsão sob o título "Assim Perdemos o Tri".

Isso nos leva a uma singela conclusão: a seleção passa bons e maus períodos, as safras de grandes jogadores vêm e vão, mas a estrutura viciada do futebol brasileiro resiste a tudo. Agora, pelo fim do ano, época das decisões estaduais, os clubes voltam a jogar para públicos apreciáveis, mas, no geral, esta temporada, como as anteriores, foi de uma penúria constrangedora: os estádios estiveram quase sempre semivazios.

Culpa das fórmulas esdrúxulas dos campeonatos, costuma-se dizer. Mas não há dúvida de que a causa principal é o calendário, que reserva três meses a uma competição atraente e rentável como a Taça de Ouro e seis aos deficitários campeonatos estaduais. Pergunta-se: e por que não invertem?

É aí que as coisas começam a se complicar. Recentemente se fez essa indagação-nimo 50 mil associados e, o São Borja, 2 mil. Futebol, Giulite Coutinho, e a resposta foi: "Eu quero, mas os presidentes das federações não querem". Significa que os senhores feudais do futebol brasileiro detêm o verdadeiro poder, escorados nos interesses dos clube pequenos, que os reelegem em troca de campeonatos estaduais mais longos. Por sua vez, os pequenos, que são maioria em todos os Estados, valem-se do chamado voto unitário, cuja principal "virtude" é igualar, por exemplo, o Grêmio e o São Borja ou o Corintians e o XV de Piracicaba em qualquer decisão. Aparentemente, o voto unitário é democrático, mas seus defensores não levam em conta que o Grêmio representa no mínimo 50 mil associados e, o São Borja, 2 mil.

Cochicha-se, no Rio, que o Conselho Nacional de Desportos planeja implantar o voto de qualidade — número de associados, patrimônio e tradição dariam o peso ao voto — através de um golpe. Uma atitude ditatorial? Na aparência, sim, mas na realidade nada mais democrático, pois os grandes clubes representam as grandes massas, que por sua vez querem ver grandes espetáculos.

Mas, por enquanto, a corrente é outra. O presidente da CBF, embora pareça bem intencionado, não pode fugir à realidade: é eleito pelos presidentes das federações, que por sua vez são eleitos pelos pequenos, que por sua vez querem campeonatos estaduais longos e nacionais curtos, pois são os clubes grandes que os sustentam.

Conclui-se que vale para os gramados brasileiros hoje, aquela absurda relação que se fazia entre economia e povo na época do "milagre": a seleção vai bem, mas o futebol vai mal.

Daniel de Andrade



Depois dos tecnocratas, a volta do futebol ofensivo da Seleção

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End: _____ Nº:_____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP:_____

Estado: _____

Profissão:_____

Assine o Coojornal

Ele agora está muito melhor

Mande o cupom de assinatura e um cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., no valor de Cr$ 1.100,00, e receba em casa, por um ano, o seu **Coojornal.**

Coojornal, Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Fone: 335099
Porto Alegre — RS

A "revolução das mulheres" possui uma dimensão econômica e uma dimensão política

Na primeira pessoa do singular/plural

Suzana Albornoz Stein

Alguém me perguntou: que está acontecendo com a amulher brasileira? Quem é ela? Qual o perfil de sua presença nesta sociedade? Existe uma revolução da mulher? Em que novos comportamentos se expressa? Que significam os movimentos feministas no Brasil? São vanguarda? Mas final, essa revolução já não foi feita pelas mulheres das classes trabalhadoras?

Impossível responder a tantas perguntas em cem linhas e ter a pretensão de fazer a grande síntese científica. É preferível a crônica. Ou o depoimento na primeira pessoa. Pois tenho o impulso de responder que não sei. Não sei se deixamos de ser objetos-de-cama-e-mesa, talvez sim, talvez somos mais nós mesmas na mesa e na cama, talvez não, nem todas, enfim, um fato é inegável: nos tornamos tema de jornalismo e ciência social. Somos objeto privilegiado de análises sociológicas e políticas.

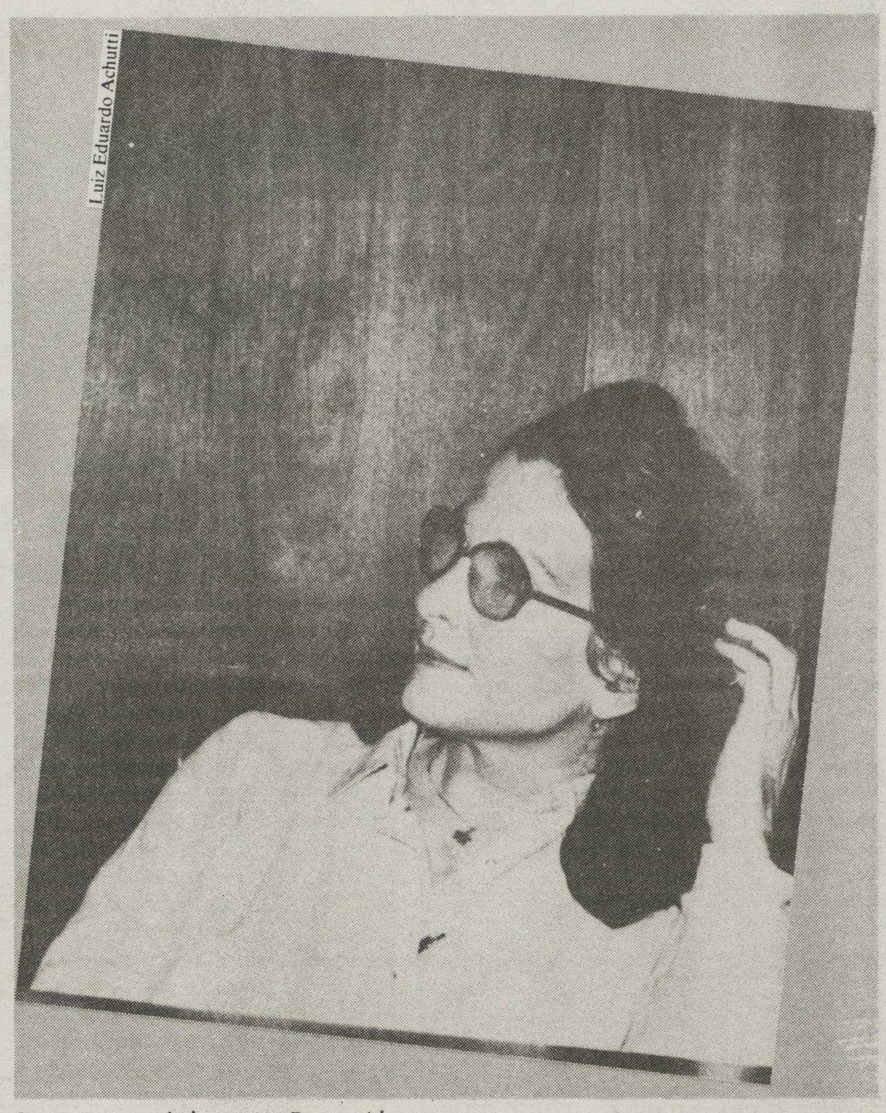
Tais análises, pretensamente neutras e objetivas, em geral são, por trás da fachada, diagnósticos apaixonados, do estilo "feminismo é coisa reacionária". Quando não revelam apenas desconhecimento. Pois o movimento de mulheres no Brasil é uma prática viva e complexa, que não se deixa reduzir a uma teoria coesa, nem explicar e rebater com três ou quatro argumentos. Tenho esperança de que os estudos, debates e interpretações tragam um saldo bom, mostrem injustiças encobertas, ponham a nú desigualdades irracionais, esclareçam complexos, colaborando para um novo caminho. Embora tenha a impressão de que o mal-entendido não se resolve no caldo quente das discussões. A toda hora entram em cena novos complicadores que elevam a potência da infelicidade. Pois na moda ou fora de moda nos meios de comunicação, nós mulheres brasileiras não nos sentimos bem compreendidas. É por isso que se justifica tomar a palavra e tentar falar.

Falar sobre "a mulher brasileira" me soa a maravilhosa abstração. Seria melhor passarmos a falar como mulheres brasileiras: tu, a Beta, a Noemi, a Elvira, a Teresa, a Maria José. Indivíduos concretos e socialmente situados. Somos milhões: uma realidade múltipla e variada. Data de nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, moradia, número de filhos, temperamento, aptidões, tudo influi. Geografia, idade, raça, classe social, e outra variante: o número de anos que se passou na escola. Por outro lado, as diferenças não bastam para nos fazer muitíssimo diferentes uma das outras em nosso comportamento e papel social. Os problemas são pecualiares conforme se trate da lavadeira moradora da vila operária, da professora no apartamento do centro, da mulher do executivo. Porém, há parecenças na situação: mais, ou menos, todas lavam louça engraxada, limpam bunda de nenê, juntam sujeira em lata de lixo, fazem fila no supermercado, tudo bem, alguém tem mesmo de fazer estas pequenas tarefas — o serviço doméstico. Alimentação e cuidado de criança continuam sendo responsabilidade social de mulher mesmo quando as mães trabalham fora de casa ou quando os companheiros compreensivos fazem a gentileza de ajudar.

Além disso, as brasileiras perguntam a um homem — marido, amante, amigo, antes de tomar decisões. E a maioria parece sofrer dessa dependência ou falta de liberdade. Ou não? Serão muitas as exceções? Quem lê talvez duvide. Diz-se, freqüentemente que estamos "invadindo" todos os âmbitos do mercado de trabalho, e somos cada vez mais agressivas, decididas, emancipadas. No entanto, continuam nos dando os postos de atividade subalterna e rotineira. Muitas vezes, pelo mesmo desempenho recebemos menor salário que o colega. Trabalho, educação, responsabilidade doméstica, são pontos de um círculo. Círculo que faz parte de um poliedro. O movimento operário tenta destruir um dos lados dessa figura. Os grupos autônomos de mulheres enfrentam outro apoio fundamental. Assim como os grupos negros, ou o movimento jovem e estudantil.

Pois a questão da dependência das mulheres se situa no coração da economia. A atividade desenvolvida na domesticidade, sem produto evidente para o mercado, é um dos suportes econômicos do sistema: a base que não se confessa. É nessa economia invisível do setor ultraprivado onde acontece — aparentemente à margem da produção, mas na realidade em seu subterrâneo, a reprodução da força de trabalho; não só da espécie, obviamente feita com o sangue das mulheres em sua função biológica, mas a reprodução da força física dos que trabalham, bem como a das aptidões mínimas para a vida social: rendimentos não identificados que se realizam com a energia e o tempo das mulheres em sua função de nutrizes e institutrizes, com a sua subocupação no lar. Isto pode parecer uma divisão-de-trabalho racional, mesmo natural, até o momento em que muitas pensamos de outro modo. E por que mudamos?

A industrialização e a violenta urbanização no século XX nos abriram novos lugares de trabalho, ao mesmo tempo em que estes se separavam das moradias. Ao lado, e no próprio interesse do desenvolvimento capitalista , a um maior número de brasileiras foram dadas chances de escolarização. Assim, um pouco tardiamente, fomos "envenenadas" com os ideais igualitários e libertários dos séculos XVIII e XIX. Essa mistura de experiências possibilita-nos desenvolver qualidades e aspirações tidas por "masculinas", como a capacidade de autonomia, de iniciativa, de raciocínio. Passamos a reivindicar igualdade de direitos e condições: na família, na fábrica, na lei, no debate. Esta problemática não é exclusiva das mulheres de classe média, embora no atual momento histórico venha sendo tematizada a partir de grupos urbanos intelectualizados.


Luiz Eduardo Achutti

Suzana é socióloga em Porto Alegre

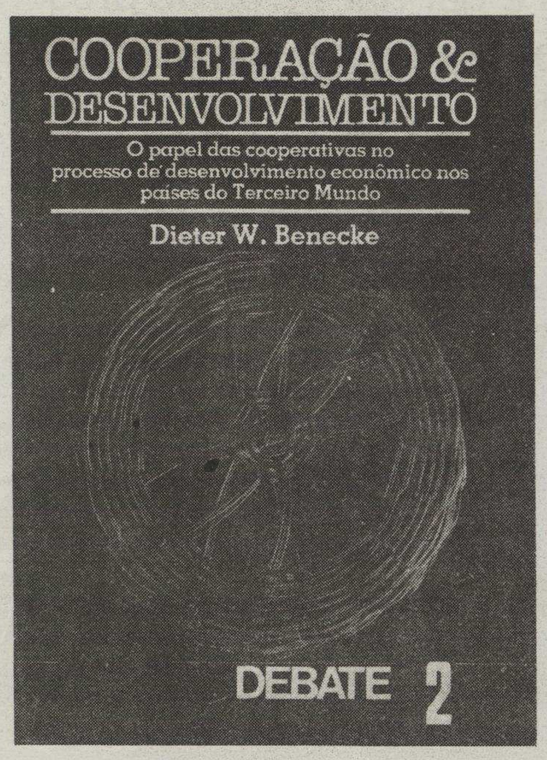
A "revolução das mulheres" possui, pois, uma dimensão econômica e uma dimensão política, ambas relacionadas, e tem a ver com a sua subordinação que não se levem a sério, por exemplo, as reivindicações por creches e outros equipamentos sociais — refeitórios e lavanderias populares. Macroeconomia e política aí se interferem. Entretanto, é mais imediatamente no nível das relações interpessoais, no plano micropolítico, que a nova atitude feminina introduz mudanças radicais. Uma "revolução molecular" acontece no lugar das relações tu-eu, eu-tu, tendo implicações profundas, e chegando a tomar formas paradoxais: aqueles a quem mais amamos são perturbados pela transformação de nossos modos de agir, sentir e pensar.

Compreendo a ação dos grupos feministas no Brasil como uma das lutas necessárias para a construção de uma sociedade não-autoritária; em direção de uma forma de convívio e organização que associe à racionalidade "masculina" os chamados "valores femininos" — emotividade, receptividade, intuição, empatia, dedicação, confiança, qualidades que podem integrar a vivência de homens e mulheres. Nesta sentido,o feminismo se sustenta por convicções socialistas — a de um "socialismo feminista", segundo expressão de Marcuse. Por que só numa sociedade democraticamente planejada e democraticamente dirigida será possível criar condições para a efetiva libertação do isolamento nas tarefas sociais tradicionais. As condições concretas deverão favorecer que se superem as dominações intersubjetivas. Superação que não será conseqüência automática de uma mudança no modo de produção, mas que se faz e refaz a cada dia, e assim, já se faz em parte, como ensaio e antecipação, mesmo fora das condições ideais.

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? "Cooperação e Desenvolvimento" é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.



Uma co-edição COOJORNAL e ASSOCENE

Preencha o cupom anexo e remeta-o junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — 90000 — RS.

Solicito enviar...exemplar(es) do livro "Cooperação e Desenvolvimento", ao preço unitário de Cr$ 500,00 cada.

Nome:_____

Endereço:_____

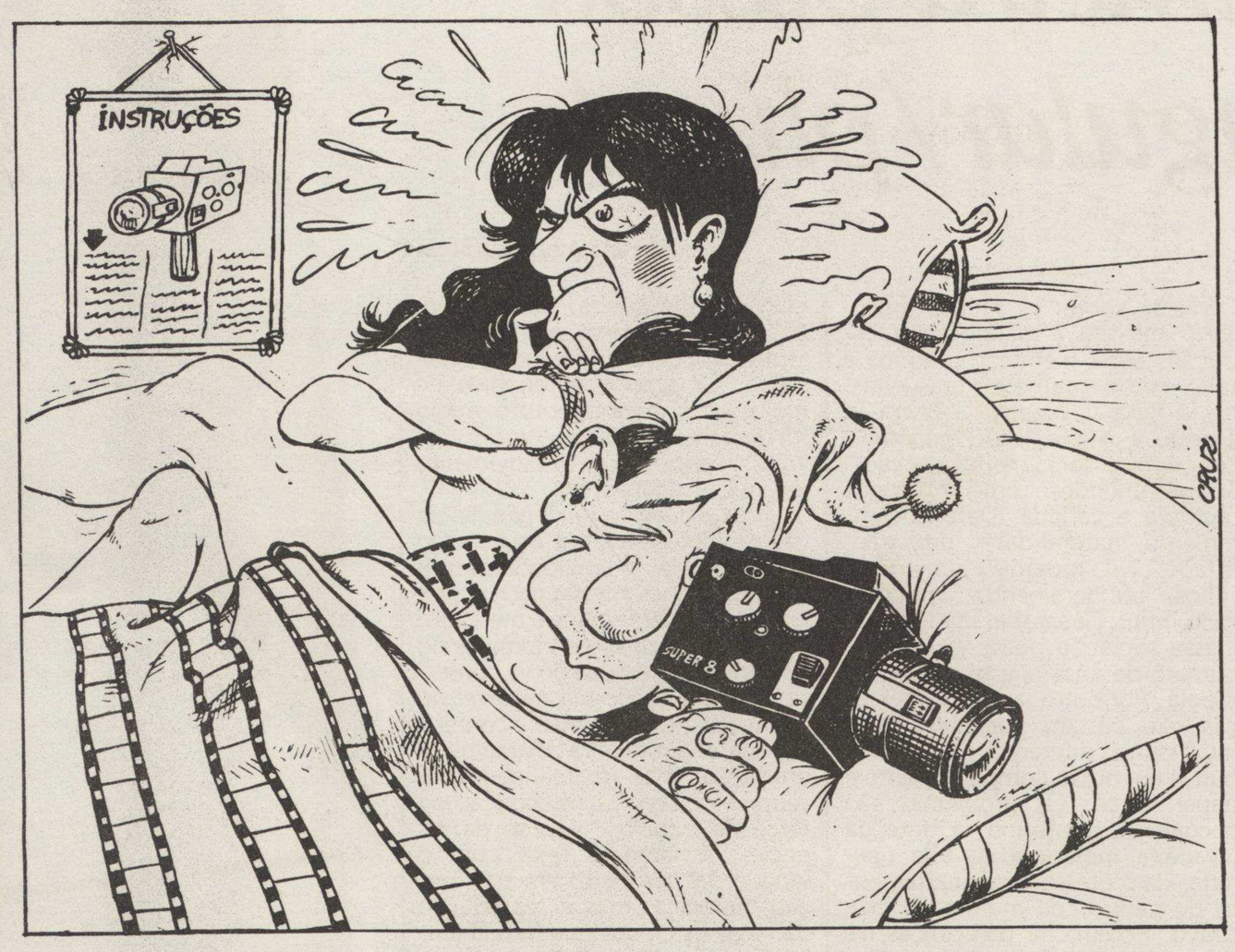
Cidade:_____

Estado:_____ CEP:_____



MARCOS REY

Um drama em Super-8



Desde que ele comprou aquele Super-8 nem a mulher o reconheceu mais. Mas, gradual como tudo, a mudança a princípio foi apenas dominical. Tirava os domingos para filmar, sempre de olho num manual, dependente do aprendizado. O domingo, insuficiente, engoliu o sábado, e tornou-se declaradamente um cineasta de fim-de-semana. A essa altura, já dividia o mundo em plano gerais, planos americanos, *closes* e *big closes*. Porém sofria ainda sérios problemas com a iluminação, a distância e a aproximação. Estava na fase do domínio da máquina, quando o aluno da auto-escola dá um tempo para pensar antes de mudar a marcha. Aliás, era assim mesmo que se sentia: o novato esforçando-se para merecer a carta de motorista.

Daí por diante começou ansiar pelos feriados, principalmente aqueles que se somam aos sábados e domingos. O que era vermelho no calendário, para ele era sinal verde para filmar. Certamente, já aí, como os radioamadores e filatelistas, procurava relacionar-se com curiosos e artistas da mesma arte, ingressando numa nova linguagem que não era a da mulher, dos filhos e muito menos a de seu patrão.

Sua paixão definitiva, em estado mórbido, aconteceu nas primeiras férias. Trinta dias com a Super-8 nas mãos, espaço em que disse adeus ao neófito, superando, a seu ver, as barreiras técnicas, inclusive a do som e da montagem. Não era mais um homem que comprara uma Super-8, mas alguém que lograva seu manejo com segurança e que já podia aconselhar os iniciantes.

O que ensinavam os livros, em três idiomas, já assimilara, completara cursinhos, contestava opiniões e poucos colegas, os mais premiados, causavam-lhe alguma inveja. Foi quando se firmou como opticista, uma pessoa preocupada ou voltada para a opticidade das coisas, atenta ao visual, procurando ver o que os outros mal e mal enxergavam. Com a diferença que não contava somente com seus dois olhos, mas também com o olho hipersensível de sua Super-8, àquela altura indispensável para sua compreensão do universo.

Aceleradamente, foi descobrindo o prazer do registro, a necessidade de documentar, de parar o tempo ou acompanhá-lo de acordo com seu apetite e sensibilidade. E do documentário, é claro, passou à criação, o degrau seguinte: o jeito de ver a sua maneira, com enfoque próprio e ótica pessoal. Romper com as estruturas, me entendem?

Só restava-lhe bolar seus roteiros, assinar, competir vivendo o seu eu. Expressar-se. E nesse ponto da narração e da vida dele começou a revelar a cada curta-metragem uma nova identidade, ou já velha, mas camuflada pelo cotidiano, pela família e pelo trabalho numa gélida empresa.

Seu primeiro curta assinado, de oito minutos de duração, chamou-se "Angústias e ponderações de um pirilampo", todo filmado num baú, que mostrava vagas luzes numa escuridão total. Um tanto monótono, sim, mas rico de intenções e expectativas. Depois, "O cigarro na enxurrada", filmado no meio fio, sob uma chuva inclemente e que lhe custou um forte resfriado. O sentido, porém, como o cigarro, se desfez na enxurrada.

Veio o primeiro prêmio, uma menção honrosa, com "O Alho", apenas um dente do bulbo vegetal, focado de tantos ângulos e com tanta versatilidade que, ora parecia um quarto minguante, ora uma presa de marfim, ora um módulo de bienal. O autor de "O Alho", no entanto, não se deu por satisfeito.

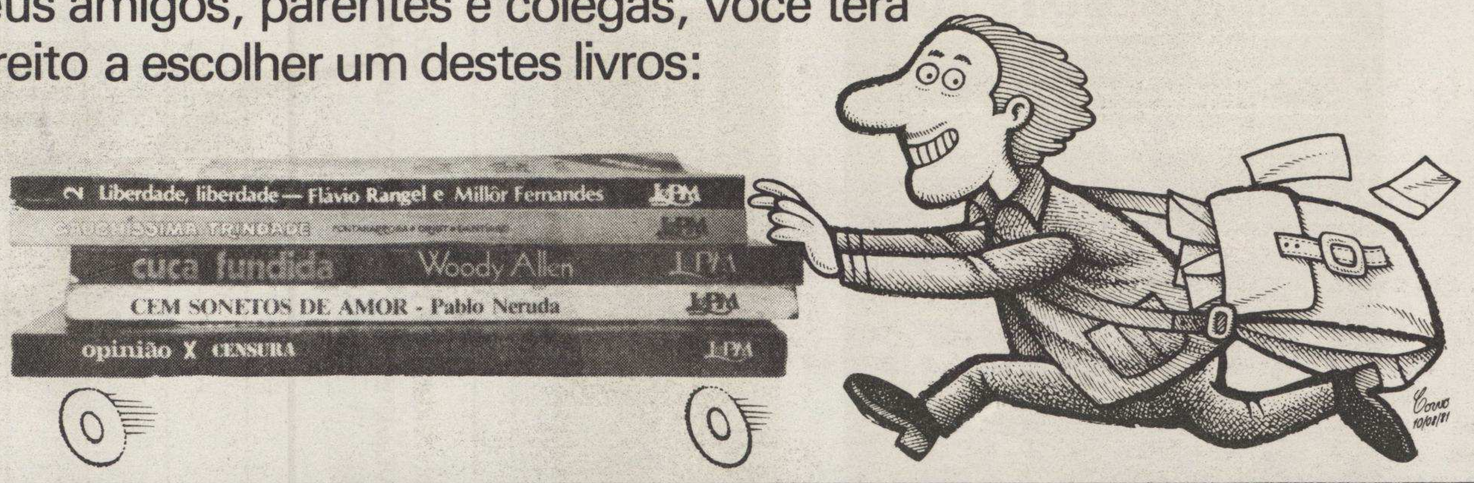
Para muitos sua melhor produção foi "O inseticida e a pulga", ou (o pulgo), a filmagem da comovente agonia do referido suctório, jamais flagrada por qualquer outro opticista; mas ele se realizou melhor no curta "O Dedal", que confundia a agulha com uma lança e o dedal com uma couraça, dando ao simples ato de consturar uma óptica medieval de perigosa dramaticidade.

Seus últimos trabalhos ele próprio os considera pequenas obras-primas: um, "A Carta", mãos que rasgam o envelope já tateando má notícia, inspirada no bilhete-azul que lhe deu o patrão, certamente não inscrito no Clube do Super-8; e outro, "A Bagagem", também mãos e também masculinas, enchendo de roupas uma surrada mala, sob a tensão em *back-ground* de gritos femininos e choro de crianças, detalhe do dia em que sua mulher, mais acostumada a planos gerais, mandou-o para fora de casa.

O *Coojornal* tem presentes para os amigos

Você, que é amigo e leitor do **Coojornal**, está convidado a participar de nossa campanha de assinaturas e ganhar livros de presente.

É fácil: a cada três assinaturas do **Coojornal** que vender para seus amigos, parentes e colegas, você terá direito a escolher um destes livros:



- ☐ *Liberdade, Liberdade*, de Millôr Fernandes
- ☐ *Cem Sonetos de Amor*, de Pablo Neruda
- ☐ *Cuca Fundida*, de Woody Allen
- ☐ *Opinião x Censura*, de J. A. Pinheiro Machado
- ☐ *Gauchíssima Trindade*, de Santiago, Crist e Fontanarrosa

Se você vender cinco assinaturas do Coojornal terá direito a escolher dois livros!

Para ganhar os livros você precisa encaminhar:

1) Nome, endereço e profissão de cada assinante.

2) O valor das assinaturas, através de vale postal ou cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

Assinatura para o exterior: US$ 60.00
Cada assinatura anual custa apenas Cr$ 1.100,00

Na falta de lei, camisa-de-força.

Rafael Guimarães



Reunidas em Goiás, as cooperativas de trabalho concluíram que estão amarradas pela velha Lei 5.764

Durante quatro dias, de 6 a 9 de outubro, no município goiano de Caldas Novas, cerca de 80 representantes de cooperativas de todo o país discutiram exaustivamente a situação do cooperativismo de trabalho. No final, restaram algumas certezas. Uma delas é que as cooperativas de trabalho ainda concorrem em desigualdade de condições com as empresas convencionais, pela falta de uma legislação específica e pelo próprio modelo econômico brasileiro, que privilegia o capital em detrimento do trabalho. Outra é que existem grandes dificuldades para a adoção da gestão democrática nas cooperativas, causadas pelo desconhecimento da doutrina cooperativista, por parte dos dirigentes, pela falta de canais de participação ao quadro social e pela desmotivação dos associados.

Para chegar a estas conclusões, no entanto, os participantes do I Seminário Brasileiro das Cooperativas de Trabalho gastaram horas buscando encontrar, por exemplo, o que pode haver de comum entre a Cooperativa de Assistência Técnica de Equipamentos e Produtos Eletrônicos, do Rio de Janeiro, e a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Temporários de Franca, São Paulo. Ou entre cooperativas de médicos e pescadores, jornalistas e artesãos, e assim por diante. Mesmo os interesses imediatos de cada tipo de cooperativa foram colocados em segundo plano. As cooperativas médicas (Unimeds), por exemplo, enfatizam a cobrança indevida do imposto de renda em seus serviços, como principal problema que enfrentam. Por sua vez, a Cooperativa Brasileira de Cinema briga por uma faixa especial de crédito que lhe permita estocar rolos de filmes, para fugir aos constantes aumentos do material fotográfico. Já a principal reivindicação da Cooperativa Artesanal Mista da Parnaíba, Piauí, é a criação da uma feira para expor seus produtos.

De início, a maior dificuldade dos grupos de trabalho do Seminário foi uma definição de cooperativa de trabalho, já que a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regula o cooperativismo no país, ignora esta modalidade de cooperativa. Apenas um dos grupos atreveu-se a elaborar um conceito: "O cooperativismo de trabalho, como base primordial deve retornar ao cooperado o resultado de sua atividade laborativa, num processo essencialmente democrático. Deverão, exclusivamente, ser previstos neste resultado a administração, a reserva técnica e os fundos sociais". Na sessão plenária, esta definição básica foi aceita provisoriamente, até que ela pudesse ser aprofundada com base em estudos e pesquisas.

AUTONOMIA POLÍTICA

Unânime mesmo foi a condenação, pelos participantes, da política governamental em relação às cooperativas de trabalho. Tanto assim que surgiu até uma proposta arrojada no sentido de que as cooperativas de trabalho ingressassem na luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para que, assim, elas tivessem poder de barganha, numa futura Constituição. Outra proposta no mesmo sentido queria que as cooperativas fizessem campanha eleitoral para os candidatos realmente comprometidos com a causa do cooperativismo. No fim, ambas foram rechaçadas, mas os participantes aprovaram outra que diz: "O princípio da neutralidade política, como doutrina, deve ser substituído pela afirmação da autonomia política da cooperativa".

Esta posição chega a ser revolucionária, afinal desde 1965 a Associação Internacional das Cooperativas abandonou o princípio da neutralidade política, embora ele ainda figure na legislação brasileira. Mas não impediu que há dois anos anos várias cooperativas de produção tomassem posição radicalemnte contrária ao anunciado confisco da soja, nem que, no ano passado, as Unimeds de todo o país combatessem a penetração das multinacionais no ramo da saúde. Foram atitudes eminentemente políticas. A questão é que manifestações políticas e política-partidárias são habitualmente confundidas e acabam por restringir as atividades das cooperativas em defesa própria ou de seus associados.

Igualmente, os representantes de cooperativas presentes ao Seminário criticaram energicamente as iniciativas do Ministério do Trabalho, através do Serviço Nacional de Emprego (Sine) no cooperativismo. "Em algumas regiões no país, principalmente no campo, o Sine está criando cooperativas de cima para baixo, que acabam transformadose em entidades exploradoras de mão-de-obra", constataram vários dos presentes. A solução apontada por eles foi um fortalecimento das entidades representativas das cooperativas, para que sejam consultadas pela política governamental. Alguns dos grupos entenderam que deveriam criar uma entidade só para as cooperativas de trabalho, mas a maioria apoiou a proposta de criação de um departamento de cooperativismo de trabalho dentro da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como forma de não dividir o movimento cooperativista.

DIREITOS DO ASSOCIADO

Mas o ponto que causou maiores debates dentro do Seminário foi justamente o relacionamento da cooperativa com o associado. Segundo o presidente da Coociência, Ricardo Prata, de Belo Horizonte, "as costureiras e os jornalistas, por exemplo, por trabalharem num mesmo local, são mais afeitos à cooperação do que os médicos, que trabalham individualmente e têm longa tradição liberal". Os médicos retrucaram dizendo que a maioria das cooperativas de trabalho são médicas e geralmente são as melhores sucedidas. Todos, no entanto, concordaram que existem problemas que impedem uma maior participação do associado na cooperativa.

Foram relacionados vários casos de representações judiciais de associados de cooperativas prestadoras de serviços, exigindo direitos trabalhistas da CLT, como 13º salário, férias e fundo de garantia. O professor José de Campos Melo, advogado da OCB, mencionou uma notícia publicada no jornal *O Verbo,* editado pela Associação Gaúcha de Inspetores do Trabalho, que classifica as cooperativas de trabalho como "uma nova forma de escravidão que se alastra pelo país", afirmando que "essas organizações chegam a lucrar mais de 100% nas costas de cada trabalhador".

Pela lei, o associado de cooperativa não tem direito às obrigações sociais. No entanto, foi citado um caso em que uma associada da Cooperativa de Trabalho de Profissionais Especializados ficou três anos à disposição do Instituto Brasileiro do Café. Ao fim deste período, ele entrou na Justiça exigindo seus direitos trabalhistas (13º, férias e aviso prévio). O IBC contestou afirmando que não estabelecera vínculo empregatício com o reclamante. No entanto, o voto do juiz relator, o Ministro Evandro Gueiros Leite, sublinhou: "Convenço-me que a outorgante-agenciadora *não é* uma cooperativa no sentido da lei, o que me leva a crer no agenciamento"..

Procedimentos de cooperativas como este foram repudiados pelos participantes do Seminário, embora alguns tenham afirmado que, sem capital de giro e sem assesso aos recursos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, destinados apenas às cooperativas de produção, as cooperativas de trabalho muitas vezes acabam lançando mão de parte do resultado de trabalho de seus associados para seus planos de expansão.

SALDOS FAVORÁVEIS

O problema da gestão democrática da cooperativa também tropeça em outros fatores. O desconhecimento pelos próprios dirigentes da doutrina cooperativista e continuísmo na composição de órgãos dirigentes, foram igualmente apontados como obstáculos a serem superados. Segundo Ricardo Prata, da Coociência, "a gestão democrática consiste no clássico processo de democracia delegada. A relação política dos Conselheiros, sobretudo dos presidentes, com os associados toma a forma latino-americana de governo mobilizador, ou populismo". Uma das alternativas apontada e que encontrou receptividade entre os participantes do Seminário é a formação de quadros dirigentes, a partir da pesquisa e do estudo do cooperativismo. A título de recomendação, um dos grupos propôs que as cooperativas encaminhassem a discussão da doutrina cooperativista a partir dos problemas específicos da condição profissional de seus associados.

De qualquer forma, o Seminário deixou saldos favoráveis. Talvez o mais importante é que pela primeira vez os dirigentes de cooperativas de trabalho se deram conta que a união em torno de seus objetivos comuns é o primeiro passo para superar uma situação adversa. Afinal elas atuam numa área onde o capital se reproduz e onde as multinacionais estão instalando seus alicerces. Ou, como disse Marcos Lenso de Souza, da Secretaria de Mão-de-obra do Ministério de Trabalho, que representou o ministro Murilo Macedo, "a política Governamental está voltada para os grandes e continuará assim enquanto os pequenos não se organizarem e exigirem seus direitos". E, no caso das cooperativas de trabalho, esta providência está a caminho.

Criada a cooperativa de jornalistas de Alagoas

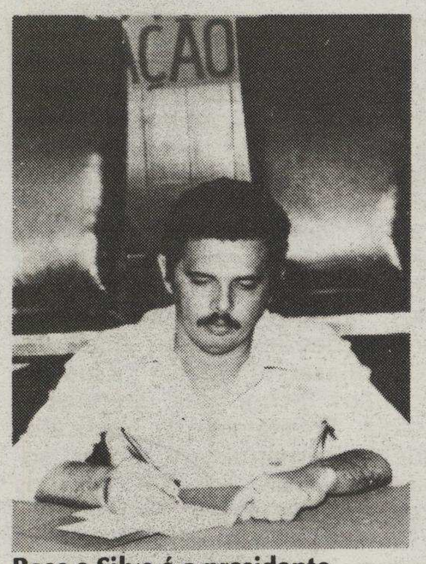
A demissão de duas dezenas de profissionais, motivada por uma crise econômica no diário de propriedade do senador Teotônio Vilela (PMDB), foi o ponto de partida para a criação de uma nova cooperativa de jornalistas no País, em Alagoas.

Entre as demissões e a fundação da Cooperativa dos Jornalistas de Algoas Ltda. (Coopejal) transcorreram 53 dias, o suficiente para que fosse colocada em prática a mobilização da categoria. Num sábado, 26 de setembro, 57 sócios participaram da fundação, e na segunda-feira seguinte outros 21 jornalistas apresentaram propostas de associação. A assembléia de fundação durou seis horas — a maior parte do tempo foi tomada pela discussão do estatuto da sociedade.

"A resposta da categoria à idéia da cooperativa", explica o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, eleito presidente da Coopejal, "revela à consciência de todos, de que está na administração de nossa própria força de trabalho a saida para o desemprego e, portanto, para esticar o nosso mercado de trabalho".

Cláudio Humberto estava entre os demitidos da *Tribuna de Alagoas*. Com ele na diretoria estão Régis Cavalcante, chefe do Departamento de Jornalismo da única emissora de tevê local, eleito vice-presidente, e Marcelo Firmino, repórter da *Gazeta de Alagoas,* que é o secretário. Entre os conselheiros de Administração estão Denis Agra (presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas), Nilson Miranda (tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade) e Freitas Neto (secretário da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais).

Alagoas agora é a sede da 11ª cooperativa de jornalistas em funcionamento no Brasil. As outras estão em Porto Alegre, Goiânia, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Brasília, Natal, Campo Grande, Salvador e Pernambuco.



Rosa e Silva é o presidente

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr$ 200,00

Lomotil: ainda falta explicação melhor

Sr. Jacob Wolfson Filho: Tomamos conhecimento do seu artigo recentemente publicado no **Coojornal** (nº 67), intitulado *Remédios — Condenados pela Bula*. O assunto levantado há muito foi motivo de controvérsias na Inglaterra e reproduzimos a resposta de G. D. Searle à revista *Scrip*, , citada em suas fontes:

"Como uma companhia farmacêutica ética, fundamentada na pesquisa científica, a Searle está comprometida com a segurança e a eficácia do uso de seus produtos de acordo com as condições e as necessidades inviduais de cada país. Com este motivo a Searle tem padronizadas as informações médicas básicas para todos os produtos, que incluem indicações, contra-indicações, efeitos colateriais, precauções, doses e outras informações consideradas essenciais, além de informes técnicos distribuídos a médicos.

Esses informes dizem que o Lomotil deve ser usado com cuidado especial em crianças de pouca idade por razões de variabilidade das respostas deste grupo etário. É necessário enfatizar que a Searle não promove o Lomotil no tratamento da desitratação, mas sim da diarréia e tem sido considerado eficaz, quando usado de acordo com as recomendações".

Danilo de Lima,
diretor médico da Searle do Brasil S/A.
São Paulo — SP.

Prezado senhor Danilo: Antes de mais nada, a minha matéria sobre Lomotil não foi motivo de controvérsias. É motivo de controvérsias, tanto lá como aqui, pois até hoje a G. D. Searle não conseguiu dar uma resposta convicente às indagações e sua carta, infelizmente, é mais uma prova disto. O artigo que o senhor reproduziu não respondeu às principais indagações feitas pela Social Audit na Inglaterra e tampouco às levantadas por mim.

A Social Audit perguntou ao secretário da Searle "qual a idade mínima que vocês consideram o uso do Lomotil justificável?". E eu acrescentaria: seria dois anos de idade, como no caso dos Estados Unidos? Ou um ano como na Inglaterra? Ou talvez três meses de idade como na Índia? Ou até para recém-nascidos como no Brasil? Sim, porque a bula do Lomotil vendido em farmácias locais sugere uma posologia mínima de nove gotas em cada seis horas para crianças até três quilos de peso, inferior ao peso de um recém-nascido saudável. Uma criança de três meses com este peso deve ser, no mínimo, uma criança doente.

Quanto ao fato de a Searle ser "uma companhia ética, fundamentada na pesquisa científica", "comprometida com a segurança de seus produtos de acordo com as condições e as necessidades individuais de cada país", seriam estas "nefessidades individuais" que fazem com que vocês recomendam uma dosagem para uma criança recém-nascida de três quilos no Brasil enquanto nos EUA vocês consideram o Lomotil contra-indicado para crianças com menos de dois anos? Estas e outras perguntas formuladas na matéria são claras e objetivas. Exigimos, pois, respostas à altura. O que está em jogo no momento é a credibilidade da G. D. Searle perante o público brasileiro.

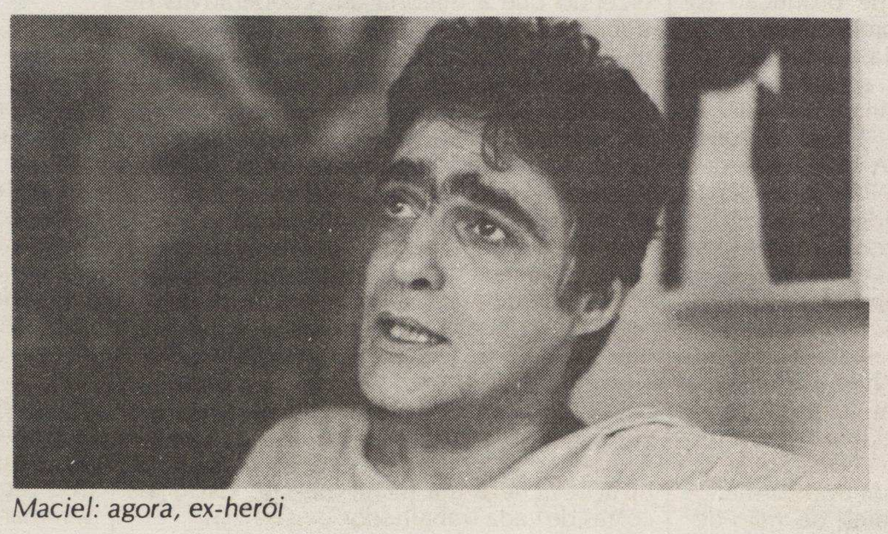
Jacob Wolfson Filho
Rio de Janeiro — RJ

Sair da cidade não é atitude do passado

Senhor Diretor: Quando na Inglaterra, estudando agricultura biodinâmica com a intenção de aplicá-la à comunidades rurais e divulgá-la ao pequeno agricultor, recebi o **Coojornal** com as entrevistas de Regina Casé e Maciel, mais um artigo sobre os latifúndios do Rio Grande do Sul. Imediatamente escrevi a seguinte carta — que por alguma razão não mandei na ocasião:

Maciel, meu herói de adolescência na coluna Underground do *Pasquim*, de repente me parece preso de uma visão tão generalizada, tão meramente jornalística e não mais profunda: "A tentativa de sair das cidades é uma solução dos anos 60, antiga". Ou "a droga dos 60 foi a maconha, a dos 70, dos tecnocratas, a cocaína..." Esse amigo aí esquece que embaixo da geração que se mudou para a cocaína nos anos 70 havia uma geração muito maior experimentando a maconha, uma geração cujas drogas nos anos 60 eram chiclete e chocolate. (Talvez ele fale é pela geração que conhece de perto). Quanto a sair da cidade... bom, apenas volte-se o jornal algumas páginas (reportagem sobre colonos sem terra) pra ver outras caras, outras palavras, outros cheiros. Que país é esse, que tem em si todos os países do mundo?

Esta claro que a saída das cidades não é uma alternativa fácil, jamais servirá para quem quer meros modismos que mudam de dez em dez anos. Mas duvido que quem tenha um pouco de (pre)visão histórica possa descartá-la assim. Depois: há uma grande diferença entre a comunidade rural dos 60 e a dos 80, pelo menos



Maciel: agora, ex-herói

aqui na Europa: estas são no mínimo algo de mais maduro, menos "festivo". Mas que elas existem, existem, estão cada vez mais fortes, e só a sede da máquina por novidades é que pode sugerir que sejam uma onda passada. Um ponto importante: já foi observado que as comunidades que sobrevivem são as que se dedicam a algum serviço que vá além de seu interesse próprio — as que dão algum "output" para a sociedade em geral (não tanto em termos de produção material, mas, por exemplo, em educação, cooperação com a população da região, etc.).

As diferentes pontas de cordão vão se encontrando: o interesse dos que voltam da cidade ao campo, e o dos que não deixaram o campo ainda, dos oprimidos de alma e dos oprimidos de alma e corpo. Sim, não são grandes multidões nesse movimento, mas dosagens homeopáticas podem ser decisivas. Principalmente quando se está certo que a medicação é de fato mais certa para aquela doença.

Duas palavras mais a propósito do artigo sobre latifúndios: será que vocês não teriam condições de investigarem também a situação do Paraná, ou dois outros estados do Sul?

Sendo vocês a única publicação do Brasil (as que sei) que está sendo capaz de unir a perspectiva da cidade e do campo, "adivinho" um grande futuro pra vocês. Afinal, nada mais sábio que caminhar com as duas pernas!

Ralf Rickli
Guarapuava — Paraná

P.S.: Só não gostei do novo papel do jornal. Ótimo de manejar, não há dúvida, mas não será muito luxo? As publicações nanicas daqui geralmente usam papel reciclado — que nem por isso deixa de ser de qualidade.

(*N.R.: O papel usado atualmente pelo* **Coojornal** *é apenas 8% mais caro e tem duas vantagens: oferece melhor impressão gráfica e não deteriora tão rapidamente*)

A indecorosa proposta do deputado Diehl

Senhor Diretor: Indecorosa a proposta do Deputado Rubi Diehl para possibilitar a reeleição de Prefeitos.

Não bastassem tantos anos de prepotência, de obscurantismo imposto , de corrupção e mordomias toleradas e estimuladas, de casuísmos e discriminações eleitorais, ainda vem o Sr. Rubi Diehl com mais esta indecência.

Sabe o deputado como é fácil neste país usar o poder para nele se perpetuar. E quando este poder é o Poder Executivo, com tantos cargos administrativos de confiança, com tanto poder e dinheiro, é fácil perceber o perigo de usar este poder com fins continuistas. Creio que nas Constituições e Estatutos deveriam constar explicitamente a proibição de reeleição ao mesmo cargo. Mesmo nas revoluções a perpetuação no poder costuma ser nociva. Vide Stalin, Tito, Mao... Nos regimes fascistas atinge proporções desastrosas. Vide Franco, Salazar, Pinochet. Quantos políticos, tecnocratas, diretores de Escola, Presidentes de Sindicatos que se perpetuam no Poder, sobretudo após 64! De quantos Joaquins de Andrade, Ari Campista e similares estaríamos livres se houvesse mentalidade e legislação renovadora. Muitos se queixam da falta de novas lideranças. Porém, tolhem seu surgimento. Mesmo quando se trata de um conservador, a certeza de sua substituição força, ao menos, uma reciclagem.

Por culpa dos Rubi Diehl da vida não cnquistamos ainda a eleição direta para Presidente, Governador... Muitos Prefeitos ainda não foram eleitos (Veja, entre muitos, o exemplo — recente e mau — da prefeitura de Rio Grande) o deputado Rubi Diehl já quer reelegê-los...

Ernesto Cassol
Erexim

A história de João Gororoba

Senhor Diretor: Quem lhe escreve é uma professora primária, mas muito interessada por tudo que diz respeito ao ser humano e aos problemas que o afligem (e a mim também). Muito se tem falado sobre a violência. Creio que este texto que vou escrever abaixo toca um ponto que é relegado a um segundo plano, mas que a meu ver é de suma importância, que é a microviolência. Parece que à toda imprensa, falada e escrita, só interessa a macroviolência, ou seja, a dos assaltos, a dos assassinatos, a das guerras, etc., etc., e nunca li nada a respeito dos pequenos assassinatos, tais como filicídio, guerras conjugais, etc., etc., Este texto foi distribuído num simpósio sobre o pré-escolar que assisti na PUC.

"João Gororoba, que chegou ao que chegou. Ora vejam!".

(Texto de Jacob Pinheiro Goldberg).

"Dona Martinha estava na janela vendo o bando de crianças brincando pela pracinha. Chamou seu filho: — Joãozinho, vai brincar com as crianças, vai.

Magro, branquinho, cara de zonzo, voz de taquara rachada, João respondeu: — Não quero mamãe, não gosto destes moleques.

Dona Martinha insistiu, como só ela sabia fazer: — Vai, vai meu filho.

Hesitante, na porta, com sua ridícula roupa de veludo esverdeado Joãozinho Gororoba, como era chamado pela molecada, resistia com o olhar pedinchão. Mas mamãe, fechou os lábios finos, irredutível. Joãozinho foi se arrastando, como um boi para o matadouro. Os metros que separavam sua casa do teatro dos acontecimentos — o centro da pracinha — eram quilômetros de desertos aos seus olhos medrosos, as suas pernas, melhor dizendo, perninhas. Dez vez em quando, olhava para trás, numa vã esperança de uma reconsideração da mãe. Que nada. Muito pelo contrário. O olhar era uma provocação e um desafio. Finalmente João, semidesfalecido, chegou-se ao grupo com uma pergunta inútil:

— De que vocês estão brincando? (obviamente, jogavam futebol...)

— Se arranca, filhinho da mamãe.

João ainda lançou um último olhar de pedido de compaixão para sua mãe. A resposta acima dos pelos do queixo veio sem tergivevação.

— Brinca meu filho, com as crianças. Elas gostam de você.

João insistiu, sabendo de antemão da sentença que viria irrevogável:

— Posso brincar?

A resposta veio com a força das coisas decididas no início dos séculos.

— Se arranca, Gororoba.

João, num rompante, sentiu que era seu futuro que estava em jogo e tentou tudo num pé de audácia, tão ridículo quanto ele mesmo. Tentou atingir com um soco, sem força, sem malícia, sem jeito, a cara de Chico Negão, que desvencilhou-se com riso descontrolado. João desequilibrando-se, estatelou-se no chão, seguindo-se uma saraivada de murros e pontapés.

Com o rosto ainda mais branco de cera, um filete de sangue escorrendo feioso pelo nariz, João começou a recuar para casa sob os risos dos moleques e a zoeira — Gororoba, Gororoba.

Na porta, dona Martinha estava grave, parada. O rosto enigmático. João resolveu. Levantou o rosto com os olhos brilhantes e perguntou, afirmando:

— Viu, mãe, como bati naqueles moleques sem-vergonhas e mal-educados?

Um segundo de eterno mutismo se seguiu.

Dona Martinha olhou para aquele rebento que a envergonhava, profundamente. Pairou entre uma tapona ou uma mentira cruel. Num ritus de profundo desprezo, sorriu mansamente, abriu os braços e exclamou:

— Claro meu herói; claro que vi sua valentia. Você é mesmo meu homenzinho.

Só então uma furtiva lágrima teimou em aparecer no olho esverdeado da branca cara de João. Sua infância terminara naquele instante. Ele entenderia daí para frente o jogo a jogar. O jogo de Dona Martinha."

Diva Gomes
São Paulo

Lista dos dez mais do Brasil

Senhor Diretor: Um dia destes, a *Time* deu a lista dos dez piores tiranos da História. (Nenhum latino-americano na lista. Que subdesenvolvimento mais completo!) Macaqueando os americanos, para variar, que tal arrolar os dez piores problemas brasileiros? Taí. 1) A fome. Metade dos brasileiros come de menos. 2) O problema do menor abandonado. Vinte e poucos milhões hoje, 50 milhões no ano 2000 (apesar de paliativos à Roberto Carlos e esposas de governadores apelando). 3) Transporte. Caríssimo, para ir ao trabalho muita gente pega duas conduções, uma delas às vezes intermunicipal. (ganhar o salário-mínimo, vir de Gravataí, pegar ônibus no centro para a Zona Sul... No Rio, há quem more em Niterói e trabalhe em Campo Grande). 4) O controle do Brasil por países estrangeiros, sobretudo os Estados Unidos. Este escandaloso domínio vai do picolé (gigantesco país tropical que não pode fazer seu próprio picolé: que derrota!) aos chamados meios de comunicação. Controle úbiquo, orwelliano, inédito no mundo. 5) Propaganda. Está a serviço de um "custoso hedonimos corruptor", como disse o Papa Paulo VI. 6) O supérfluo, subproduto da propaganda. Instituto de beleza para cachorro, bordéis sofisticados (anunciados na tevê!), que são a apoteose do adultério, etc. (Bota etc. nisso!) 7) Papo furado. Muita estação de rádio e tevê, muito *Pasquim colorido. Em conseqüência, muita conversa sobre exorcismo, demonologia, mediunidade, astrologia, o diabo.* 8) Classe política. Mais sibarita e irresponsável que a norte-americana. E completamente anti-intectual. 9) O sistema. Um homem com renda de bilhões não devia dizer ao operário o que ele deve fazer para continuar na pior. 10) A televisão. Mas aí me falta a força do Superman, o gênio de um Shakespeare.

Dez problemas. Por que não cem, mil, um milhão? Por falta de espaço. É verdade que teremos eleições em 82, em 84, em 86, em 88... Mas, sem desprezar o grande talento e o inquestionável progressismo (ai!) de estadistas como Salim Maluf, Pedro Simon, Otávio Germano e do ministro Ackel, duvido que, escorados no voto popular, eles possam fazer mais do que já fazem até agora.

Ronaldo Cruz
Porto Alegre

CARTAS

A reportagem desagradou Dom Cláudio

Senhor Diretor: Li, não sem surpresa, a reportagem que, a meu respeito, publicou esse jornal, na edição deste mês. gostaria de dar opinião sobre as considerações enunciadas a respeito do meu trabalho, das minhas posições ou da minha orientação pessoal. Sou daqueles que considera a liberdade um bem precioso demais, embora reconheça, e os leitores o farão por certo, que muitas conclusões têm por premissa. certo posicionamento ideológico indisfarçável. Preocupa-me, porém, o absoluto alheiamento do essencial, daquilo que está por detrás das obras, dos problemas sociais e das dificuldades, constituindo a finalidade básica da Igreja. Quem lê a reportagem não seria capaz de adivinhar, se não o soubesse de antemão, que um arcebispo tem como missão mais importante contribuir para o crescimento espiritual do mundo católico sob sua responsabilidade.

É difícil acreditar que se possa tratar de assunto tão sério com tanta insensibilidade, desconhecendo-se a preocupação essencial da grande maioria católica do nosso povo, que é generoso e bom.

Já se perde na noite dos tempos, por antiqüíssima, a lição, que brota da mais genuína sabedoria popular, talvez ignorada pela insensibilidade do repórter com as coisas do povo, no sentido de que "o hábito não faz o monge". Aquele que não comunga dessa sabedoria, que é bússola a comandar as legítimas aspirações do homem simples, não sabe encontrar as qualidades humanas, mas tem olhos apenas para exterioridade, vê as aparências e não prescruta a riqueza que pode existir no interior das pessoas. Somente um espírito assim tão superficial poderia analisar a personalidade magnífica de Dom Vicente Scherer pelas roupas que usa, sem perceber que ele assim age ainda empolgado, mesmo na sua idade, com sua inimitável vocação ao sacerdócio. O hábito, na verdade, não o faz maior e nem melhor, pois a sua riqueza reside na grandeza da sua alma simples, no ideal permanente de servir a Cristo e à Igreja, na preocupação diária e indormida com os seus fiéis. O hábito, esse apenas tem sido dignificado pelo uso que dele fez o senhor Cardeal, cuja vida exemplar é modelo a ser seguido, porque conseqüente, plena de coerência, de amor ao próximo e de sentido voltado às coisas de Deus.

Quanto a mim, sinto não ter podido transmitir ao seu repórter, talvez por incapacidade pessoal, algo melhor do que a minha imagem exterior. Não apanhou mais do que o seu fotógrafo. Gostaria, no entanto, de dizer-lhe que a minha vida sacerdotal é muito séria para ser exibida com tal superficialidade. A despeito da intenção clara e irresponsável com que certas afirmações são feitas, quero reafirmar minha convicção de que a Igreja, embora demonstre uma opção preferencial pelos pobres, preocupada em elevar-lhes o padrão existencial, mediante a construção de relações sociais mais justas, não é exclusiva dos pobres. A ação pastoral dos bispos se deve estender a todos os católicos, seja qual for a sua condição social, ricos ou pobres, operários ou empregadores, cultos ou analfabetos, do campo ou da cidade, mas, de preferência, aos que estão mais distantes do Cristo, aos que mais sofrem e, por isso mesmo, necessitam da consolação. Bispos ou sacerdotes têm o dever e, também, o direito porque são seres humanos normais, de conviverem fraternalmente com as comunidades onde vivem, participando solidários dos momentos de felicidade ou de dor, que acompanham a vida das famílias cristãs. Nada de estranho, portanto, que eu conviva com os meus amigos, ricos ou pobres, participando dos seus momentos de descontração, das atividades no campo, ou da sua mesa. Nem condenável a constatação de que eu, com equilíbrio e moderação, aprecie tomar um aperitivo, ou um vinho, por ocasião de festas ou comemorações.

Não posso concordar, no entanto, com as invectivas lançadas sobre a minha dignidade de bispo, atribuídas, muito convenientemente, a "conversas de café". Isso permite acobertar a autoria da injúria moral e, ao mesmo tempo, evitar a responsabilidade pessoal de tê-la praticado. Diga-se o mesmo das aleivosias com que se pretendeu adornar a minha personalidade, dela fornecendo à coletividade rio-grandense uma imagem completamente distorcida.

É possível compreender as verdadeiras intenções que se acobertam por detrás dessas agressões. Graças a Deus, já estou suficientemente calejado para depositá-la aos pés de Cristo como parte do preço a ser pago no serviço permanente à Sua causa. Se isso for necessário para que Ele cresça, diminuindo-se o seu humilde servo, que assim se cumpra a Sua vontade (*Illum oportet crescere* não é apenas um lema sem sentido em meu escudo, mas uma escolha consciente e integral). Afinal, há quase dois mil anos, Ele já previa essa situação, e consolava: "Bem-aventurados sereis quando vos insultarem e perseguirem, e com mentira disserem contra vós todo o gênero de mal por minha causa. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque grande será a vossa recompensa, pois assim perseguiram os profetas que houve antes de vós". (Mt. 5,11, 12).

Confio, senhor Diretor, em que esta encontre publicação nas páginas desse jornal, pois que espero estejamos ambos interessados na divulgação da verdade, a fim de que o povo melhor possa discernir sobre aquele a quem o Santo Padre, cuja sabedoria e amor pastoral os brasileiros puderam sentir tão intensamente, confiou os destinos da Arquidiocesse de Porto Alegre.

Cláudio Colling
Mitra Diocesana
Passo Fundo — RS



(N.R.: A reportagem sobre o bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, próximo arcebipos de Porto Alegre, foi publicada na edição de outubro. Redigida sem preconceitos, nem de longe há nela qualquer tipo de agressão — e uma leitura mais serena pode provar isso.)

A poda, uma cegueira generalizada

Senhor Diretor: Violenta é a agressão às poucas árvores que sobram nas cidades do interior e nos arrabaldes da capital, apesar de todas as campanhas esclarecedoras. Nem nas praças as árvores estão a salvo da mutilação anual chamada poda.

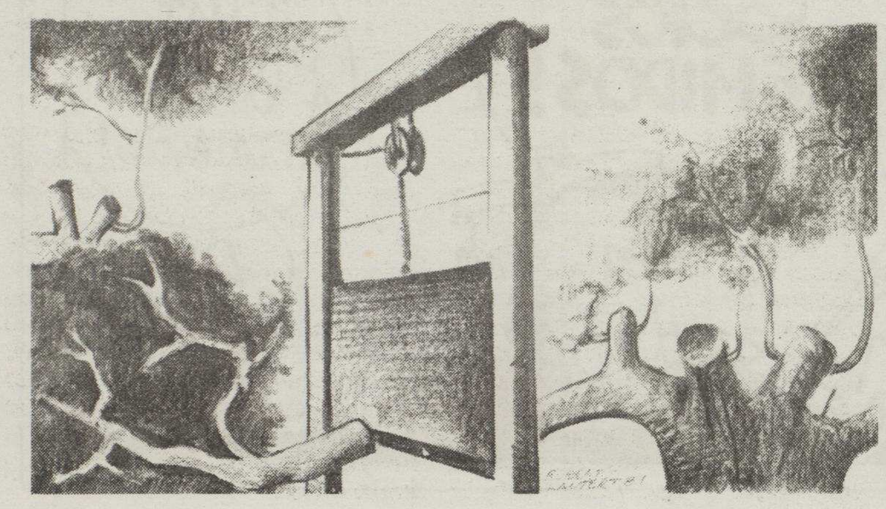
É uma cegueira generalizada, uma paranóia, essa agressão deformante que modifica a fisionomia própria de cada espécie, destruindo a harmonia do porte, na disposição dos ramos e folhas — a silhueta. Essa "recuperação", essa "forma"cafona é uma injúria muito usada em estremosas e ligustros.

Não sabem os "tradicionais conservadores" que as árvores são seres vivos que necessitam da seiva, como os outros seres necessitam do sangue circulando. Sem poda. Desconhecem a importância fundamental de árvores sadias na preservação do ambiente nas cidades.

Na entrada da primavera, quando as autoridades não mandam um "técnico", os moradores se encarregam da barbárie: a facão, machado ou serrote vão mutilando todas as árvores à vista, na calçada, no pátio, na chacrinha. Vão transformando a todas em monstros feridentos. Tão feios e fracos são os galhos que brotam "recuperados", que facilmente lascam com os vendavais, além de não poderem abrigar vida alguma (ninhos, epífitas, musgos, etc.), vida esta que tanto encantou Saint-Hilaire no tempo em que por aqui passou.

Se não fosse tamanha cegueira mental, veriam os podadores que a natureza nunca precisou da mão mutiladora do homem para se recuperar e sobreviver.

Eulina Pereira de Araújo
Porto Alegre-RS



coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Diretor
Osmar Trindade

Editores
Antônio Manoel de Oliveira, José Antônio Vieira da Cunha, Victor Hugo Sperb, Daniel de Andrade (Fotografia), Edgar Vasques (Arte)

Redação/Fotografia
Rafael Guimarães, Eduardo Bueno, Luiz Eduardo Achutti, Delmar Marques, Juarez Fonseca, José Guaraci Fraga, Luiz Carlos Merten, Regina Vasques.

Diagramação/Arte
Luiz Antônio Pinheiro, Eugênio Neves, Luiz Gustavo Machado.

Correspondentes
Geraldo Hasse (São Paulo), Riomar Trindade (Rio), Ariosto Teixeira (Brasília), Manoel Canabarro (Recife)

Secretária Executiva
Vera Maria Moreira

Departamento Comercial
Antônio Domingues

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Porto Alegre, RS.

Distribuição Exclusiva em todo o território nacional: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A
Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20.563.

Assinaturas
País: Cr$ 1.100,00 por 12 edições; América Latina: 50 dólares; demais países: 60 dólares.

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 30, ao preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

(Associado à Ajocoop)
Edição mensal.
Impresso na Corag — Aparício Borges, 2.199.

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi fundada em 24 de agosto de 1974, constituindo-se na primeira do gênero no país. A Cooperativa é uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral para um mandato de dois anos. Cada associado, independente de sua participação no capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia.

ASSOCIADOS:
Osmar Trindade (**Presidente**), Antônio Oliveira (**Vice-presidente**), Rafael Guimaraens (**Secretário**), Affonso Ritter, Carlos Roberto Dornelles, Danilo Ucha, Luis Afonso Franz, Marcelo Oscar Lopes, Clarice Aquistapace, Jorge Polydoro, José A. Vieira da Cunha, Manoel Canabarro e Tomás Irineu Pereira (**Conselheiros de Administração**)
Elaine Lerner, Sérgio Batsow, Vladimir Neto Ungaretti, Eugênio Neves, Francisco Daniel da Silva e Mauro Toralles (**Conselheiros Fiscais**)
Daniel de Andrade, Edgar Vasquez, Fernando Goulart, João Batista Aveline, João Borges de Souza, Jorge Gallina, José Antônio Pinheiro Machado, Juarez Fonseca, Luiz Carlos Merten e Valdir da Silva (**Conselheiros de Edição**)
Acari Amorim, Adalberto Corrêa de Lemos, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adriano Lopes de Oliveira, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Agene Schiffino, Airton M. Rodrigues, Alberto André, Alberto Filgueiras, Alberto Blum, Alda Souza, Alfonso Abrahan Alfredo Fedrizzi, Alice de Lorenzi Urbim, Amauri Mello, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Maria Riviello, Ana Maria Smidt, Ana Maria Terra Magalhães, André Jockymann, Ângela B. Ricordi, Ângela Santamgelo, Ângelo Teixeira Júnior, Aníbal Bendatti, Anilson Gantes da Costa, Antôno Britto Filho, Antônio Carlos Esteves, Antônio Firmo Gonzalez, Antônio Dreon Peres, Antônio Vargas, Ariosto Teixeira, Ari da Silva Teixeira, Armando Burd, Armando Sobral Rollemberg, Armindo Antônio Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Oliveira Filho, Artur Pereira da Silva, Artur S. Poester, Ataídes Miranda, Augustinho Licks, Avani Maenfeld, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Micheletto da Rosa, Beatriz Polydoro, Benigno Rocha, Bernardete Duarte Schimitt, Bruno Ange Ferreira, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Fruet, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alberto Sardenberg, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Carlos Alfredo Simch da Silva, Carlos Alves Müller, Carlos Athanazio, Carlos Fehlberg, Carlos Frederico Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Karnas, Carlos Henrique Bastos, Carlos Marino Urbim, Carlos Mossmann, Carlos Rafael Guimaraens, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano V. da Cunha, Carmem Rita Cagno, Carmem Silveira, Carmem Silvia Rial, Celso Rosa, Celso Schroeder, Cid Pinhero Cabral, Cinara Lima, Cintia Leal, Clarice Dornelles, Ciro Dias dos Reis, Cláudia Quinto, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Cléa Marcia Motti, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Baptista Pereira, Cyro Canabarro, Delmar Marques, Divino Fonseca, Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edna Della Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kosminski, Eduardo A. Tavares, Eduardo R. Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo S. Guimaraens, Eleonora Canto de Lucena, Elio Falcão Vieira, Elisabete Portugal, Elisabeth Copetti, Eloísa Enck, Elmar Bones da Costa, Elser Quintana, Enio R. Rocha, Ercy Pereira Torma, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evelyn Berg Ioshpe, Evilázio Oliveira, Fátima Regina Torri, Fernando Lindote, Fernando Saes, Fernando Guedes, Fichel Davit Chargel, Flávio A. Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floreal Rodrigues Rosa, Floriano Correa, Francisco C. da Silva Ribeiro, Francisco Dias Lopes, Francisco José Karam, Francisco Juska, Francisco Paulo Santana, Gabriel Matias, Geanoni Peixoto, Gecy Balmonte, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco Cruz Brandão, Gomercindo Coutinho, Guilherme Pereira de Souza, Guisleno Baru Derquin, Gustavo de Freitas Moritz, Haroldo Abrantes da Silva, Hedi Moema Bauer, Heidy Gerhadt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Hélio M. Doyle, Heloísa Cé, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Hiltor Paulo Mombach, Hiron Cardoso Goidanich, Iara Bendatti, Iara Schilling Pereira, Iaraporan Müller, Ibsen Valls Pinheiro, Ieda Guterres Bernardi, Ignes Pletsch, Ilgo Wink, Ilza Girardi, Imara Stalbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger, Jandira Cesar, Jandira D'Avila Feijó, Jane M. Filipon, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, jaime Saltchuk, João Batista Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Paulo Lacerda, João dos Reis Muniz, Jorge Baumann, Jorge Freitas, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge O. Carvalho Leite, Jorge Oliveira da Silva, Jorge M. Gomes, Jorge Sá de Miranda Neto, José Antônio Ribeiro, José Antônio Severo, José A. Simch da Silva, José A. Pinto Netto, José A. Vieira Flores, José D. Ripoll, José Emanuel Mattos, José Enedir Francisco, José E. Nascentes, José Félix Valente, José Guaraci Fraga, José H. Mitchll, José Lauro Dickmann, José Luiz Chiarelli, José Luiz D. da Silva Lima, José Luiz Prévidi, José Marcelo Pontes, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José R. Fontes, José Roberto de Alencar e Silva, José Roberto Garcez, José Abu-Jamra, José Secundino da Fonseca, Juan Carlos Gomes, Judith Costa, Julieta Nunes, Júlio José Chavenatto, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Linda Cristina Degrazia Sarturi, Lorena da Silva Paim, Lotário Neuberger, Lourival Viana e Silva, Lucila Camargo, Luiz Alberto Arteche, Luiz Alberto Scotto, Luiz Americano Vidal, Luiz Antônio Duarte, Luiz A. Corazza, Luiz A. Kosminski, Luiz A. Pinheiro, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Miranda, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos O. de Almeida, Luiz Cláudio Cunha, Luiz Eduardo Achutti, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz Fernando L. da Silva, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Luiz Gonzaga, Luiz Humberto Pereira, Luiz Inácio de Castro, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Paulo Pilla Vares, Luiz P. Ruschel Daudt, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Lygia Miriam Nunes, Manuel J. Lourenço, Mara Bernardes, Marcelos Vilas-Boas dos Santos, Marcia Silva Câmara, Marcia Beatriz Turcatto, Marco Antônio Schuster, Marcos Antônio Baggio, Marco Tulio de Rose, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria H. Passos, Maria Helena Branchar, Maria Iara Rech, Maria Ines Zanchetta, Maria I. Hummes, Maria L. Fontanive, Maria Luiza Teixeira, Maria Regina Ferreira, Maria Suely Caldas, Margareth da S. Paula, Marina Wodtke, Marinoria Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Aris Perez, Mário Rocha, Mário L. Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Meristela Barrios, Maroni João da Silva, Marques Leonam, Mary Menda, Mary Mezzari, Maureci Santos, Mauro C. Silveira, Milton Galdino da Silva, Milton Wells, Milton R. da Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Costa Correa, Miriam Tereza Chagas de Moura, Miriam T. Timponi, Mirta Coelho Maron, Najar Tubino, Nelson Franco Jobim, Nelson Matzembacher Ferrão, Neltair Rebés Abreu, Nestor C. Fedrizzi, Neusa M. Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin, Nivaldo T. Manzano, Octacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olívio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Filho, Orlando C. Brasil, Otílio Rieth, Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo Antôno Fogaça de Medeiros, Paulo Burde, Paulo Cancian, Paulo C. de Almeida Verri, Paulo Denis Pereira, Paulo V. Macedo, Paulo E. Vasconcellos, Paulo Fernando Guerreiro, Paulo Gerson A. de Oliveira, Paulo Marcon, Paulo Mário Garcia, Paulo Martimbianco, Paulo Queirós Bezerra, Paulo e Tarso Riccordi, Paulo Totti, Pedro Macedo, Pedro Sosa, Pedro V. Maciel, Plinio Dotto, Porfírio Borba Netto, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasques, Rejane Lempeck, Remi Baldasso, Renan A. de Oliveira, Renato Canini, Renato Kern, Renato Pinto da Silva, Ricardo Bolsoni, Ricardo Chaves, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Alves D'Azevedo, Roberto Appel, Roberto A. Thomé, Roberto Ethel, Roberto Franco, Roberto L. Antunes Fleck, Roberto Manera, Rogério Fróes Monteiro. Rogério R. Ruschel. Rogério S. de Medeiros, Rômulo Krafka, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig, Rubens Constantino Volpe, Rui Jorge Bender, Ruy Carlos Ostermann, Sérgio Becker, Sérgio Caparelli, Sérgio Moita, Sérgio Roca Lagranha, Sérgio Toniello, Severino Goes, Sibila Rocha, Silmar Müller, Silvia de Souza Costa, Silvio Ferreira, Silvio S. Corrêa, Solange V. Morgado, Tânia Carvalho, Tânia J. Failace, Tânia Krutscka, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Silva Prates, Vera Daisy Barcellos, Vera Bosak, Vera Costa, Vera Kern, Vera Maria Gomes, Vera Monteiro, Victor Hugo Sperb, Virson Holdembaum, Victor Moraes, Waldoar Teixeira, Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna von Koening, Wilmar Marques, Zelia D. Leal.

Associado à AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

edgar vasques

DIÁLOGO NORTE-SUL

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE **TJ**, O TRADUTOR JURAMENTADO

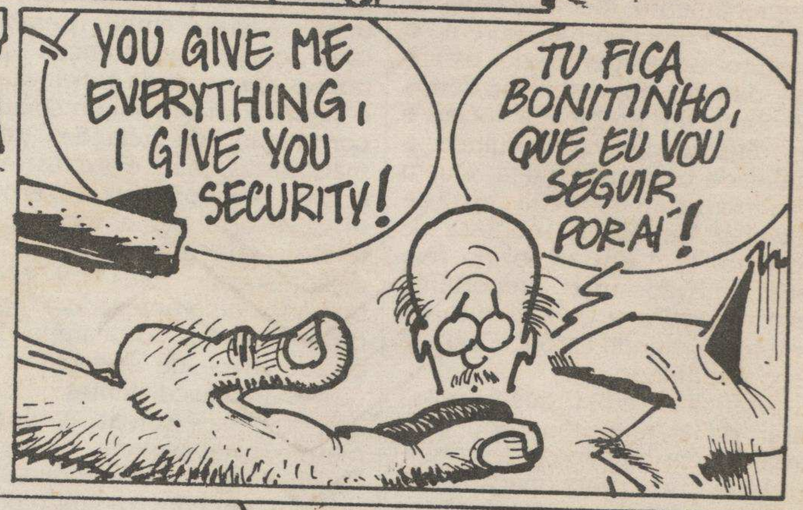
edgar vasques

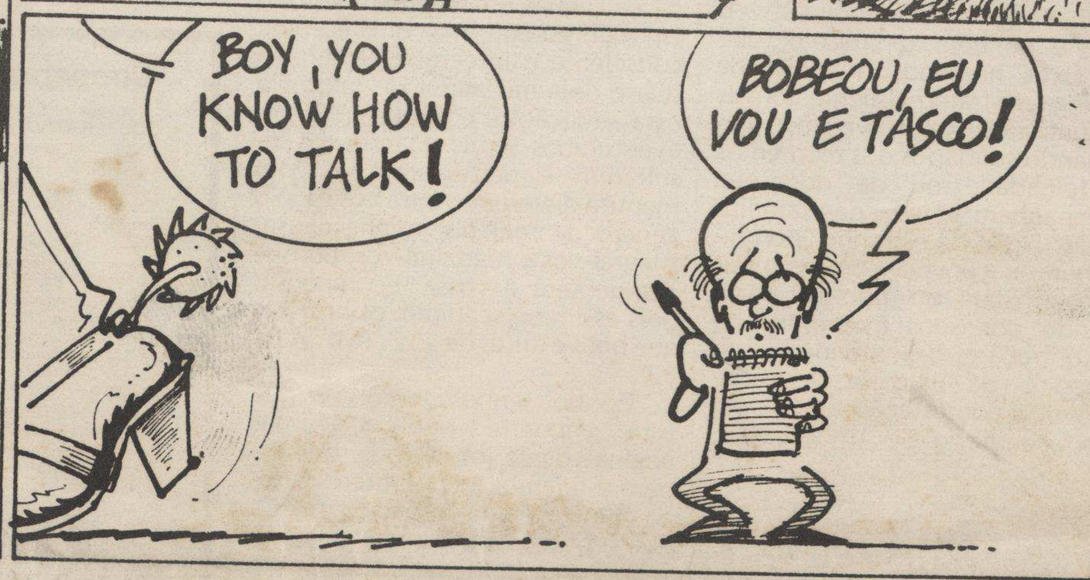












SOLUÇÃO FINAL

edgar vasques

















